

**UNIVERSIDADE DE COIMBRA**  
**FACULDADE DE ECONOMIA**

**A CONSTRUÇÃO MUDIÁTICA DE PERCEÇÕES: O CASO DO HAITI E  
DA MINUSTAH NO JORNAL FOLHA DE S.PAULO (2004-2008)**

**JANAINA FERRAZ PLESSMANN**

**MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**ESPECIALIZAÇÃO: ESTUDOS DA PAZ E DA SEGURANÇA**  
**ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MANUEL PUREZA**

**COIMBRA**  
**2009**

*Dedico este trabalho aos meus pais, ao meu irmão, à Regina e ao Zé, à minha avó Tina e aos meus avós que já não estão mais aqui, ao Dangelo, e ao meu Mestre Daisaku Ikeda.*

***"O propósito da educação não é simplesmente encher a cabeça da pessoa de fatos. John Dewey acreditava que o objetivo da educação é nos ajudar a cultivar a sabedoria que permitirá continuar a crescer e nos aprimorar enquanto estivermos vivos"***

**Daisaku Ikeda**

## **Agradecimentos**

À oportunidade de fazer minha Revolução Humana!

Esta é uma tarefa difícil. Neste percurso de dois anos, tantas foram as pessoas, olhares, situações e circunstâncias que tornaram esta dissertação possível. Como amante das letras, sempre gostei muito de escrever, mas ao mesmo tempo devo reconhecer que nem sempre as palavras são suficientes para expressar os nossos mais sinceros e profundos sentimentos. Sempre correndo o risco de esquecer de alguém, vamos a isso...

Gostaria de agradecer ao meu orientador, Dr. José Manuel Pureza que, através de sua rigorosidade e exigência me permitiu crescer enormemente com todo este processo, tanto em âmbito pessoal como acadêmico, e descobrir diversos aspectos da minha vida que eu não conhecia.

Gostaria de agradecer às outras professoras do programa de Mestrado pelo seu apoio e transmissão de conhecimento: Paula Duarte Lopes, Maria Raquel Freire, Carmen Amado Mendes, Daniela Nascimento. Cada uma teve sua contribuição pontual e fundamental nisto tudo!

Gostaria de agradecer a todos os outros professores que me apoiaram e foram determinantes para que isto se concretizasse: José Salvador Faro, Silvio Mieli, José Arbex Jr., Reginaldo Mattar Nasser, Paulo Pereira, Claudio Ribeiro, Henrique Altemani, Antônio Jorge Ramalho, Lúcia Skromov, Ivani Vassoler, Francisco Cláudio Correa Meyer Sant´anna e Carlos Augusto Setti.

Gostaria de agradecer a todos que me concederam entrevistas, em especial ao jornalista João Alexandre Peschanski, ao diplomata Ricardo Martins Rizzo, e ao general Carlos Alberto dos Santos Cruz.

Não posso esquecer dos funcionários de todos os locais que estudei, que sempre me receberam com sorrisos e atenção, nas universidades e bibliotecas, em especial: PUC-SP, UNIP, Cásper Líbero, Faculdades Rio Branco, FEUC, CCB.

Aos meus queridos colegas de Mestrado que, cada um à sua maneira, me incentivaram, me ajudaram e me apoiaram para que eu não desistisse: Danielle Ayres, Monica Fernandes Piedade, Lorena Pontes Mesri, Ramon Blanco de Freitas, Lina Esteves, Emerencia Rolo.

Aos meus amigos que me ajudaram "tecnicamente" neste percurso (alguns dos quais já foram mencionados), muito, muito, muito obrigada: Jorge Tadashi Hirutaka, Lucyana Sposito, Cecilia Studart, Blanka Homolova, Virgílio Franceschi Neto, Claudia Jardim Rondon, Michel Laham Neto, Paola Rauen, Maycon Santos, Celso Nogueira, Marcelo Leite, Lenisa Brandão, Fernando Serpone Bueno e Ricardo Setti.

Aos meus amigos e companheiros de fé, sem os quais seria impossível ter terminado esta dissertação. Gostaria que soubessem que suas palavras, olhares, orações e carinho ficarão eternamente gravados em minha vida. Aos que estão no Brasil: Tatiana Zanon, Gabriela Megale, Paula Szutan, Thaís Passarella, Thiago Passarella, Ariana Marcelino, Julio Kosaka, Juliana Eliete, Diana Assennato Botello, Bel Mercês, Bruna Maculan, Izabel Petegrosso,

Keledi Brito, Marina Malta, Rochele Alano Silva Viéguas, Flávia Presti, Leandro Magoga, Angelo Caio Mendes Corrêa, Ryan de Witte, Fredy Rodrigues. Aos que estão em Portugal: Ana Calha, Francesca Bertozzi, Maria Ana Salvado, Filipa Duarte, Pedro, Ana Sofia Paiva, Tania Gil, Margarida Pinto Coelho, Juliana Libardi, Miguel Fung, Zé Teixeira, Vera Lucia Zymbal, Geraldo Wellington, Marisa David, Rosilda e Sr. Luis.

Em especial, àqueles que me apoiaram nos momentos de maior angústia e insegurança, e não me deixaram desistir: Luciana Alves de Andrade, Deise Araújo, Irene Sakajiri, Tatiana Nogueira, Mirina Nucci, Paula Rocha, Roberta Lotti, Luciana Sanches, Luciana Melo, Lígia Seixas, Andréa Lúcia Alves da Silva, Joana Craveiro, Etsuko Motoki, Patrícia Brighenti, Tania Guerreiro, Sueji Naohara, Hiroko Azevedo, Jorge Tadashi Hirutaka, Lucyana Sposito.

À toda minha família pelos incentivos e carinho, em especial à minha amada avó Tina, cuja esperança infinita, bom humor e valores me inspiram e me enchem de orgulho, ao Gui, ao tio Zé Paulo, ao tio Bento e à tia Márcia.

Agradeço ao Dangelo pelo seu carinho, amor, companheirismo, palavras, comidas, brincadeiras, compreensão e apoio irrestrito aos meus sonhos e aspirações: eu nunca vou esquecer isto. Sem você, este Mestrado não seria possível. Muito obrigada!

Agradeço ao meu irmão, à Re e ao Zé, por confiarem em mim, por me apoiarem, por me incentivarem, por acreditarem que eu era capaz, pelo amor, por tentarem preencher as minhas angústias. Muito obrigada!

Pai, Mãe, Muito obrigada! Sem vocês, sem suas palavras, seu o seu amor, sem a sua confiança, sem o seu apoio, eu não teria conseguido. Muito obrigada por acreditarem tanto em mim! Tenho muito orgulho de tê-los como meus pais. Amo muito vocês!

Por fim, agradeço ao meu Mestre por não poupar um momento sequer da sua vida para mostrar às pessoas que elas são capazes, e que nunca devem desistir dos seus sonhos. Sem os incentivos do meu Mestre, e sem o seu próprio exemplo de vida, seria impossível terminar esta investigação. Muito obrigada Sensei!

Foram incentivos como estes que não me deixaram ficar pela metade do caminho: "Abrir seu próprio caminho na vida evitando um árduo esforço e desafios difíceis não produzirá nenhum valor perene. Os jovens, em especial, necessitam dedicar-se plenamente à tarefa que escolheram, por mãos às obras, cerrar os dentes e enfrentar com arrojo as adversidades e obstáculos, ao mesmo tempo que trabalham continuamente para cumprir sua missão. Esse espírito indomável e invencível é a mais elevada honra que um jovem pode conquistar".

Cada uma destas pessoas teve sua contribuição fundamental e insubstituível! Ninguém faz nada sozinho, e este resultado final tem um pedacinho de cada um de vocês! Minhas palavras não são suficientes para demonstrar minha gratidão, espero que minhas ações o sejam. Muito obrigada a cada um de vocês por fazerem parte da minha vida!

## **Resumo**

Esta dissertação partiu do interesse em juntar o Jornalismo e as Relações Internacionais para uma análise da mídia. A participação brasileira na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), desde 2004, pode ser considerada como um dos principais acontecimentos de política externa do governo Lula. É a primeira vez que o Brasil lidera a força militar de uma missão da ONU. Neste sentido, considerou-se relevante analisar como o maior jornal do país, Folha de S.Paulo (FSP), cobriu esta importante ação da política externa. Assim, através da Teoria das Percepções das Relações Internacionais, esta pesquisa analisou a cobertura da FSP em relação ao conflito no Haiti e à MINUSTAH, partindo do pressuposto de que a mídia é parte formadora da opinião pública, e pode influenciar as ações de política externa através da via dupla de influência. Através da análise dos editoriais do jornal sobre o assunto, assim como das matérias publicadas entre 2004 e 2008, verificou-se o estereótipo sobre o qual as matérias do jornal são construídas: o conceito de Estado Falhado, que não é alterado mediante uma mudança política no Haiti. Ao mesmo tempo, constatou-se que o jornal FSP evidenciou comportamento autônomo, sendo portanto possível considerá-lo como influente nas definições de política externa.

**Palavras-chave:** Teoria das Percepções, imprensa escrita brasileira, mídia, política externa brasileira, Haiti, MINUSTAH.

## **Abstract**

This thesis started from an interest to bring together the fields of International Relations and Journalism through a media analysis of a major foreign policy issue. Brazilian participation in the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) has been considered one of the most significant foreign policy matters of the Lula Administration since 2004. It is the first time in history that the Brazilian Military leads a UN Mission, and it was therefore of interest to analyze the extent and essence of the coverage of the subject by a major, country's largest, daily newspaper – Folha de S. Paulo (FSP). Utilizing the foreign policy decision-making *Theory of Perception* in International Relations, this research examines the role of media in forming of public opinion, and its potential to directly influence foreign policy. Although, to a degree, the paper's editorials on the subject appear to have been constructed around the clichéd concept of the Failed States, the journal has also presented independent analysis and autonomous conduct, and could be thus considered influential in the foreign policy arena.

**Keywords:** Theory of Perception, media, brazilian foreign policy, Haiti, MINUSTAH.

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

AG – Assembléia Geral

AI – Amnesty International (Anistia Internacional)

AL – América Latina

CARICOM - Comunidade Caribenha

CNG - Conselho Nacional de Governo

CS – Conselho de Segurança

DDR - Desarmamento, Desmobilização e Reinserção

EUA – Estados Unidos da América

FADH - Forças Armadas do Haiti

FSP – Folha de S.Paulo

HLSAHR/GJC - Harvard Law Student Advocates for Human Rights and The Global Justice Centre

HRW - Human Rights Watch

ICG – International Crisis Group

IJDH - Institute for Justice and Democracy in Haiti

Itamaraty – É como é conhecido o Ministério das Relações Exteriores do Brasil

MIF - Multinational Interim Force (Força Multinacional Provisória)

MINUSTAH – Em francês: Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti (Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti)

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONU - Organização das Nações Unidas

PNH - Polícia Nacional Haitiana

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

## Índice

Introdução .....	9
1) Enquadramento teórico: A Teoria das Percepções para a análise da mídia .....	19
1.1) A Teoria das Percepções e a política externa .....	22
1.2) A Teoria das Percepções e a mídia.....	28
1.2.1) A Análise de Conteúdo .....	34
1.2.2) O Estado Falhado como enquadramento da FSP .....	36
2) A FSP e a construção das percepções sobre a política externa brasileira	45
2.1) A política externa brasileira do governo Lula.....	48
2.1.1) O CS da ONU na política externa brasileira .....	49
2.2) As percepções da FSP sobre a política externa brasileira .....	52
3) As percepções da FSP sobre o Haiti e sobre a MINUSTAH .....	68
3.1) Contextualização Histórica.....	69
3.2) A MINUSTAH .....	78
3.2.1) O Brasil na MINUSTAH .....	87
3.3) O papel que a AL ocupa no jornalismo impresso brasileiro.....	90
3.4) As percepções da FSP sobre o Haiti e a MINUSTAH .....	97
3.4.1) O Haiti e a MINUSTAH na FSP: uma análise comparativa.....	100
Conclusão .....	121
Bibliografia.....	127
Anexos .....	136



## ***Introdução***

A participação brasileira na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH)<sup>1</sup>, desde 2004, pode ser considerada como um dos principais acontecimentos de política externa do governo Lula. É a primeira vez que o Brasil lidera a força militar de uma missão da Organização das Nações Unidas (ONU). Neste sentido, considerou-se relevante analisar como o maior jornal do país, a Folha de S.Paulo (FSP), cobriu esta importante ação da política externa. Assim, esta dissertação pretende analisar a cobertura da FSP em relação ao conflito no Haiti, partindo do pressuposto de que a mídia é parte formadora da opinião pública, e pode influenciar as ações de política externa.

A presente investigação tem lugar em um campo multidisciplinar, que aborda o Jornalismo e as Relações Internacionais (RI). Assim, procurou-se identificar qual teoria de RI faria sentido em uma análise de mídia. Acredita-se que a Teoria das Percepções, representada por Robert Jervis e John George Stoessinger, seja a que mais se adequa a esta pesquisa. Procurou-se portanto, através desta teoria, compreender a importante dinâmica existente entre a imprensa, a construção de percepções sobre determinado assunto, que resulta nas notícias, e que influenciam na formação da opinião pública e da política externa. Além disso, os estudos da mídia de Patrick Charaudeau

---

<sup>1</sup> Em francês: Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti (MINUSTAH).

foram complementares e essenciais para a problematização das idéias e a análise de conteúdo das notícias do jornal.

Procurando identificar o que já existia sobre o assunto, constatou-se que dentro das RI, a maior parte dos trabalhos acadêmicos brasileiros e internacionais fazem análises da política externa brasileira e dos objetivos que levaram o Brasil a assumir a força militar da MINUSTAH em 2004. Há também pesquisas que avaliam a legitimidade da própria Missão, como ainda os resultados alcançados pela mesma. As poucas análises existentes sobre a mídia dentro das RI apontam para a mesma enquanto ator político. Existem ainda trabalhos que identificam a AL ocupando um papel secundário na cobertura internacional da imprensa escrita brasileira. Porém, não existem investigações sobre a construção midiática de percepções sobre determinado assunto, e a influência destas na definição de políticas externas.

A escolha do foco na imprensa escrita se justifica pelo efeito que a cobertura desse tipo de meio jornalístico tem sobre a opinião dos vários setores da sociedade, em comparação à influência de outros meios de comunicação. A maior parte das abordagens que analisam a influência da imprensa na política externa considera os jornais – bem mais que a televisão, o rádio ou os novos meios – como o veículo com maior capacidade para o fazê-lo.

A escolha do veículo FSP se dá na medida em que é o jornal de maior circulação no país, com médias superiores aos 300 mil exemplares diários. Além disso, é um dos que mais bem incorpora a noção de jornal “nacional”, já que sua cobertura se ampara em sucursais ou escritórios na maior parte das capitais brasileiras e sua distribuição permite a circulação dos exemplares nos principais centros do país. Pesa na escolha, também, o fato de ser um jornal com tradição de cobertura política e econômica, com estrutura para acompanhar as ações de política externa, e com respeitados formadores de opinião em suas equipes de colunistas e editorialistas. Por fim, a seleção da FSP está baseada também no público a que ela se dirige: o perfil majoritário de seus leitores abrange as classes A e B. Estudos que avaliam a opinião pública<sup>2</sup> tendem a considerar como público interessado em política externa, os leitores que pertencem às camadas mais altas da sociedade, com formação universitária e maior nível de participação política, o que os torna atores com maior potencial de influência na definição da política externa, caso seus interesses e suas preferências estejam em jogo.

Procurou-se assim responder às seguintes questões: De que maneira a construção de percepções na mídia tem alguma influência na definição da política externa? Quais as visões que a FSP tem do conflito no Haiti e da MINUSTAH entre 2004 e 2008? Existe alguma diferença na cobertura do jornal nos períodos 2004-2006 X 2006-2008? A maneira como este conflito

---

<sup>2</sup> Hosti (1967); Holzacker (2001); Hill (2002).

foi coberto, acabou por representar os interesses de política externa do Brasil?

O estabelecimento destes dois períodos se justifica pela mudança política ocorrida no Haiti em Fevereiro de 2006, quando da realização de eleições presidenciais. Como aponta Hirst, há duas “fases” de atuação da MINUSTAH<sup>3</sup>:

Fase I (2004-2006): Início da intervenção da MINUSTAH, que se caracterizou pelo uso moderado da força, o emprego da dissuasão política e militar e a garantia da estabilidade para a transição política. Essa etapa foi concluída com as eleições presidenciais e a vitória de René Préval.

Fase II (Maio de 2006-2008): Situação pós-eleição. A MINUSTAH se incumbiu de assegurar condições de governabilidade ao novo governo haitiano, para que o processo democrático se firme a longo prazo, articulando o contexto de cooperação internacional (Hirst, 2007: 3-4).

Assim, com a identificação destes dois diferentes momentos do conflito, formularam-se as seguintes hipóteses:

Hipótese 1) A cobertura da FSP em relação ao conflito no Haiti e à atuação brasileira na MINUSTAH é resultado da combinação de dois fatores: a percepção estereotipada que o jornal tem da política externa do governo Lula; conjugada com a percepção que o jornal tem sobre a AL e sobre conflitos em Estados caracterizados como Falhados. Esta combinação de

---

<sup>3</sup> Ver Anexo 1, com mandato completo da MINUSTAH.

percepções tem como consequência uma determinada linha editorial, que define a construção das notícias baseadas em um estereótipo, que não é alterado mediante uma mudança no quadro social e político do Haiti, quando da comparação dos períodos 2004-2006 X 2006-2008.

Hipótese 2) A construção de percepções da FSP sobre o Haiti e sobre a MINUSTAH neste período se dá de forma autônoma, o que permite ao jornal influenciar a formulação da política externa brasileira.

Para identificar as percepções do jornal sobre os assuntos, visando a Hipótese 1, acreditava-se que o mais importante era definir qual seria a grelha de leitura utilizada quando da análise comparativa da mídia. Sendo possível fazê-lo sob uma variada gama de temas, optou-se por se utilizar como enquadramento o conceito de Estado Falhado de José Marques de Almeida, que parecia caracterizar a maneira como a FSP vê o Haiti. A definição deste controverso conceito será feita no **Primeiro Capítulo** [o que se segue], que apresenta com detalhes todo o embasamento teórico sob o qual se baseia esta investigação. Serão expostas as principais idéias de Jervis, Stoessinger e Charaudeau, assim como outros estudiosos complementares para esta pesquisa.

Quando da Hipótese 2, essa dissertação concentra-se no exame da construção de percepções pela imprensa para mostrar que a FSP teve

autonomia para influenciar a formulação da política externa do país. Essa idéia de autonomia se baseia na investigação realizada por Cerqueira, e faz referência à ocorrência, não necessariamente simultânea, de três padrões de comportamento: a participação no debate sobre a política externa a partir de uma visão distinta daquela defendida pelo governo; a exposição das políticas oficiais a um exame crítico; e a manifestação dessas opiniões e críticas de forma regular e coerente, fundamental para evidenciar a existência de uma posição própria defendida pelo veículo em questão no debate (Cerqueira, 2005).

Os capítulos Dois e Três se dividem de modo a comprovar cada uma das hipóteses. A metodologia utilizada para a análise comparativa da mídia se deu em algumas etapas. Para as idéias apresentadas no **Capítulo Dois**, que analisa as percepções da FSP sobre a política externa brasileira, foram selecionados todos os editoriais do jornal<sup>4</sup> que fizessem algum tipo de avaliação ou comentário sobre as mais diversas ações da política externa, sobre o Haiti e sobre a MINUSTAH. Os editoriais são o meio pelo qual os jornais expressam suas opiniões sobre os acontecimentos da sociedade, que viram notícias. Assim, quando se pretende avaliar a importância da construção de percepções na imprensa para o debate de política externa, acredita-se que o exame dos editoriais é a forma mais apropriada de se

---

<sup>4</sup> Ver anexos 3 e 4 com os editoriais do jornal sobre ações de política externa brasileira e sobre o Haiti, respectivamente.

chegar aos argumentos e pontos de vista que embasam a opinião defendida pelo veículo impresso.

A partir das opiniões verificadas nos editoriais, foi feita a comparação com o discurso oficial do Itamaraty<sup>5</sup> e com as idéias de acadêmicos sobre o assunto, que permitiram identificar se as percepções continham alguma distorção; se iam de encontro ou não ao discurso oficial; e desta forma se o jornal revelava autonomia nos assuntos. Além disso, foram realizadas entrevistas com jornalistas da FSP que ocuparam o cargo de editor de seção Internacional, como Carlos Eduardo Lins da Silva e João Batista Natali, assim como o atual editor de Opinião, Vinicius Mota, de modo a perceber como os mesmos avaliam o jornal. O diplomata Ricardo Martins Rizzo, responsável pela MINUSTAH junto ao Ministério das Relações Exteriores, também foi entrevistado.

O **Capítulo Três** procurou apontar quais as percepções que a FSP tem sobre o Haiti e a MINUSTAH, sendo pressuposto o fato da AL ocupar um papel secundário no noticiário impresso brasileiro. Para isso, foram selecionadas as notícias publicadas sobre o assunto, entre 2004 e 2008, com base em dois critérios: o primeiro faz referência a momentos importantes do conflito e da MINUSTAH, e do próprio ciclo social e político do Haiti e do Brasil; e o segundo critério é a metodologia de análise da mídia conhecida

---

<sup>5</sup> Ver anexos 5 e 6 com as declarações oficiais do presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro das Relações Exteriores do Brasil Celso Amorim, respectivamente.

como Análise Composta que, neste caso, significou a seleção de uma semana de cada mês. Os momentos importantes, que seguem no Anexo 2 em forma de cronologia, foram identificados a partir da contextualização do conflito feita no início do capítulo Três. A partir disso, a invocação ao conceito de Estado Falhado foi utilizada em cada uma das fases da Missão (2004-2006 X 2006-2008), o que permitiu identificar as percepções do jornal sobre o assunto.

O objetivo destas análises é entender de que maneira a imprensa pode influenciar os diversos grupos envolvidos no processo de definição das políticas externas e se relacionar diretamente com os principais decisores, partidos políticos, empresários, sindicatos e outros atores domésticos relevantes que buscam influenciar a política externa de seu país para adequá-las às suas preferências (Moravcsik, 1997). Estes têm, como principal fonte de informação sobre política externa, quando não a única, a imprensa. De acordo com Soroka,

O conteúdo da grande imprensa é a fonte mais provável de interferência nas opiniões dos indivíduos sobre a política externa. A grande imprensa é o principal canal entre a população e os políticos. Os políticos seguem os relatórios da mídia com relação às opiniões públicas, e a mídia é a fonte principal de informação com relação ao que os políticos fazem. Além disso, a mídia é o meio pelo qual a maioria dos indivíduos recebe informações sobre as ações de política externa, um assunto sobre o qual a



experiência pessoal é irrelevante para a formação de opiniões<sup>6</sup> (Soroka, 2003: 28).

De acordo com Jervis,

Uma fonte importante que molda a imagem sobre os outros Estados é o próprio sistema político do tomador de decisão. Muitas das suas mais básicas idéias sobre política vem do seu próprio sistema político; idéias estas que moldam sua visão sobre ambos, as relações internacionais e sobre outras questões internas<sup>7</sup> (Jervis, 1976: 283).

A proposta desta pesquisa é ir além do debate, se a mídia tem ou não algum efeito sobre a sociedade, para examinar os mecanismos utilizados pela imprensa no tratamento e difusão das informações, que é fruto das percepções. A pergunta principal deixa de ser “há influência?” e passa a ser “como a influência se dá?”. A utilização da Teoria das Percepções para análise da mídia, permite esclarecer os mecanismos que os jornais utilizam para selecionar a informação que é passada à sociedade, e as regras valorizadas por jornalistas e empresas de comunicação no trato com suas fontes. É com base nas percepções que a imprensa faz seus julgamentos,

---

<sup>6</sup> Tradução livre da autora: “Mass media content is the most likely source of over-time changes in individuals’ foreign policy preferences. On one hand, the mass media are the primary conduit between the public and policymakers. Policymakers follow media reports on public opinion, and the media are the public’s chief source of information on what policymakers are doing. In addition, the media are the principal means by which the vast majority of individuals receive information about foreign affairs, an issue for which personal experience is unlikely to provide much useful information”.

<sup>7</sup> Tradução livre da autora: “An important source of the predispositions that shape the images of other states is the decision-maker’s own political system. From this he learns many of his most basic ideas about politics, ideas that often color his view of both international relations and others’ internal system”.

seleciona o enfoque e a abrangência das notícias e escolhe os temas que estarão na pauta da cobertura.

Assim, os capítulos estão divididos de forma que se consiga entender os mecanismos de construção de percepções pela imprensa, que demonstra autonomia para manifestar suas opiniões e relacioná-las como influência na definição da política externa brasileira. A avaliação que os jornais fazem das iniciativas do governo, apresentada no Capítulo Dois, é uma forma de se evidenciar o diálogo entre a imprensa e o Executivo, e que corresponde principalmente à via direta de influência na definição de políticas externas. A análise dos enquadramentos, que será abordada no Capítulo Três, tem por finalidade entender as escolhas e os enfoques selecionados pelos jornais para tratar o Haiti e a MINUSTAH, revelando que pontos tendem a ser ressaltados e que outros são desprezados. É por meio dos enquadramentos [fruto das percepções] que se pretende evidenciar, sobretudo, a via indireta de influência, como formadora de opinião da sociedade.

## ***1) Enquadramento teórico: A Teoria das Percepções para a análise da mídia***

O presente trabalho busca identificar quais as percepções que o jornal FSP tem sobre o conflito do Haiti e sobre a atuação brasileira na MINUSTAH, e de que maneira estas percepções influenciam a opinião pública e a política externa. Conforme exposto anteriormente, acredita-se que a maneira como foi feita a cobertura da FSP em relação ao conflito do Haiti é resultado da conjugação de dois fatores: a percepção que o jornal tem sobre a política externa do governo Lula, combinada com a percepção que o jornal tem sobre a AL e sobre conflitos caracterizados como de Estados Falhados. Esta combinação tem como consequência uma determinada linha editorial que acaba por interferir na produção da notícia e na percepção que a FSP tem, como um todo, do conflito do Haiti e da MINUSTAH.

Sendo esta pesquisa realizada em um campo interdisciplinar, que relaciona o Jornalismo e as RI, no âmbito de um Mestrado nesta segunda área acadêmica, procurou-se identificar qual teoria seria apropriada para uma análise da mídia. Acredita-se que a Teoria das Percepções seja a que mais se adequa a este estudo, e se demonstra suficiente para explicar as dinâmicas que pretendem ser observadas. Os autores referência serão Robert Jervis e John George Stoessinger, que são considerados fundadores deste campo de análise dentro das teorias de RI. Ao mesmo tempo, buscou-se estudos

complementares na área da Comunicação que permitem uma maior problematização do tema escolhido, tendo como influência principal as idéias de Patrick Charaudeau.

O livro de Jervis, *Perception and Misperception in International Politics*, tornou-se referência para os pensadores que acreditavam poder explicar o comportamento dos atores no sistema internacional através de fatores de caráter mais subjetivo. Sua obra é profundamente marcada pelas teses da psicologia comportamental, na medida em que considera que o processo decisório político, visto majoritariamente como lógico-racional, agrega muito mais elementos “psicológicos” do que puramente “lógicos” (Jervis, 1976). Uma das preocupações do autor era conseguir desenvolver uma teoria que identificasse como as percepções alteram, filtram e distorcem as informações que influenciam as tomadas de decisões [ou opções editoriais, no caso da imprensa], já que “grande parte das teorias psicológicas, e especialmente essas aplicadas às RI, não levam em conta a forma como as pessoas pensam sobre os problemas que lhes são cruciais”<sup>8</sup> (Jervis, 1976: 4).

Esta pesquisa procura identificar em que medida a construção de percepções pela mídia pode influenciar na definição de políticas externas. Nesta perspectiva, a imprensa exerceria uma dupla via de influência: em relação à sociedade, de forma indireta, como filtro de informação e motivadora de

---

<sup>8</sup> Tradução livre da autora: “Most psychological theories, and specially those that have been applied to international relations, do not account for the ways that highly intelligent people think about problems that are crucial to them”.

debate, por meio de editoriais e colunas que podem modificar a postura de grupos domésticos relevantes para a formulação da política externa do país; e em relação ao governo, pela via direta, através do diálogo e questionamento de posturas oficiais apresentadas pelo Itamaraty e pelo presidente, desenvolvendo uma visão crítica das políticas implementadas (Hill, 2002).

Tendo em vista que a formulação da política externa brasileira mobiliza diferentes atores domésticos em defesa de suas preferências, esta pesquisa buscará evidências de que a imprensa atua de forma autônoma nesse processo e que pode, por isso, ser considerada uma das influências na definição das políticas externas. Como afirma Soroka, "Entender a natureza e a magnitude dos efeitos da mídia sobre questões de política externa é um esforço importante, especialmente à luz das evidências que sugerem que a opinião pública afeta as definições de política externa"<sup>9</sup> (Soroka, 2003: 43).

Com a importância cada vez maior atribuída à informação na atualidade, o Estado teve que redimensionar suas ações internacionais. A tarefa de "fazer política externa se tornou ainda mais complexa, sujeita, agora como nunca antes, à influência de uma série de outros fatores e agentes, entre eles a imprensa e a opinião pública" (Valente, 2007: 21). Desta forma, partindo-se deste pressuposto da influência da mídia sobre a política externa, considera-

---

<sup>9</sup> Tradução livre da autora: "Understanding the nature and magnitude of media effects on foreign affairs issues is an important endeavor, then, particularly in light of evidence suggesting that public opinion affects foreign policymaking".

se importante compreender a construção de percepções na imprensa sobre determinado assunto.

### ***1.1) A Teoria das Percepções e a política externa***

De acordo com Stoessinger “*percepção* em relações internacionais pode definir-se como sendo a visão cognitiva total que uma nação tem de si própria e das demais no mundo” (Stoessinger, 1978: 578). Ou ainda, pode-se dizer que as percepções são o “olhar subjetivo que o sujeito lança sobre o mundo” (Charaudeau, 2006: 45). Sendo assim, é um fenômeno complexo que envolve tanto a realidade como suas distorções. Identificar as percepções pode ser útil não só para explicar decisões específicas [da mídia], mas também para ter em conta os padrões de interação [esta enquanto parte formadora da opinião pública e que influencia as ações do Estado] (Jervis, 1976).

Como Jervis discute em sua obra, a definição de políticas externas é influenciada por uma série de fatores. Para compreendê-los,

Precisamos olhar no interior de cada Estado, para suas políticas internas, suas negociações burocráticas, ou as preferências e estratégias dos seus tomadores de decisão [...] Temos que empregar uma forma grosseira do método hipotético-dedutivo para perguntar a nós mesmos qual a constelação de forças,

crenças e objetivos que poderiam explicar o comportamento do Estado<sup>10</sup> (Jervis, 1976: 32).

O autor enfatiza que estas interferências são externas e internas, e defende “É necessário tentar separar os fatores situacionais, ou externos, dos internos, que interferem no comportamento dos tomadores de decisão”<sup>11</sup> (Jervis, 1976: 35). Ainda assim, mesmo que se identifique quais são estes fatores de influência, Jervis admite ser difícil prever como o Estado vai ser afetado por cada um deles.

Além disso, Jervis afirma que o grau de influência depende também da credibilidade que é atribuída ao fator. No caso da mídia, perante as idéias do autor, pode-se afirmar que a mesma exerce influência indireta na política externa. Porém: “isto não significa que o Estado nunca vai mudar sua posição [por interferência direta da imprensa] e, às vezes, concessões serão feitas”<sup>12</sup> (Jervis, 1976: 60). Neste sentido, por ser indireta, pode-se dizer que esta influência é também “irracional”:

Para estimar as intenções do outro, para prever as consequências das suas ações, para desenhar as interferências que são resultado de informações ambíguas, é necessário empregar métodos “menos intelectuais”. As questões a se perguntar sobre este tipo de pensamento são o quanto ele desenham percepções que são

---

<sup>10</sup> Tradução livre da autora: “We will need to look inside the state, to its domestic policy, its bureaucratic bargaining, or the preferences and calculations of its decision-makers [...] we must employ a rough form of the hypothetico-deductive method to ask ourselves what constellation of forces, beliefs, and goals could explain the state’s behavior”.

<sup>11</sup> Tradução livre da autora: “the observer must try to separate the situational, or external, factors from the internal ones that produced the other’s behavior”.

<sup>12</sup> Tradução livre da autora: “this does not mean that the state should never change its position [...] and at times, concessions will be made”.

precisas, como aquelas que seriam produzidas sobre outros processos mais racionais. Por racionais eu entendo o tipo de interpretação de evidências que confirmam as regras geralmente aceitas de definição de interferências. Pelo contrário, métodos e interferências irracionais violam estas regras do “método científico” e seriam rejeitadas pela pessoa que estivesse consciente de que o emprega. Embora os processos irracionais presumivelmente são menos suscetíveis de conduzir à exata percepção e políticas eficazes do que aqueles que são racionais, racionalidade é apenas um constrangimento muito frouxo que não pode designar uma conclusão única. Interferências contraditórias podem ser igualmente racionais. Mas em um mundo complexo de informações ambíguas, é questionável se uma definição útil poderia ser feita de outra forma. Ao compreender a racionalidade como apenas um dos fatores de interferência, dizer que o processo de pensamento não é racional já é uma constatação consistente<sup>13</sup> (Jervis, 1976: 119).

Quando se refere à construção de percepções na definição de políticas externas, Jervis aponta para a importância destes fatores que se demonstram “irracionais”: “Um tipo de regularidade que merece atenção especial é a irracional, porque não pode ser explicada pelos procedimentos racionais para fazer sentido fora do mundo”<sup>14</sup> (Jervis, 1976: 128).

Tradicionalmente, afirma o autor, acredita-se que “uma pessoa carrega

---

<sup>13</sup> Tradução livre da autora: “To estimate others’ intentions, to predict the consequences of one’s own actions, to draw inferences from ambiguous information, one must employ less certain intellectual tools. The questions to ask of these ways of thinking are whether they yield perceptions that are accurate as those that would be produced by other processes and, at minimum, whether they are rational. By rational I mean those ways of interpreting evidence that conform to the generally accepted rules of drawing inferences. Conversely, irrational methods and influences violate these rules of the “scientific method” and would be rejected by the person if he were aware of employing them. Although irrational processes presumably are less likely to lead to accurate perceptions and effective policies than are rational ones, rationality is only a very loose constraint that cannot designate a single conclusion. Contradictory inferences can be equally rational. But in a complex world of ambiguous information it is questionable whether a useful definition could have it otherwise. By making rationality only a loose constraint, to say that a process of thought is not rational is a strong statement”.

<sup>14</sup> Tradução livre da autora: “One type of consistency that merits special attention is the irrational, because it cannot be explained by rational procedures for making sense out of the world”.



consigo um número de crenças, em que cada uma delas seria suficiente para explicar suas preferências políticas”<sup>15</sup> (Jervis, 1976: 128). Essa influência irracional, segundo Jervis, “é capaz de produzir reversões em crenças anteriores”<sup>16</sup> (Jervis, 1976: 138). Na caracterização deste processo, afirma:

Embora seja difícil falar com precisão sobre os processos pelos quais a regularidade é desenvolvida, parece ser claro que os tomadores de decisão não estimam simultaneamente quanto uma política vai afetar vários valores. Em vez disso, eles olham primeiro para um ou dois dos valores mais salientes. Desta forma, como favorecem as políticas que lhes parecem mais adequadas, nesta dimensão restrita, que alteram suas crenças anteriores e estabelecem novas, há muitas razões possíveis que suportariam suas escolhas. Estas preferências políticas determinam alguns dos argumentos a favor de que a política é constituída pela coincidência improvável de diversas considerações. É difícil imaginar algum outro mecanismo que poderia explicar este arranjo de crenças<sup>17</sup> (Jervis, 1976: 137).

Assim, acredita-se que a influência da mídia se dá de forma indireta e irracional. De acordo com Seib, a imprensa influencia a política externa por meio da opinião pública, mas não a determina (Seib, 2000). Por revelar aspectos da inserção internacional do país que passariam despercebidos para o público ou aos quais ele não teria acesso de outra forma, a mídia “ajuda a

---

<sup>15</sup> Tradução livre da autora: “a person holds a number of beliefs, each of which would be sufficient to justify his policy preference”.

<sup>16</sup> Tradução livre da autora: “is apt to produce reversals in supporting beliefs”.

<sup>17</sup> Tradução livre da autora: “Although it is difficult to speak with confidence of the processes by which this consistency develops, it seems clear that decision-makers do not simultaneously estimate how a policy will affect many values. Instead they at first look at only one or two most salient values. As they come to favor the policy that seems best on these restricted dimensions, they alter their earlier beliefs and establish new ones so that as many reasons as possible support their choice. That policy preferences precede and determine at least some of the arguments in favor of that policy is suggested by the unlikely coincidence of so many considerations. It is hard to imagine any other mechanism that could produce this arrangement of beliefs”.

moldar a opinião pública, o que então ajuda a moldar o comportamento dos governantes” (Seib, 2000: 62). Porém, para que isto ocorra, o jornal deve demonstrar autonomia neste processo (Cerqueira, 2005), conforme exposto na Introdução desta pesquisa.

O primeiro comportamento da imprensa que evidenciaria autonomia no processo político doméstico é o não-alinhamento com a visão oficial do Itamaraty. A literatura que aponta que a mídia tem influência na política externa enfatiza a capacidade do Governo de transferir à imprensa suas preferências e sua agenda, interferindo diretamente na relevância que os temas ganham no debate interno e moldando as expectativas quanto ao resultado das políticas (Robinson, 2001).

Porém, essas abordagens tendem a desconsiderar justamente a influência das percepções neste processo, que conferem autonomia à imprensa: tanto o trato com as fontes, como a escolha dos enquadramentos que são utilizados para analisar os temas, são fruto das percepções. A combinação delas pode levar a imprensa a analisar a política implementada de um ponto de vista diferente do oficial, assumindo a característica de uma posição própria sobre o assunto. É esta autonomia que procurará ser demonstrada no Capítulo Dois.

O segundo comportamento esperado para se considerar a imprensa como ator autônomo é o exame crítico das propostas de política externa. Estudos que relacionam a imprensa com a política externa mostram que os decisores, em geral, são atentos aos comentários que editoriais e artigos de grandes jornais publicam sobre suas políticas<sup>18</sup>. Ao fazer esse exame, a imprensa estaria trazendo ao debate doméstico temas e visões a que, de outra forma, a maior parte de seus leitores não teria acesso. Este ponto também poderá ser observado no Capítulo Dois.

Por fim, o terceiro comportamento que se buscará nesta pesquisa para que se possa ver a imprensa como ator autônomo, é a coerência e a regularidade nos enquadramentos e argumentos apresentados pelo jornal (Capítulo Três). Como dito acima, as escolhas feitas durante o processo de produção das notícias envolvem diversos fatores, que são frutos das percepções dos jornalistas, editores e da própria empresa de comunicação. Assim, só será possível atribuir uma posição à imprensa no debate sobre determinado assunto, se a opinião que ela expressa for reafirmada com alguma regularidade ao longo do tempo, o que se configura como influência autônoma no processo de formulação da política externa. São estes três comportamentos da FSP que procurarão ser identificados nos próximos capítulos, através da utilização da Teoria das Percepções para a análise do jornal.

---

<sup>18</sup> Hill (2002); Cohen (1963); Seymore-Ure (1968).

## ***1.2) A Teoria das Percepções e a mídia***

As idéias de Stoessinger fazem referência às percepções que as nações têm uma sobre a outra no sistema internacional, que podem diferir do que estas realmente o são (Stoessinger, 1978). Apesar de seus estudos serem utilizados para analisar atitudes de países, podem ser aplicados para uma análise da mídia. Logo no início do texto, o autor faz menção a respeito das construções de percepções que são realizadas “nos domínios da imaginação e da ilusão” (Stoessinger, 1978: 577): o mesmo acontece na construção de percepções pela imprensa. Para ele, as nações enxergam as outras, muitas vezes, “de formas unidimensionais e estereotipadas” (Stoessinger, 1978: 578). Trazendo esta observação para a mídia, procura-se identificar se a FSP tem estereótipos formados a respeito das ações de política externa brasileira, e também de conflitos similares aos do Haiti.

A construção de notícias no jornal é resultado de uma série de variáveis, como a validade da fonte de informação, a seleção da informação e o tratamento da mesma; mas é equivocado afirmar qual delas exerce maior influência para a definição do produto final (Charaudeau, 2006). Mas, apesar disso, o autor admite que “comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, mas escolha de estratégias discursivas” (Charaudeau, 2006: 39). Portanto, esta dissertação vai

“examinar as percepções do ator como sendo a causa imediata do seu comportamento”<sup>19</sup> (Jervis, 1976: 29).

Neste sentido, não são exatamente as ações em si de política externa que importam, mas como o jornal as percebe. Para Charaudeau, “as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público” (Charaudeau, 2006: 19). Assim, em relação ao Haiti, mais do que acontece lá, ou quais são as intenções do Brasil, é como o jornal percebe isto, e constrói as matérias a partir disso. Desta forma, a percepção em si é tão importante quanto a própria realidade objetiva (Stoessinger, 1978). Quando da observação, por exemplo, de uma ação de política externa do governo, a opinião do jornal pode ser completamente distoante da justificativa apresentada pelo discurso oficial como motivação para esta ação.

Em oposição à Teoria do Espelho<sup>20</sup>, o fato nunca seria transmitido em seu estado bruto, mas sua significação depende do olhar que se estende sobre ele (Costa et al., 2004). O acontecimento “nasce, vive e morre numa dialética permanente da ordem e da desordem; dialética que pode estar na natureza, mas cuja percepção e significância dependem de um sujeito que interpreta o mundo” (Charaudeau, 2006: 99). Além disso, os fatos não teriam uma verdade em si, e poderiam ser percebidos de várias maneiras. “É

---

<sup>19</sup> Tradução livre da autora: “we will examine the actor’s perceptions as one of the immediate causes of his behavior”.

<sup>20</sup> Surgiu nos Estados Unidos e é assim chamada por afirmar que a mídia refletiria a realidade, de maneira objetiva e imparcial (fatos *versus* opiniões), já que os jornalistas seriam neutros (Traquina, 2004).

em sua encenação, num certo dispositivo, que surge, diante daquele que é tomado por este mesmo dispositivo, uma verdade subjetiva que tende a objetivar-se num movimento de compartilhamento universal” (Charaudeau, 2006: 269).

As idéias de Charaudeau fazem referência à mecânica de construção do “sentido” das coisas. As mesmas categorias apontadas pelo autor para a “transformação de um ‘mundo a significar’ em um ‘mundo significado’” (Charaudeau, 2006: 41) podem ser utilizadas, de maneira inédita através desta dissertação, para tentar identificar alguns fatores de influência na formação das percepções. Assim, a construção de percepções na mídia pode ser formada: a partir da identificação dos seres do mundo *nomeando-os*, da aplicação de propriedades a esses seres *qualificando-os*; da descrição das ações nas quais esses seres estão engajados *narrando-os*; do fornecimento de motivos para essas ações *argumentando*; da avaliação desses seres, dessas propriedades, dessas ações e desses motivos *modalizando-os*<sup>21</sup>. As notícias refletiriam este processo de construção de percepções, pois “*descrevem* (identificam e qualificam os fatos), *contam* (reportam acontecimentos) e *explicam* (fornecem as causas desses fatos e acontecimentos)” (Charaudeau, 2006: 41) os fenômenos.

---

<sup>21</sup> Criado a partir de Charaudeau, 2006: 41.

Essas formas de interpretação dos acontecimentos e fenômenos, que podem ser variadas, acabam por resultar na maneira como é construído o produto final, ou seja, a notícia. É sob esta perspectiva de construção das percepções que serão analisadas as matérias e editoriais da FSP sobre o Haiti e sobre a MINUSTAH. A notícia não se trata somente de “transmitir saber, mas de se confrontar com os acontecimentos que se produzem no mundo ou inteirar-se de sua existência, e de construir, a esse respeito, um certo saber” (Charaudeau, 2006: 72). As percepções desses acontecimentos resultam na produção deste “certo saber”.

Neste sentido, quando se fala sobre os estereótipos, a repetição de uma mesma idéia ou imagem pode fazer com que ela se torne real ou verdadeira para quem acredita nela: “Se acreditarmos num estereótipo por tempo suficientemente longo, ele poderá transformar-se em realidade, em resultado de pôr em ação o mecanismo da profecia auto cumprida (Stoessinger, 1978: 578).

Nesta mesma linha de pensamento, Jervis afirma que “os indivíduos tendem a ver o que esperam ver e assimilam a informação de acordo com as imagens pré-concebidas. Em ambos casos, o filtro de informação é feito racional e irracionalmente”<sup>22</sup> (Jervis, 1976: 117). Este tipo de comportamento é explicado por Jervis através do conceito de “Regularidade

---

<sup>22</sup> Tradução livre da autora: “individuals tend to see what they *expect* to see and to *assimilate* incoming information to *pre-existing images*. Such filtering is done in both rational and irrational ways”.

Racional”<sup>23</sup> (Jervis, 1976: 119), que é o processo em que é verificada uma repetição no comportamento. Assim, pretende-se observar se a FSP manifesta este tipo de atitude em relação a alguma idéia que tenha sobre a política externa brasileira, sobre o Haiti ou sobre a MINUSTAH. A hipótese desta pesquisa defende que tanto no período inicial (2004-2006), como no segundo período (2006-2008) de análise, em que o Itamaraty defende mudanças efetivas na realidade da situação do Haiti, a imagem do país apresentada pelo jornal se manteve inalterada, reportando aspectos de um Estado Falhado<sup>24</sup>.

Assim, e pretende-se verificar isto através desta dissertação, as matérias veiculadas podem acabar por revelar percepções construídas sob um “tipo condicionado de predisposição mental relativamente àquele evento” (Stoessinger, 1978: 579), e que resultam em notícias distorcidas. Como afirma Jervis,

O processo de tirar conclusões à luz da lógica e de experiências passadas produz a regularidade cognitiva racional e também leva as pessoas à ajustar as informações recebidas em crenças pré-existentes e a apreender o que elas esperam que esteja lá<sup>25</sup> (Jervis, 1976: 143).

---

<sup>23</sup> Tradução livre da autora: “Rational Consistency”.

<sup>24</sup> A definição deste conceito será feita posteriormente neste Capítulo.

<sup>25</sup> Tradução livre da autora: “The process of drawing inferences in light of logic and past experience that produces rational cognitive consistency also causes people to fit incoming information into pre-existing beliefs and to perceive what they expect to be there”.



Mesmo quando da ida dos jornalistas da FSP para o Haiti, o que traria uma maior “proximidade” com os fatos, ainda assim não se pode afirmar que os mesmos tiveram uma percepção exata da situação. A mente dos jornalistas pode estar formatada de acordo com a percepção que já tinham anteriormente sobre o conflito e que acaba por reconfirmar uma determinada imagem. Ou seja, “eles compreendem o que querem compreender”<sup>26</sup> (Jervis, 1976: 356). Conforme defende Stoessinger “a lembrança persiste por mais tempo que o fato em si. [...] O grau de divergência entre percepção e realidade é determinado pelo grau em que a lembrança sobrevive à realidade dos fatos” (Stoessinger, 1978: 583). Caso isto ocorra, pode-se afirmar que as notícias são elaboradas nos “domínios das imagens distorcidas. [...] O fator ideológico gerou uma imagem própria distorcida. Ele também foi responsável por uma percepção [...] que não correspondia à realidade” (Stoessinger, 1978: 585).

Pretende-se também verificar com esta pesquisa, portanto, se há alguma mudança, em termos de conteúdos, nas notícias que são produzidas quando do envio de um correspondente especial ao Haiti. Se havia alguma distorção, pode-se observar se, com a ida dos jornalistas, “clichês simplificativos e unidimensionais” (Stoessinger, 1978: 586) deram lugar a realidades mais complexas sobre o assunto.

---

<sup>26</sup> Tradução livre da autora: “generally perceive what they want to perceive”.

As razões para percepções distorcidas são diversas. Já por definição, “nenhuma informação pode pretender à transparência, à neutralidade ou à factualidade” (Charaudeau, 2006: 42). Neste sentido, a Teoria das Percepções se mostra suficiente para análise da imprensa pois relativiza o comportamento da mídia a uma série de fatores de influência. “Nossa discussão, até certo ponto, lida com a conclusão de que muitas vezes é impossível explicar as decisões cruciais e políticas sem referir as crenças que os líderes de opinião têm sobre o mundo e a imagem que têm sobre os outros”<sup>27</sup> (Jervis, 1976: 28).

### ***1.2.1) A Análise de Conteúdo***

Para a observação em si que será realizada dos editoriais e das notícias da FSP, além dos estudos das Percepções, serão também utilizadas as idéias de Charaudeau e de outros autores para a realização da análise de conteúdo. A contribuição da análise de conteúdo é de poder revelar grandes tendências e colocar em evidência os assuntos e os temas mais importantes difundidos nas mensagens midiáticas (Ringoot, 2006).

Os procedimentos da análise de conteúdo reconstróem, segundo Bauer, como algo é dito ou escrito. Com efeito, a frequência das palavras e sua ordenação, o vocabulário, os tipos de palavras, as características gramaticais

---

<sup>27</sup> Tradução livre da autora: “Our discussion thus far leads to the conclusion that is often impossible to explain crucial decisions and policies without reference to the decision-makers’ beliefs about the world and their images of others”.

e de estilo são vistas como indicativas das opções [editoriais] realizadas (Bauer, 2000).

Há várias metodologias que podem ser aplicadas para a realização da análise de conteúdo<sup>28</sup>. Para esta pesquisa, foram aplicadas as seguintes etapas, conforme sugere Vala:

- a) Delimitação dos objetivos e definição de um quadro de referência teórico orientador da pesquisa e seleção de um certo número de conceitos analíticos;
- b) Constituição do corpus da análise ou seleção dos materiais, que é feita frequentemente por amostragem aleatória;
- c) Construção de um sistema de categorias (pode ser previamente estabelecida, fundamentada no referencial teórico-metodológico ou de modo emergente do conteúdo coletado, ou mediante combinação dos dois processos);
- d) Definição de unidades de análise<sup>29</sup> (Vala, 1986: 110).

Seguindo estes passos apresentados por Vala, chegou-se à definição de um sistema de categorias (ou enquadramento) para a comparação entre os dois períodos de notícias selecionadas (2004-2006 x 2006-2008)<sup>30</sup>. De acordo com Maia,

Os enquadramentos são quadros interpretativos que fornecem “pistas” para os leitores produzirem interpretações específicas dos eventos e assuntos políticos. Por se tratar de construções sociais, nem sempre os jornalistas e o público se dão conta de tal

---

<sup>28</sup> Para as diferentes orientações teórico-metodológicas da análise de conteúdo ver: Pereira (1998).

<sup>29</sup> Franco, por exemplo, destaca que as unidades podem ser: palavras; personagens; itens ou temas (Franco, 1986).

<sup>30</sup> A justificativa para a escolha destes dois períodos temporais foi apresentada na Introdução desta pesquisa. Ver: Introdução, página 12.

ordenamento implícito presente nos textos jornalísticos (Maia, 2007: 91).

Para Moraes, as categorias devem garantir que todas as unidades de análise [as notícias do jornal, no caso] possam ser colocadas em pelo menos um dos enquadramentos (Moraes, 1998). De acordo com todas estas peculiaridades, e após uma observação prévia das notícias da FSP, se chegou ao conceito de Estado Falhado como grelha de leitura a ser utilizada no Capítulo Três desta investigação.

### ***1.2.2) O Estado Falhado como enquadramento da FSP***

São diversos os estudos que existem sobre Estados Falhados e, apesar de não ser esta a discussão central desta pesquisa, considera-se importante apresentar as principais linhas de pensamento que debatem este conceito tão controverso, para fugir de uma definição simplista e superficial.

Neste sentido, acredita-se que muitas das definições do que é um Estado Falhado culpam a pobreza, destacando que a ineficácia de determinados países em prover bens públicos para a sua população pode acarretar no colapso de um Estado (Hirst, 2006). Tais abordagens deixam a desejar ao não considerarem a dinâmica entre o país em questão e o sistema internacional, apontando como sendo seu fracasso causado por características intrínsecas, sem qualquer reflexão acerca de seu passado

colonial, seu contexto sócio-histórico e sua posição periférica nas estruturas políticas e econômicas mundiais (Bilgin e Morton, 2002).

Após os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001, os estudos sobre Estados Falhados aumentaram<sup>31</sup>, já que estes passaram a ser considerados, em muitos âmbitos, uma das principais ameaças à paz e à segurança internacional. De acordo com Relatório da ONU, os Estados Falhados estão entre as seis maiores ameaças com as quais o mundo precisa lidar<sup>32</sup> (United Nations, 2004). Além disso, esta idéia não ficaria mais restrita somente a acadêmicos e estudiosos de RI, mas seria também incorporada pelos governos, em uma dimensão de políticas de segurança; e pela mídia (Pureza, 2006).

O periódico Foreign Policy, em associação com o Fund for Peace, veicula há 5 anos o Índice de Estados Falhados<sup>33</sup>. Dentre os indicadores de fraqueza estatal propostos estão Pressões Demográficas, Refugiados e Pessoas Dispersas Internamente, Crescimento econômico desigual entre grupos, Deterioração de Serviços Públicos e Criminalização e Deslegitimação do

---

<sup>31</sup> Os primeiros estudos como tema acadêmico estariam, por exemplo, nas idéias de Helman e Ratner (1992); ou de William Zartman (1995), em um contexto de final da Guerra Fria.

<sup>32</sup> As demais ameaças seriam (1) guerras interestatais; (2) pobreza e doenças infecciosas assim como degradação ambiental; (3) armas nucleares, químicas, radiológicas e biológicas; (4) terrorismo; e (5) crime transnacional organizado.

<sup>33</sup> Fonte: Foreign Policy [www.foreignpolicy.com/articles/2009/06/22/the\\_2009\\_failed\\_states\\_index](http://www.foreignpolicy.com/articles/2009/06/22/the_2009_failed_states_index) [5 de Julho de 2009].

Estado. No relatório de 2009, o Haiti ocupa a 12ª posição<sup>34</sup> entre os mais “falhos”, de um total de 177 países.

Acredita-se aqui que a idéia de Estado Falhado só pode ser compreendida a partir de uma perspectiva comparativa, uma vez que tem como parâmetro a falência quando a referência é um modelo de Estado cujas origens estariam na Europa. De modo esquemático, Ghani et al. dividem em 10 as principais funções do Estado moderno<sup>35</sup>:

- 1) Monopólio dos meios de violência dentro de determinado território;
- 2) Controle administrativo;
- 3) Administração das finanças públicas;
- 4) Investimento em capital humano;
- 5) Delineação dos direitos e deveres da população;
- 6) Provisão de infra-estrutura;
- 7) Formação do mercado interno;
- 8) Administração dos bens do Estado (meio ambiente, recursos naturais, culturais);
- 9) Relações internacionais;
- 10) Estabelecimento do Estado de direito<sup>36</sup> (Ghani et al., 2005: 6).

Segundo os autores, o fracasso em prover uma ou mais dessas funções pode impulsionar a falência do Estado: através da criação de um círculo vicioso resultando no surgimento de centros de poder contestadores; na

---

<sup>34</sup> Ver Anexo 7 com índice completo. Fonte: The Fund for Peace.

<sup>35</sup> Há outras definições, como as apresentadas por Fukuyama (2006). Ver: Fukuyama, Francis (2006) *A construção de estados: governação e ordem mundial no século XXI*. Lisboa: Gradiva.

<sup>36</sup> Tradução livre da autora: “1) Legitimate monopoly on the means of violence; 2) Administrative control; 3) Management of public finances; 4) Investment in human capital; 5) Delineation of citizenship rights and duties; 6) Provision of infrastructure services; 7) Formation of the market; 8) Management of the state’s assets (including the environment, natural resources, and cultural assets); 9) International relations; 10) Rule of law”.

multiplicação de processos de formulação e de execução de políticas públicas ineficazes; na perda da confiança dos cidadãos no Estado; na deslegitimação das instituições; no fim da cidadania; e, por fim, no surgimento de conflitos dentro do país (Ghani et al., 2005). Para eles, as questões envolvendo a distribuição dos bens públicos e as funções executadas são fundamentais, pois oferecem os critérios para que seja julgado o desempenho estatal.

Tendo em mente este desempenho, a título de exemplo, pode-se utilizar a diferenciação feita por Clément entre “Estados em Colapso”, daqueles em Crises, e dos “Estados Fortes”<sup>37</sup>. Segundo a autora, um **Estado em Colapso** apresenta “sérias dificuldades para lidar com conflitos e impor a segurança e é incapaz de prover serviços essenciais e infra-estrutura básica para boa parte de seu território durante um período substancial de tempo”. Já um **Estado em Crise** seria aquele “com dificuldades para lidar com conflitos e impor segurança, além de não distribuir serviços essenciais e infra-estrutura básica para poucos recantos de seu território durante um período pequeno”. Por fim, o **Estado Forte** seria aquele que “resolve conflitos internos e consegue projetar segurança e prover serviços essenciais e infra-estrutura para parte substancial de seu território durante um período contínuo de tempo”<sup>38</sup> (Clément, 2005: 4-5).

---

<sup>37</sup> Há várias classificações. Ver, por exemplo: Robert Rotberg (2004); Jonathan Hill (2005); ou Crisis States Research Center (2006).

<sup>38</sup> Tradução livre da autora: “A collapsed state is: unable to manage conflict and eventually to enforce security; incapable of delivering essential social services and basic infrastructure; over a substantial portion of its territory; for a substantial period of time. A state in crisis is: unable to manage conflict and eventually to enforce security; incapable of delivering

Ao “classificar” os Estados desta forma, faz-se necessário pensar **em relação ao que e a quem** tal Estado fracassou. Nesta perspectiva, de acordo com Milliken e Krause, a falência estatal está relacionada com as tarefas que o Estado deveria realizar e que alguns países não “conseguem” executar; como se este “modelo” fosse um ideal acabado, que não precisasse de nenhuma emenda; e como se não existissem melhores alternativas para a organização política da população e para o relacionamento entre os países do que um Estado aos moldes europeus (Milliken e Krause, 2002). Assim, os Estados Falhados seriam cada vez mais vistos como empecilho para o desenvolvimento dos países do centro, gerando fluxos de refugiados, terrorismo e tráfico de drogas (Pureza, 2008).

Ao ignorar as origens dos problemas dos países da periferia, essas abordagens enxergam a situação atual destes países como dadas. Além disso, tomando-se em consideração somente esta perspectiva, pressupõe-se que existe ou existiu, em algum momento da história de tais países, um Estado semelhante àquele encontrado na Europa Ocidental ou nos EUA, desconsiderando a variável histórica dos países em questão, concentrando-se em temas como a qualidade (ou a falta de) das lideranças internas como possíveis causas para a falência estatal (Pureza et al., 2007). O impacto de questões como as intervenções das grandes potências, assim como a

---

essential social services and basic infrastructure; over a *pockets* of its territory; for a *short* period of time. A relatively strong state is: able to manage conflict and eventually to enforce security; capable of delivering essential social services and basic infrastructure; over a *substantial part* of its territory; for an *enduring* period of time”.



expansão do capitalismo e do colonialismo pelo globo não são levadas em consideração.

Para Pureza et al., a visão dominante do conceito se baseia em dois pressupostos básicos: os Estados fracassariam porque não possuem as capacidades institucionais, econômicas e políticas para sobreviverem enquanto Estados soberanos; e a falta de tais capacidades se deveria sobretudo a problemas de governança interna (Pureza et al., 2007). Para o autor, esta definição de quais seriam os propósitos do Estado, e a classificação dos mesmos enquanto falhos, seria uma forma de expressão de poder e perpetuação de uma certa hierarquia, com a criação de um "ranking" de capacidades ou falta de capacidades enquanto Estado (Pureza, 2006).

A definição apresentada por Almeida representa exatamente este tipo de pensamento dominante. Para ele, os Estados Falhados partilham quatro características. Em primeiro lugar, nestes Estados o Governo central perdeu o seu controle e autoridade sobre seu território e é, portanto, incapaz de garantir a paz, lei e ordem. Em segundo lugar, os Estados Falhados são caracterizados por "*warlord politics*": a violência é necessária para controlar a distribuição da riqueza e da construção de alianças políticas. Isto torna difícil a distinção entre grupos rebeldes e forças governamentais. Em terceiro lugar, as tragédias humanitárias nos Estados Falhados, causadas pela pobreza extrema, fome e doenças, são generalizadas. Os Direitos Humanos e

o respeito pelas normas democráticas são comumente subvertidos. Em quarto lugar, as partes combatentes são financiadas, em grande parte, pelo dinheiro proveniente de sequestro, tráfico, prostituição e contrabando. Assim, o estado de anarquia serve de fachada para o crime organizado (Almeida, 2007: 41).

É perante este tipo de definição que Pureza aponta dois problemas: esta caracterização enquanto construtora de um discurso de diagnóstico sobre ameaças; e em segundo lugar como legitimadora de respostas políticas a essas ameaças. Esta leitura securitária da fragilidade dos Estados teria sido ainda mais enfatizada após o 11/09, colocando todos no mesmo plano (enquanto ameaças), e trazendo a resposta militar como primeira opção para lidar com os mesmos (em detrimento da segurança humana) (Pureza, 2008).

A maior parte dos estudos sobre o tema argumenta que a melhor maneira para se lidar com estas ameaças e “incapacidades internas”, e garantir a segurança internacional, seriam as chamadas operações de construção dos Estados, lideradas por agentes externos e cujos objetivos principais seriam reconstruir as instituições políticas, promover eleições democráticas e consolidar uma economia de mercado no país alvo (o que aconteceu no Haiti). Para Pureza, esta forma de intervencionismo externo seria uma política de governança global contemporânea, que mantém o status quo vigente do sistema internacional, em detrimento do desenvolvimento dos

atores locais: “não custa perceber a advertência crítica segundo a qual *state building* é hoje uma técnica de *state failure*” (Pureza, 2008: 11).

Assim, considera-se importante referenciar os dois problemas fundamentais que não seriam considerados nas grandes correntes de definições de Estado Falhado: o modelo de Estado europeu como referência ideal, que não necessitaria de ajustes, e que deveria ser um objetivo a ser alcançado por todos; além disso, discorda-se totalmente das idéias apresentadas que apontam a falha dos Estados como sendo somente devido a problemas de governança interna ou colapso da autoridade, sem levar em consideração as dinâmicas históricas, regionais e internacionais, e de formação daquele Estado (Woodward, 2004).

Posto isto, a análise prévia das matérias sobre o Haiti na FSP indicou que é a visão dominante de Estado Falhado que está presente nas percepções que o jornal tem sobre a ilha. Para demonstrar esta afirmação, serão utilizados como enquadramentos os quatro pontos apresentados por Almeida (2007), cientes de que os mesmos representam o discurso legitimador vigente da construção de ameaças e da intervenção internacional; e considerando-se emblemática ser esta a visão presente na mídia. Acredita-se, como defende Pureza et al.:

Nós seguramente precisamos de outros adjetivos para descrever essas realidades como uma base sólida de políticas alternativas,

no sentido da promoção de uma paz sustentável e do desenvolvimento nessas sociedades. “Estado responsável internacionalmente” e “Estado-governança” são sugestões importantes<sup>39</sup> (Pureza et al., 2007: 22).

Perante as bases teóricas apresentadas até o momento, juntamente com este enquadramento proposto, acredita-se que se estabelece uma relação consistente para entender a construção das percepções a partir das narrativas da FSP, e de que forma estas influenciam nas definições de política externa, através de uma postura autônoma do jornal.

---

<sup>39</sup> Tradução livre da autora: “We definitely need other adjectives to describe those realities as a solid basis for alternative policies aimed at promoting sustainable peace and development in those societies. “Internationally responsible state” and “governance state” are important suggestions”.

## ***2) A FSP e a construção das percepções sobre a política externa brasileira***

O presente capítulo pretende analisar as percepções que o jornal FSP tem sobre a política externa brasileira do governo Lula, e como estas foram constituídas. Além disso, através da identificação de quais são as percepções do jornal sobre política externa é possível verificar se a imprensa atua de forma autônoma para influenciar as definições de políticas externas, de acordo com os critérios apresentados na Introdução por Cerqueira (2005)<sup>40</sup>. Para este capítulo, o que interessa é se é possível observar, na FSP, os seguintes padrões de comportamento: a participação no debate sobre a política externa a partir de uma visão distinta daquela defendida pelo governo; e a exposição das políticas oficiais a um exame crítico, confrontando os interesses e preferências envolvidos nas decisões tomadas.

A partir da análise dos editoriais do jornal no período entre 2004 e 2008, pretende-se verificar quais as percepções construídas pela FSP sobre a política externa brasileira, e se estas resultam ou não em apoio às ações do governo. Para isto, o objeto comparativo para identificar se há ou não apoio será o discurso oficial do governo brasileiro, tanto do presidente Luís Inácio Lula da Silva, como do Ministro das Relações Exteriores, Celso Luiz Nunes Amorim.

---

<sup>40</sup> Ver Introdução, página 14.

Além disso, foram realizadas também leituras de especialistas em política externa brasileira, que permitiram uma maior compreensão histórica da mesma, assim como identificar os objetivos, interesses e motivações do atual governo, de modo a não ter como quadro de referência somente a retórica oficial.

Para Charaudeau, na imprensa, todos contribuem para fabricar uma “enunciação aparentemente unitária e homogênea do discurso midiático que, ao ser assumida por esses atores, representa a ideologia do organismo de informação” (Charaudeau, 2006: 73). Nesse sentido, pode-se afirmar que os editoriais, por explicitarem as opiniões do jornal sobre os mais diversos temas, ajudam a identificar quais são estas “ideologias”. Dentro disto, a análise dos editoriais sobre política externa brasileira permite apontar, portanto, quais as percepções que o jornal tem sobre os assuntos.

Além disso, acredita-se que apesar de existir um discurso do governo brasileiro sobre suas ações de política externa, a maneira como as mesmas são percebidas pela FSP nem sempre condizem com esta retórica oficial. Stoessinger faz uma análise interessante do comportamento das nações no cenário internacional, que pode também ser aplicada para observar o comportamento da mídia. Para ele,

há diferenças frequentes e altamente significativas entre a maneira pela qual as nações se encaram umas às outras e a sua

maneira efetiva de ser. Pois as lutas titânicas entre as nações de nosso tempo não são travadas unicamente com base em realidades objetivas. Elas também o são nos domínios da imaginação e da ilusão. Costuma haver grandes divergências entre a percepção que se tem da realidade e a realidade mesma (Stoessinger, 1978: 577).

Fazendo um paralelo com a mídia, pode-se afirmar que não são as ações em si do governo, no campo da política externa, que importam, ou as "realidades objetivas", mas sim quais as percepções lançadas sobre elas. Neste sentido, estas percepções o são nos domínios da imaginação dos atores do jornal. Como afirma Charaudeau, as percepções e significâncias de cada acontecimento depende do olhar que o sujeito lança sobre esse fato, ou seja, "as redes que ele estabelece, através de sua própria experiência, entre diversos sistemas de pensamento e de crenças" (Charaudeau, 2006: 99). Ainda nesta perspectiva, Jervis faz menção a um estudo da psicologia conhecido como *Two-Step Model*, que afirma que a imagem apreendida não é a realidade em si e sim a informação disponível para determinado ator, segundo um modo subjetivo de interpretação no qual pode ocorrer a incidência de diversos fatores como experiência, cultura, qualidade e quantidade de dados (Jervis, 1976).

A "reação" do jornal sobre as ações de política externa revelada nos editoriais não se dá, por vezes, em torno da realidade, mas sim das ficções que a própria FSP criou em torno desta política. Para Stoessinger, "o campo da política mundial presta-se com muita facilidade ao estabelecimento de

grandes divergências entre a realidade efetiva e a forma pela qual é ela percebida” (Stoessinger, 1978: 577). Acredita-se que estas mesmas divergências podem ser identificadas no comportamento da mídia. Esta análise permitirá, portanto, construir uma série de idéias a respeito do modo como o jornal percebe a política externa brasileira, e como isto acaba por se refletir nas notícias publicadas.

### ***2.1) A política externa brasileira do governo Lula***

A política externa brasileira do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-atual) vem sendo objeto de análise por parte de uma série de observadores políticos. Com um sistema internacional em constante mutação, a postura do governo brasileiro tem sido sentida por analistas nacionais e internacionais como uma busca por sua afirmação como líder entre os países do Sul (Saraiva, 2007).

De acordo com Saraiva, a eleição de Lula em 2003 representa a volta a uma política externa que ela chama de “Autonomista”. De maneira esquemática, esta teria sido implementada anteriormente no governo de Itamar Franco (1992-1994), e seria marcada pelas seguintes características principais: a busca por uma cooperação Sul-Sul fica em evidência, ao mesmo tempo em que recupera a divisão Norte/Sul; visa projetar o Brasil de maneira autônoma no sistema internacional; e, de forma multilateral, retoma a consolidação de alianças iniciadas no governo Franco através de uma maior aproximação com



outros países considerados emergentes, como Índia, China, Rússia e África do Sul. O governo Lula acredita que esta junção a países menos poderosos contribui para um equilíbrio maior no sistema internacional a partir de uma distribuição de poder entre um maior número de países, em um mundo multipolar (Saraiva, 2007). É nesta linha de atuação que ganha destaque a busca por uma vaga no CS da ONU.

### ***2.1.1) O CS da ONU na política externa brasileira***

O Brasil tem buscado historicamente alcançar um papel de maior destaque no cenário internacional. Sendo a ONU o maior organismo multilateral e universal, com atuação diversa, que procura promover um certo tipo de "ordem" internacional (Silva, 1998), e com representação diplomática da maior parte dos países do mundo, uma atuação mais participativa nesta organização tem sido vista pela diplomacia brasileira como fundamental para o alcance dos seus objetivos. Como afirma Tollefson, "O continuado desejo de ser um membro permanente do CS é só um exemplo de seu objetivo de se tornar um ator global cada vez mais importante" (Tollefson, 2002: 283).

Para Paulo Roberto de Almeida, o Ministro Celso Amorim tem conduzido uma das fases mais dinâmicas da diplomacia brasileira em qualquer época histórica (Paulo Roberto de Almeida, 2004). É neste movimento de busca por um papel de liderança no cenário internacional que ganha força a campanha

do Itamaraty pela reestruturação da ONU e reforma do CS com a eleição de mais membros permanentes.

Especialistas em política externa brasileira acreditam que, para o Governo, uma atuação eficiente no Haiti pode contribuir significativamente para sua vitória em uma possível eleição como membro permanente do CS. Ocupar uma cadeira permanente neste órgão traria ao Brasil a expansão de seu *status quo* e de seu prestígio na cena internacional. Apesar disso, os discursos oficiais justificam que a atuação internacional é fruto de outros motivos, que não o interesse pelo poder. Em artigo sobre a África, o Ministro afirma

Como declarou o presidente Lula, o estreitamento das relações com a África constitui para o Brasil uma obrigação política, moral e histórica. Com 76 milhões de afrodescendentes, somos a segunda maior nação negra do mundo, atrás da Nigéria, e o governo está empenhado em refletir essa circunstância em sua atuação externa (Amorim, 2005).

Hans Morgenthau defende que há duas formas de se alcançar prestígio, e que pode ser através do uso da força ou através da Diplomacia (Morgenthau, 1993). Claramente a política externa brasileira tem se utilizado da veia diplomática para se aproximar de seus diversos parceiros e estabelecer alianças em diferentes áreas e regiões do globo. Neste sentido, de modo a defender seus interesses nacionais, o Brasil pratica a bandeira da cooperação Sul-Sul.

Com o debate sobre a reforma das Nações Unidas, em 1994, o Brasil se candidata novamente [já o tinha feito anteriormente] a membro permanente do CS, diante da percepção do Itamaraty de que o 50º aniversário da ONU daria um novo impulso às discussões em torno do tema (Amorim, 1996). A argumentação brasileira baseava-se na constatação de que a composição do CS teria que ser ajustada às novas realidades políticas e econômicas do mundo pós-Guerra Fria, com base em critérios que aumentassem sua representatividade, legitimidade e eficácia. Após o ataque terrorista aos EUA, em 11 de Setembro de 2001, o Brasil lança novamente candidatura (Arraes, 2006), mas nenhuma reforma na ONU é realizada.

O governo Lula atribuiria grande valor à conquista dessa cadeira, tendo recolhido apoios substanciais a essa pretensão desde o início do seu primeiro mandato, em 2003. Se essa mudança de postura for aceita no plano multilateral e se for factível de ser implementada no plano prático, o Brasil passaria certamente a ser mais ouvido no plano internacional. Para Paulo Roberto de Almeida, a contrapartida obrigatória seria a necessidade de o país estar em condições de assumir novas e maiores responsabilidades no mesmo contexto, em termos de segurança, de assistência humanitária e de cooperação ao desenvolvimento com países mais pobres. Isso significaria maiores encargos financeiros e humanos, tanto no plano bilateral, como regionalmente e no âmbito da ONU (Paulo Roberto de Almeida, 2004). No ano de 2005, sexagenário das Nações Unidas, o Brasil manifesta novamente

seu interesse por uma reforma do CS, que até o final de 2008 não tinha dado sinais de avanços.

## ***2.2) As percepções da FSP sobre a política externa brasileira***

A política externa do governo Lula tem desenvolvido ações em áreas diversas, e pode ser caracterizada como uma política dinâmica e multidimensional. Para analisar, portanto, as percepções que a FSP tem sobre diferentes áreas da política externa brasileira, foi necessário identificar quais os principais temas discutidos pelo jornal no período analisado. A partir disso, buscou-se encontrar justificativas e “respostas” a estas opiniões da FSP no discurso oficial do governo brasileiro.

A construção das percepções é resultado de uma série de variáveis e componentes que determinam o comportamento do ator (Jervis, 1976), o jornal FSP neste caso, que é, como qualquer jornal, confrontado com “um enorme número de valores, situações altamente complexas, e informações muito ambíguas”<sup>41</sup> (Jervis, 1976: 31).

A análise dos editoriais entre os anos de 2004 e 2008 permite afirmar que alguns temas receberam maior destaque do que outros. Segundo Charaudeau, a partir de palavras chave e a repetição de certas expressões, é

---

<sup>41</sup> Tradução livre da autora: “Decision-makers are faced with a large number of competing values, highly complex situations, and very ambiguous information” (Jervis, 1976: 31).

possível identificar a opinião do jornal (Charaudeau, 2006). Na maior parte dos casos, a mesma opinião e discurso sobre um determinado assunto está presente nos quatro anos observados. Isto demonstra certa coerência da FSP em manter uma determinada linha editorial. Para uma mais clara apreciação dos resultados encontrados, serão mencionados os temas mais recorrentes, que apareceram em mais de um editorial, e em seguida como os mesmos são “justificados” ou “defendidos” nos discursos oficiais do governo.

Referente ao relacionamento do Brasil com outros países, a FSP aponta que o atual governo seria anti-americano, utilizando-se de expressões do tipo “birra antiamericana” (FSP, 05/03/05). Além disso, ainda em relação aos EUA, o jornal afirma que um dos interesses brasileiros em manter um bom relacionamento com os EUA seria o de receber seu apoio para a reforma do CS da ONU (FSP, 06/10/04). Sobre estes dois assuntos, o governo brasileiro aponta sempre para o bom relacionamento com os norte-americanos, que é um dos principais parceiros comerciais do Brasil, e com quem o país deseja continuar assim, mas que vem buscando um maior equilíbrio nas negociações comerciais (Lula da Silva, 20/04/04; Amorim, 11/02/07).

Ainda neste segmento de relacionamento multilateral, a FSP faz uma série de referências à aproximação com a China, e o reconhecimento dado pelo Brasil a esta enquanto economia de mercado na Organização Mundial do Comércio (FSP, 16/11/04). O jornal afirma que esta ação também seria motivada pelo

interesse brasileiro em receber o apoio chinês referente ao CS da ONU (FSP, 04/10/05). Em seus discursos, Lula e Amorim exaltam positivamente este relacionamento, e apontam a China como um dos principais parceiros estratégicos, na medida em que esta é uma potência emergente. Quando questionado sobre o assunto, Amorim diz que o CS da ONU nunca foi assunto de discussão com os chineses (Amorim, 18/09/05). Apesar disso, o presidente Lula afirma em uma visita à China que o Brasil quer a reforma da ONU, e que conta com a China nesta empreitada (Lula da Silva, 25/05/04).

Quanto ao relacionamento com a África, uma das principais motivações, segundo a FSP, também seria angariar votos dos países africanos para uma possível votação na Assembleia Geral (AG) a respeito da reforma do CS da ONU (FSP, 13/04/05). Conforme mencionado anteriormente, o governo justifica o relacionamento com a África baseados em laços culturais, históricos e étnicos, além de seu manifesto desejo de apoiar países mais pobres, para que estes se desenvolvam, sob um sentimento de "solidariedade" (Lula da Silva, 20/04/2004). Amorim afirma ainda repetidas vezes que o continente africano já é um parceiro comercial, e que tem potencial para que o seja cada vez mais (Amorim, 30/12/2007). Pode-se dizer que estas afirmações apontam para uma espécie de postura brasileira enquanto porta-voz dos países do Sul.

Quanto ao Mercosul, há uma certa preocupação do jornal a respeito do relacionamento com os parceiros do bloco, mais especificamente com a Argentina, por haver uma histórica disputa pela liderança regional; e também pela questão desta não apoiar a candidatura brasileira ao CS (FSP, 12/05/05). O governo brasileiro reafirma, em quase todos os seus discursos, a importância do fortalecimento do Mercosul, e que este é um dos seus principais objetivos de política externa; mas reconhece também que deve buscar fazer concessões, manifestando uma solidariedade regional (Lula da Silva, 13/07/05). Em relação à Argentina, Amorim justifica que as controvérsias são naturais, mas superáveis, e se justifica fazendo referência à União Européia, que teria demorado décadas para se consolidar como bloco regional (Amorim, 20/07/04). Não há menção à falta de apoio argentino sobre a candidatura brasileira ao CS da ONU.

Por fim, ainda nesta questão de relacionamento com países, o jornal afirma em vários de seus editoriais existir uma preocupação a respeito da aproximação do Brasil com diversos países do Sul, em detrimento de seu relacionamento com países do Norte, como EUA e EU (FSP, 18/06/04). Também é mencionada a questão da solidariedade entre os países mais pobres, mas com base em um pragmatismo (FSP, 05/05/08). Em relação a esta temática, há também uma repetição de afirmações no discurso oficial a respeito da importância atribuída pelo governo atual aos países do Sul, sendo este também um de seus principais objetivos de política externa, para

um maior equilíbrio do sistema internacional e uma maior independência brasileira, através da multipolaridade (Amorim, 11/02/07). Porém, apesar de um discurso mais discreto, há a preocupação brasileira em afirmar sua universalidade de parceiros, e o reconhecimento da importância de suas relações tradicionais com EUA e UE, e que o comércio com ambos tem aumentado nos últimos anos (Lula da Silva, 11/04/08).

Um outro tema sobre o qual o jornal fez uma série de referências entre ações do governo brasileiro e o CS da ONU foram posturas relacionadas aos direitos humanos. Isto no sentido de que algumas atitudes do Itamaraty de caráter mais “neutro”, na opinião do jornal, teriam sido contrárias a princípios históricos de respeito aos direitos humanos presentes na tradição diplomática brasileira. A FSP faz menção repetida a algumas situações em específico que teriam ocorrido no período analisado: a ajuda brasileira para bloquear resoluções contra a China na Comissão de Direitos Humanos da ONU (FSP, 04/06/05); a abstenção do país no Conselho de Direitos Humanos<sup>42</sup> da ONU em relação a que suspeitos de crime de guerra do Sudão fossem julgados pelo Tribunal Penal Internacional (FSP, 03/12/06; 17/10/07; 15/12/07); a participação do Brasil como observador internacional nas eleições do Zimbábue, declarando que estas tinham ocorrido de maneira idônea, na medida em que todos os indícios e acontecimentos indicavam claramente que houve fraude (FSP, 29/03/08; 17/06/08).

---

<sup>42</sup> Nota-se que na frase anterior relativa à atitude brasileira em relação à China, o órgão mencionado era chamado de Comissão de Direitos Humanos. O mesmo foi substituído pelo atual Conselho de Direitos Humanos, em 16/05/2006 (FSP, 19/05/06).



Nestes três casos, a FSP afirma que estas atitudes teriam sido motivadas pela busca de apoio do Brasil por votos tanto da China como de países africanos em uma possível reforma do CS da ONU, e que para isto o Brasil estaria se deixando levar por certo pragmatismo em sua política externa, se esquecendo de "princípios morais" (FSP, 03/12/06). Em relação à China, não há nenhuma menção oficial a respeito das violações de direitos humanos praticadas pelo gigante asiático. Parece que o governo não quer falar a respeito, e que as boas relações com esta nação estariam acima destes temas mais polêmicos. Sobre a postura brasileira de abstenções no Conselho de Direitos Humanos da ONU, Amorim justifica

abster-se é ter uma posição, é reconhecer que é uma situação que, digamos, não lhe permite votar a favor da resolução, porque você sabe que ela é politizada, ela obedece a interesses específicos de certos setores e, por outro lado, você sabe que a situação do país em questão, digamos, também não é a ideal. Então, a abstenção também é uma posição. É o reconhecimento de que, digamos, há uma tensão entre fatores (Amorim, 18/09/05).

No caso específico do Sudão, o embaixador menciona que o Brasil defende os direitos humanos, mas que somente através de uma participação maior da União Africana, poderia ocorrer uma real mudança na situação do país, e que a abstenção pretende "criar um clima que permitisse essa participação". Amorim justifica ainda que situações como estas revelam que a diplomacia é uma arte (Amorim, 24/03/08). Este tipo de atitude é completamente criticada pelo jornal, que afirma que a busca pelo CS da ONU teria se tornado "uma verdadeira obsessão" (FSP, 04/06/05), e que o Brasil "estaria

levando longe demais sua política de não contrariar ninguém, nem ditaduras” (FSP, 03/12/06).

As críticas da FSP em relação ao pragmatismo do governo talvez encontre algum fundamento no próprio discurso oficial. Esse pragmatismo tem sido defendido pelo Ministro como a melhor maneira de proteger os interesses do país (Vassoler-Froelich, 2007). Embora algumas ações de política externa conduzidas pelo atual governo sejam qualificadas como ideológicas, como os discursos sobre uma nova geografia mundial, em que o combate à fome deve estar no centro dos debates (FSP, 13/07/05), o Itamaraty, tradicionalmente, sempre definiu a gestão de sua política externa como essencialmente pragmática (Vassoler-Froelich, 2007).

A análise dos temas mencionados até aqui demonstra que a FSP tem uma visão extremamente crítica de diversas ações da política externa brasileira. Em entrevista realizada com o atual ombudsman<sup>43</sup> da FSP, Carlos Eduardo Lins da Silva<sup>44</sup>, quando questionado sobre se o jornal apóia ou não a política externa brasileira, nota-se que as análises das percepções sugeridas até aqui fazem sentido. Segundo Lins da Silva,

---

<sup>43</sup> Na imprensa, o termo é utilizado para designar o representante dos leitores dentro de um jornal. Na FSP, o cargo foi criado em 1989, e desde então uma coluna é publicada todos os domingos com comentários críticos sobre o jornal. Fonte: [www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/cargo.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/cargo.shtml) [10 de Julho de 2009].

<sup>44</sup> O jornalista é ombudsman da FSP desde 22/04/08.

A Folha (sic) costuma se posicionar caso a caso. Ela não tem uma posição de absoluto apoio ou absoluta oposição. Mas em geral ela costuma ser muito crítica em relação à maioria das posições de todos os governos. Ela tem sido particularmente crítica de posições do governo em relação a temas de desrespeito aos direitos humanos no mundo (Lins da Silva, 2009).

São poucos os editoriais em que o jornal elogia ou apoia alguma ação do Itamaraty. Quando o são, têm sempre alguma ligação com questões comerciais, como o fortalecimento das relações com a Índia (FSP, 27/01/04) ou com outros países em desenvolvimento (FSP, 18/06/04), a substancialização do Mercosul (FSP, 23/10/04). Tendo em conta a diversidade de fatores que influenciam uma determinada ação de política externa, parece que o jornal tem uma visão estereotipada das motivações que levariam o governo a tomar certa atitude, quando vincula a mesma sempre ao mesmo objetivo.

Não é a intenção deste trabalho analisar quais os motivos que resultam neste tipo de percepção que o jornal tem sobre a política externa brasileira, mas a falta de maior conhecimento sobre os assuntos (Steinberger, 2005) pode ser apontada como um dos fatores. “A formação de opinião sobre os fatos internacionais ainda é muito precária entre nós” (Semerene, 2003: 35). A falta de aprofundamento de análise por parte do jornal em relação às ações do Itamaraty é assumida pelo próprio o ombudsman do veículo. Em texto de 2007, o então crítico interno da FSP afirma que as Relações Exteriores não são uma prioridade para o jornal:

A Folha (sic) não tem uma cobertura regular do Itamaraty e da política externa brasileira. A descontinuidade do acompanhamento, característica do jornalismo brasileiro, é ainda mais evidente nessa área. O interesse é desperto quando estoura uma crise, e quase sempre o jornal chega atrasado (FSP, 11/02/07).

Através da seleção de alguns editoriais da FSP, foi possível identificar as percepções sobre a política externa, que indicaram que grande parte destas ações é motivada pelo interesse brasileiro por uma vaga permanente no CS da ONU.

Também em relação à participação no Haiti, o CS da ONU é apresentado pelo jornal como uma das maiores motivações do governo Lula para aceitar a liderança da MINUSTAH. Apesar desta não ser a justificativa indicada pelo Itamaraty, esta visão da FSP sobre os objetivos de política externa brasileira presente tão frequentemente nos editoriais pode ser vista quase que como uma predisposição do jornal em julgar as ações do governo a partir de imagens já pré-existentes sobre assuntos similares. Essa “filtragem” seria feita, de acordo com o Jervis, tanto de modo racional como irracional (Jervis, 1976).

Este comportamento do jornal poderia ser explicado através do conceito de Jervis conhecido como Regularidade Racional<sup>45</sup>, que seria um processo em que a permanência de padrões de comportamento é assumida, a fim de

---

<sup>45</sup> Ver nota de rodapé nº 23.

diminuir a complexidade do assunto. A FSP teria já formulado um conjunto de hipóteses sobre os quais enxerga as ações de política externa brasileira, sendo as novas informações “percebidas, categorizadas e entendidas através do prisma destas teorias”<sup>46</sup> (Jervis, 1976: 119). Assim, haveria uma constante “permanência de comportamento” sobre este assunto, ou a idéia de que todas as ações visam sempre um determinado objetivo.

Assim, em todos os editoriais sobre o assunto, é sob a mesma perspectiva que a FSP analisa a participação brasileira no Haiti. O jornal faz menção ao peso regional do Brasil na AL, e que de fato o país não poderia recusar a se envolver nesta questão, além de lembrar a atuação brasileira em outras missões de paz, e que portanto o país teria experiência e capacidades militares para suas ações no Haiti (FSP, 06/12/04). O jornal até diz apoiar o envolvimento na MINUSTAH, mas se diz descrente de que haverá uma reforma no CS da ONU que inclua o Brasil, já que segundo a FSP, a intenção principal do governo brasileiro nesta participação seria realmente o CS da ONU:

É correto o Brasil participar de operações que ocorram sob os auspícios da ONU, como já o fez, aliás, em várias outras ocasiões, seguindo princípios de defesa da paz e cooperação entre os povos. (...) A participação brasileira na missão de paz que ora chefia é legítima e plenamente compatível com as responsabilidades internacionais e a vocação pacífica do país. O governo não deve, no entanto, subordinar missões como essa ao

---

<sup>46</sup> Tradução livre da autora: “incoming information will be perceived, categorized and understood through the prism of these theories”.

interesse de conquistar um assento permanente no CS das Nações Unidas (FSP, 04/06/04).

Relativamente a este assunto, nenhum discurso oficial faz qualquer ligação entre a atuação brasileira na MINUSTAH e as pretensões do Brasil na ONU. As justificativas brasileiras para participação no Haiti apontam para uma atitude de “não-indiferença” a respeito dos problemas da região (Lula da Silva, 25/05/04; 13/07/05; 18/08/04; 21/09/04; Amorim, 01/10/04; 09/12/04; 13/12/04; 16/12/04; 04/03/05; 17/12/06; 05/05/08), além da visão do próprio governo sobre as responsabilidades que o país deve assumir no cenário internacional (Lula da Silva, 15/10/05; Amorim, 20/07/04). É mencionado ainda o pedido para que o Brasil enviasse tropas ao Haiti teria sido feito pela própria ONU (Lula da Silva, 22/10/04). Além disso, dentre as justificativas, as duas que aparecem mais frequentemente na retórica oficial são: a “solidariedade” que deve ser exercida pelo país em ocasiões deste tipo, para a construção de uma nova realidade social e econômica do país, no caso do Haiti (Lula da Silva, 13/07/05; Amorim, 22/10/04); e a caracterização do Haiti como um “país-irmão”, ligado ao Brasil historicamente por raízes africanas semelhantes (Lula da Silva, 18/08/04; Amorim, 05/05/08). Nas palavras de Amorim a respeito,

O Brasil não entrou no Haiti por causa do CS. O Brasil entrou no Haiti porque interessa ao país ajudar um Estado com o qual temos muitas afinidades culturais e étnicas, o primeiro Estado a abolir a escravidão nas Américas e um Estado que estava correndo o risco de virar um narco-Estado. Assim, agimos dentro do mandato da ONU (Amorim, 24/03/08).

Há aqui uma clara divergência, mais uma vez, entre a percepção que o jornal tem sobre uma importante ação de política externa, e as justificativas oficiais apresentadas pelo governo. Em termos gerais, a FSP apoia a reforma do CS da ONU (FSP, 10/06/05), mas não acredita que o Brasil deva vincular a atuação no Haiti a este objetivo (FSP, 06/03/04). Em entrevista com o editor de Opinião do jornal, Vinicius Mota, quando questionado sobre este assunto "A Folha (sic) apoia a reforma, mas não acha que seja um objetivo a ser atingido a todo custo" (Mota, 2009).

Relativamente às percepções do Estado de como deve agir, Jervis aponta que os mesmos acreditam estar agindo "como devem agir e ao mesmo tempo estariam tomando a melhor decisão para os seus próprios interesses"<sup>47</sup> (Jervis, 1976: 132). Desta forma, a opção pela continuidade no Haiti se daria pelo fato de "as crenças em políticas específicas frequentemente demonstrarem o mesmo tipo de coerência"<sup>48</sup> (Jervis, 1976: 133). Ao mesmo tempo, em um diálogo "direto" com a imprensa, os tomadores de decisão "se recusariam a discutir os argumentos daqueles que discordam deles"<sup>49</sup> (Jervis, 1976: 173).

Por fim, os editoriais escritos a partir de 2006, com a morte do então comandante brasileiro da MINUSTAH, o General Urano Teixeira da Matta

---

<sup>47</sup> Tradução livre da autora: "as you ought to act and at the same time you will be making the wisest decision in your own interests".

<sup>48</sup> Tradução livre da autora: "beliefs about specific policies often display the same kind of consistency".

<sup>49</sup> Tradução livre da autora: "might refuse to discuss the arguments of those who disagreed with him".

Bacellar<sup>50</sup>, e a proximidade das eleições presidenciais que seriam realizadas no Haiti, insistem na idéia de que o Brasil já deveria começar a iniciar uma estratégia de saída do país. Esta deveria se iniciar logo que possível, justificando que o Brasil já teria cumprido com sua missão, que outros países deveriam assumir responsabilidades em relação ao Haiti, e que a vinculação do CS da ONU com a participação brasileira no Haiti se mostrava cada vez mais distante (FSP, 12/01/06; 09/02/06). Em 2008, "o Brasil já contribuiu para a estabilização do Haiti e cabe agora ao governo negociar um cronograma para a retirada das tropas brasileiras. A missão da ONU precisa ser renovada. Já é hora de trocar o comando militar" (FSP, 20/05/08).

A retórica oficial não faz nenhuma menção à retirada das tropas. Nos discursos verificados a partir de 2006, o governo manifesta otimismo em relação aos "progressos" verificados no Haiti (Lula da Silva, 20/06/07; Amorim, 05/11/07), mas também clama para que exista uma maior mobilização internacional para que a reforma e desenvolvimento do país possam ter continuidade (Lula da Silva, 11/04/08; Amorim, 30/12/07), além de um maior ativismo por parte do próprio Haiti em assumir responsabilidades na sua reconstrução (Amorim, 05/11/07).

Após tudo isto, e de maneira surpreendente, é interessante observar que o último texto analisado, publicado em 2008, foi o primeiro editorial que fazia

---

<sup>50</sup> Ver com mais detalhes no Capítulo Três.



referência aos discursos do presidente Lula e admitia que talvez o CS da ONU não fosse mais, de fato, um dos principais objetivos de política externa deste governo. É curioso observar, após 4 anos de diversas afirmações por parte da FSP de que as ações de política externa tinham como objetivo central o CS da ONU, que o discurso do jornal começa a mudar um pouco. Talvez seja arriscado e ousado dizer que a percepção do jornal sobre este assunto mudou, mas pode-se afirmar que talvez “velhos estereótipos cederam lugar a percepções mais realistas” (Stoessinger, 1978: 585). É difícil afirmar, entretanto, o que teria levado o jornal a mudar o seu discurso.

Conforme exemplifica Stoessinger através da visão da opinião pública soviética sobre a política mundial na década de 1970, a construção das percepções podem criar imagens distorcidas ou estereótipos de determinado assunto (Stoessinger, 1978). Assim, nesta pesquisa, além da autonomia, a análise permitiu afirmar que existe um estereótipo por parte da FSP em relação às ações de política externa brasileira de que estas visam o CS da ONU.

É possível afirmar que este estereótipo pode ter como fonte o próprio discurso oficial do Itamaraty sobre este objetivo específico, que já viria de longa data. Como afirma Jervis “às vezes podemos voltar nos anos para

perceber uma ação decisiva que definiu as linhas de atuação”<sup>51</sup> (Jervis, 1976: 25). De toda forma, mesmo que existam ações de política externa que não visem primordialmente este objetivo, esta imagem já existente dentro da FSP não permite ao jornal enxergar as ações de política externa sob outra perspectiva. O jornal não estaria receptivo para uma realidade diferente da que já tem como concebida (Stoessinger, 1978). Como consequência, todas as ações de política externa foram percebidas pelo jornal como “indícios corroborativos da validade daquele pressuposto original” (Stoessinger, 1978: 588).

Como afirma Charaudeau “o universo da informação midiática é efetivamente um universo construído. Não é, como se diz às vezes, o reflexo do que acontece no espaço público, mas sim o resultado de uma construção” (Charaudeau, 2006: 151). Neste sentido, os editoriais sobre política externa revelam justamente as percepções do jornal sobre diversos assuntos, que muitas vezes não coincidem com a justificativa oficial apresentada pelo governo, ou com as ações que são tomadas na prática.

Pode-se dizer, portanto, que a FSP não apoia a maior parte das ações de política externa brasileira, e as justificam como sendo motivadas principalmente pelo CS da ONU. É assim que o jornal percebe a atuação do Itamaraty no governo Lula. A partir da identificação destas percepções sobre

---

<sup>51</sup> Tradução livre da autora: “Sometimes we can go back some years to find a decisive action that set the guidelines”.

política externa, verifica-se no jornal um comportamento que revela a autonomia deste veículo em relação às posições oficiais, o que o torna capaz de influenciar as definições de política externa.

Jervis afirma que há outros fatores que tornariam a influência da mídia menos explícita. Nos estudos da "interação fonte-mensagem"<sup>52</sup> consta: "a credibilidade da fonte, e desta forma a influência da mensagem que emite, é diminuída se a mensagem inicial é muito distoante das crenças que temos"<sup>53</sup> (Jervis, 1976: 122). Neste sentido, pelo fato da opinião da imprensa ser contrária à posição defendida pelo Itamaraty, este parece "desconsidera-la", ou torna-la secundária. Ainda assim, pela influência indireta exercida pela imprensa, e pela importância da FSP neste cenário, parece ser importante compreender as percepções do jornal sobre o assunto.

---

<sup>52</sup> Tradução livre da autora: "source-message interaction" (Jervis, 1976: 122).

<sup>53</sup> Tradução livre da autora: "the credibility of the source, and thus the influence of later messages it sends, is diminished if an initial message is too discrepant from our beliefs".

### ***3) As percepções da FSP sobre o Haiti e sobre a MINUSTAH***

O presente capítulo pretende analisar as percepções da FSP sobre o Haiti e sobre a atuação brasileira na MINUSTAH. Esta observação parte da necessidade de verificar a segunda parte de uma das hipóteses desta pesquisa, de que a cobertura do jornal sobre o assunto mencionado anteriormente é resultado da combinação de percepções que a FSP tem sobre a AL e sobre conflitos em Estados caracterizados como Falhados. Além disso, pretende-se observar se estas percepções são apresentadas de forma regular e coerente ao longo do tempo, característica fundamental para evidenciar a existência de uma posição própria defendida pelo jornal, que é um dos indicativos de uma postura autônoma (Cerqueira, 2005), conforme definido na Introdução desta dissertação.

Para isso, serão observadas as matérias do jornal publicadas entre 2004 e 2008, conforme explicado na Introdução deste trabalho. As matérias dividem-se em dois períodos (2004-2006 x 2006-2008), sobre os quais será realizada uma análise comparativa, com base no enquadramento de Estado Falhado, conceito exposto no Primeiro Capítulo desta investigação.

Como resultado desta análise, pretende-se verificar a hipótese da pesquisa, de que não houve mudança na postura da FSP sobre o Haiti entre os períodos comparados, e que o jornal apresenta, portanto, uma percepção

distorcida e simplista sobre o tema; além de representar autonomia para influenciar a política externa, através do modelo de via dupla de influência.

A falta de conhecimento sobre os assuntos pode acabar por resultar em notícias “simplificadas e, não raro, distorcidas”, que substituiriam o “ambiente real por um ‘pseudo-ambiente’ composto, em grande parte, de prevenções e de estereótipos” (Stoessinger, 1978: 579). Pretende-se verificar se isso ocorre na FSP em relação à imagem que se tem sobre o Haiti e sobre a atuação da MINUSTAH ou se, ao contrário, a FSP apresenta “uma percepção mais sólida” (Stoessinger, 1978: 580) sobre o assunto.

O capítulo está dividido em três partes. A primeira faz uma contextualização histórica do Haiti, até chegar ao conflito que eclodiu em 2004, e foi percebido pela comunidade internacional como sendo necessária a intervenção das Nações Unidas, através da MINUSTAH. Na sequência, serão desenvolvidas as idéias que procuram identificar qual o papel ocupado pela AL na mídia impressa brasileira. Por fim, serão apresentados os resultados da observação empírica realizada no jornal FSP em que serão identificadas as percepções do jornal sobre o Haiti e sobre a MINUSTAH.

### ***3.1) Contextualização Histórica***

Para compreender a atual situação do Haiti faz-se necessário conhecer um pouco da história deste país e dos fatores de influência interna e externa que

o afetaram. Além disso, para uma melhor análise da própria FSP e da compreensão que o jornal tem sobre o tema, é importante que se tenha algum parâmetro de comparação bem fundamentado. No mesmo ano em que o país completou 200 anos de sua independência, e sendo o primeiro a proclama-la na AL, inicia-se mais uma ocupação internacional no Haiti, em 2004.

Descoberto por Cristóvão Colombo, permaneceu como colônia espanhola por mais de 200 anos, até que a cobiça pelo novo território despertou o interesse da França, que conquistou a parte oeste da ilha em 1697 e renomeou-a Saint-Domingue (Matijascic, 2008). Meio milhão de escravos vindos da África sustentava a rentável economia da colônia, produzindo açúcar, algodão, café e outros cultivos (Filho, 2007). Em 1804, o ex-escravo Jean-Jacques Dessalines proclamou a independência do Haiti, tornando-o a primeira República negra da História. Entretanto, por várias décadas, as potências européias se negaram a reconhecer a emancipação do país<sup>54</sup>, vendo-o como uma ameaça às suas colônias (Nicholls, 1996 *apud* HLSAHR/GJC, 2005: 4).

Durante grande parte da segunda metade do século 19, predominaram no Haiti lutas internas pelo poder. Proprietários das terras e líderes da revolta que levaram à independência do país, os mulatos foram os que assumiram o poder. De forma a aumentar sua influência na região, e controlar grande

---

<sup>54</sup> A França foi a primeira a negar o reconhecimento imediato da independência do Haiti. Só o fez em 1824, mas para isto exigiu o pagamento de uma indenização pela perda da colônia no valor de 150 mil francos (Matijascic, 2008: 33), o que estrangulou a economia do país.

parte da rota marítima caribenha, em 1915, o EUA chega ao país e apesar de sair do país em 1934, ainda manteve forte influência sobre as questões políticas da ilha, e proximidade com a elite mulata (Filho, 2007). Em 1957, se inicia o que viria a ser a maior ditadura do país: François Duvalier, candidato apoiado pelos EUA e que ficou conhecido como “Papa Doc”, é eleito presidente.

Apesar de prometer igualdade social e melhorias para o “povo”, na prática sua atuação foi totalmente diferente e o novo governante logo deu sinais de seu autoritarismo e centralização política<sup>55</sup>: substituiu as forças armadas por agentes de segurança particular, os chamados *Tonton Macoutes*, que se tornariam sua polícia pessoal e, sob as ordens de Papa Doc, buscariam conter as revoltas populares e reprimir todos os seus opositores. O apoio financeiro dos EUA a Duvalier se manteve durante toda a sua ditadura, e tinha como contra-partida a exigência de que este governo evitasse a expansão do comunismo em seu país. Em 1964, os deputados modificam a Constituição e declaram Duvalier presidente vitalício (Matijascic, 2008).

Com a morte do seu pai em 1971, Jean-Claude Duvalier assume a presidência e fica conhecido como “Baby Doc”. Ele dá continuidade às autoritárias e violentas ações de repressão que vinham sendo praticadas. O apoio financeiro dos EUA continua mas, assim como seu pai, Baby Doc

---

<sup>55</sup> O governo de Duvalier “manteve a hierarquia da estrutura social [que já existia] e os privilégios dos grupos com poder político e econômico” (Matijascic, 2008: 43).

também desvia grande parte do dinheiro para suas contas pessoais. Isto agrava cada vez mais a crise econômica do país provocando fome e miséria entre os camponeses<sup>56</sup> (Ferguson, 1987 *apud* HLSAHR/GJC, 2005: 5). Em 1986, a situação fica insustentável<sup>57</sup>, eclodem levantes por todo o país (Filho, 2007) e, em Fevereiro, Duvalier filho foge para a França.

O Haiti, depois de 30 anos de ditadura, encontrava-se com sérias dificuldades políticas, econômicas e sociais. Com a fuga de Baby Doc, um Conselho Nacional de Governo (CNG) é constituído para governar o país, sob o apoio dos EUA (HRW, 1996), mas nada faz de concreto para alterar a situação da ilha<sup>58</sup>. Em 1987 foi criada uma nova Constituição e estabelecidas as Forças Armadas do Haiti (FADH). Em 1990, são realizadas eleições e Jean-Bertrand Aristide vence com 67% dos votos, como representante do *Lavalas*<sup>59</sup> (Heinl e Heinl, 1996 *apud* HLSAHR/GJC, 2005: 6).

Aristide era um sacerdote de esquerda, que não desfrutava da simpatia dos EUA. Em seu discurso, manifestava-se contra os simpatizantes do regime

---

<sup>56</sup> Como resultado, muitos haitianos fogem para os EUA e Cuba, e outros se entregam ao trabalho escravo nas plantações de cana-de-açúcar da República Dominicana (Ferguson, 1987 *apud* HLSAHR/GJC, 2005: 6).

<sup>57</sup> De acordo com Matijascic, a situação de colapso no Haiti de 1986, e a crise de representatividade do regime autoritário, só pode ser explicada quando considerados aspectos históricos que resultaram "na fragilidade das instituições do país, na herança histórica de segregação social e na crônica dependência econômica" (Matijascic, 2008).

<sup>58</sup> O quadro de desigualdade social se mantém. De um lado, os setores conservadores da sociedade: Igreja, militares e elite mulata, que procuravam preservar o *status quo* vigente. De outro, a grande camada da população: trabalhadores rurais, líderes comunitários e alguns representantes da classe média, que estavam revoltados e ansiavam por mudanças sócio-políticas (Matijascic, 2008).

<sup>59</sup> O Lavalas foi criado na década de 1980 como um movimento popular que pretendia eliminar a desigualdade social (Matijascic, 2008).



duvalierista [militares, os membros da Igreja e a elite mulata] e defendia a reforma agrária e a distribuição de renda (Filho, 2007). Desta forma, sua eleição simbolizava para a população haitiana a esperança de que haveria mudanças sociais e políticas.

O novo presidente toma posse em 1991, nomeia René Preval ao cargo de primeiro-ministro e, logo no início de seu Governo, reestrutura as forças armadas. Aristide não agrada a todos, considerando que promete mudanças radicais, e tem como opositores que ameaçam derrubá-lo os antigos *Tonton Macoutes*, os latifundiários e os antigos militares (Martin, 1999).

Em 25/09/1991, Aristide profere um discurso inflamado perante a AG da ONU em que menciona os problemas que o país enfrentava, como a violação dos direitos humanos, o tráfico de drogas e a pobreza, e responsabiliza os "ditadores negros e seus aliados internacionais" (Aristide, 1995: 30) pela existência dos mesmos, referindo-se indiretamente a Papa Doc, Baby Doc e aos EUA. As palavras de Aristide tiveram repercussões imediatas e, quatro dias depois, o presidente é feito refém de um golpe militar e foge para os EUA. Uma junta militar assume o Governo mas a situação de miséria continua a mesma<sup>60</sup> (HLSAHR/GJC, 2005).

---

<sup>60</sup> A saída de Aristide motivaria "um verdadeiro êxodo (cerca de 42 mil) em direção ao Canadá e aos EUA para onde expressivos contingentes de haitianos se dirigiram em precárias balsas" (Filho, 2007: 146).

Neste período, os herdeiros dos *Macoutes* criam a Frente Revolucionária para o Avanço e o Progresso no Haiti (FRAPH), que se torna uma organização paramilitar opositora dos partidários de Aristide (Martin, 1999). Além disso, apesar das tentativas de negociações, “os acontecimentos no país levavam a crer que o governo haitiano instalado não cooperaria pacificamente com a ONU e a OEA para que Aristide se restabelecesse no poder” (Matijascic, 2008: 61).

Assim, em 1994, com o aval da ONU<sup>61</sup>, 22 mil soldados ocupam o Haiti e recolocam o presidente em seu posto para cumprir o restante do mandato (1994-1995). A volta de Aristide prometia um período de melhorias e mudanças para a população. Porém, após três anos nos EUA, Aristide não é mais o mesmo e, no poder, incentiva o livre comércio e lança um programa de privatizações (Lemoine, 2004). No mesmo ano, desmancha o que restava das FADH<sup>62</sup> e, com o apoio dos EUA, forma uma nova polícia que viria a se transformar na Polícia Nacional Haitiana (PNH) (Martin, 1999).

São realizadas novas eleições no Haiti em 1995 e René Preval, candidato do Lavalas, é eleito e assume o cargo no ano seguinte. Em 2000, novas eleições acontecem no Haiti, Aristide vence e é reeleito presidente. Sob acusações de eleições fraudulentas e grande pressão por parte de diversos grupos no país,

---

<sup>61</sup> Em 1994, o CS aprovou a Resolução 940 para a intervenção militar através de um efetivo multinacional com maioria dos EUA (S/RES/940 [1994]).

<sup>62</sup> Muitos ex-agentes das FADH ficaram com suas armas, juntando-se a organizações criminosas (ICG, 2004).

Aristide toma posse em 2001. Alguns meses depois, os conflitos entre Lavalas e a oposição tornam-se frequentes. A violência continua e, no final de 2002, a oposição pede o afastamento de Aristide (HLSAHR/GJC, 2005). Aristide mantém uma política neoliberal e constrói uma zona franca no país, que garante isenções de impostos a grandes corporações. Os trabalhadores, com jornadas de mais de 10 horas, recebem menos de dois dólares por dia (Hallward, 2007).

No final de 2003 e início de 2004, manifestações populares que exigiam a renúncia de Aristide se multiplicam por todos os lados: movimentos camponeses, greve de trabalhadores, estudantes. A repressão por parte do governo aumenta, e Aristide arma sua própria milícia, os chamados *chimères*, para tentar conter a onda de protestos. Enquanto isso, gangues criminosas se aproveitam da situação de crise para aumentar o número de assaltos e sequestros (Filho, 2007).

No começo de 2004, na Cúpula das Américas, uma delegação conjunta da OEA e da CARICOM propõe um Plano de Ação Preliminar ao Haiti. A lista de demandas previa reformas amplas e incluía a substituição do primeiro-ministro, a organização de eleições parlamentares no curto prazo, a criação de um "conselho de sábios", para ajudar na administração do país, e a profissionalização da polícia (HLSAHR/GJC, 2005). Apesar de ter sido aceita por Aristide, não o foi pela oposição, que exigia a renúncia do presidente.

Em Fevereiro de 2004, na região de Gonaïves, rebeldes conquistam o comissariado central da polícia, iniciam rebeliões armadas e bloqueiam as ligações terrestres entre a capital e o norte do país. De acordo com a HRW, "Com uma pequena e desmoralizada força policial, o governo tem colocado parte da sua defesa nas mãos de civis armados, muitos dos quais são criminosos conhecidos por sua violência e abusos"<sup>63</sup> (HRW, 2004). Além disso, os rebeldes se juntaram a ex-militares ligados ao golpe de 1991, como Guy Philippe<sup>64</sup> e Louis Jodel Chamblain<sup>65</sup>, que controlavam os protestos armados. Em 22 de Fevereiro, a segunda cidade do Haiti, Cap Haïtien, é dominada pelos rebeldes (ICG, 2004).

Grupos armados iniciaram a construção de barricadas em diversas ruas de Porto Príncipe, impedindo a circulação de veículos. Em 28 de Fevereiro, os embaixadores dos EUA e da França se reuniram com o presidente, pois previam a tomada da capital do país pelas forças rebeldes (Filho, 2007). No dia seguinte, em 29 de Fevereiro de 2004, Aristide deixa o Haiti em um avião dos EUA<sup>66</sup>.

---

<sup>63</sup> Tradução livre da autora: "With a small and demoralized police force, the government has largely put its defense in the hands of armed civilian supporters, many of whom are criminals known for violence and abuses".

<sup>64</sup> Guy Philippe, enquanto era delegado de polícia em Porto Príncipe, teria sido responsável pela morte desnecessária de dezenas de pessoas suspeitas de participação em facções criminosas (HRW, 2004).

<sup>65</sup> Louis Jodel Chamblain estaria envolvido no assassinato do Ministro da Justiça Guy Malary, em 1993, e também na morte do empresário Antoine Izmyery, do qual foi absolvido após um processo suspeito (HLSAHR/GJC, 2005).

<sup>66</sup> A saída de Aristide tem sido alvo de debates, e até o momento existem diversas versões sobre o tema, sem nenhuma certeza do que aconteceu: se Aristide teria deixado o país voluntariamente ou se foi afastado sob pressão dos EUA e da França, o que configuraria um golpe de Estado (Tokatlian, 2005).

Tropas dos EUA ocupam o Haiti pela terceira vez de modo a evitar um suposto golpe militar que estaria a acontecer e ajudam a constituir um Governo Transitório (Hallward, 2007) em que Boniface Alexandre, presidente da Corte Suprema Haitiana, assume a presidência interina, e nomeia Gérard Latortue como primeiro-ministro. A pedido de Alexandre, o CS da ONU cria uma Força Multinacional Provisória (MIF)<sup>67</sup>, que atuaria no país por três meses e seria composta por tropas dos EUA, Canadá, França e Chile.

Entretanto, apesar da presença da ONU no país, a violência no Haiti não diminuiu e, segundo a ICG, “a MIF parece relutante ou incapaz de intervir decisivamente”<sup>68</sup> (ICG, 2004: s/p). “Por todo o Norte do Haiti, os rebeldes continuam a exercer poder absoluto e sem vigilância durante vários meses, agindo como juízes e executores com total impunidade”<sup>69</sup> (Hallward, 2007: 254). O caos urbano e as flagrantes violações dos direitos humanos continuariam a acontecer, demonstrando que o novo governo não teria força nem legitimidade<sup>70</sup> para governar (Filho, 2007: 155).

---

<sup>67</sup> A Resolução 1529 do CS, de 29/02/2004, pretendia, através da MIF, “assegurar um entorno seguro e estável e garantir a lei, a ordem e a proteção dos direitos humanos” (S/RES/1529 [2004]).

<sup>68</sup> Tradução livre da autora: “the MIF seemed unwilling or unable to intervene decisively”.

<sup>69</sup> Tradução livre da autora: “All across northern Haiti, rebels would continue to wield absolute and entirely unsupervised power for several months, acting as judge and executioner with complete impunity”.

<sup>70</sup> O Governo Transitório não incluía em seu quadro de Ministros nenhum representante de grupos com apoio popular. Um estudante teria dito na época: “Não sabemos quem é Latortue. Queremos Aristide de volta” (Hallward, 2007: 260).

A atuação da MIF é seguida pela aprovação, no CS, da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH)<sup>71</sup>, baseada na afirmação de que a situação no Haiti constituía uma ameaça à paz e à segurança internacional. A MINUSTAH teve início em 01 de Junho de 2004, com comando da força militar pelo Brasil, e duração prevista inicial de seis meses<sup>72</sup>. Tinha entre seus principais objetivos: assegurar um ambiente seguro e estável; a retomada do Estado de Direito; e a realização de eleições livres, democráticas e transparentes. Para tanto, era necessário investir na reforma e reestruturação da PNH; conduzir um programa de Desarmamento, Desmobilização e Reinserção (DDR) de grupos armados; reconstruir o sistema judiciário; e, ainda, coordenar ações humanitárias e projetos de desenvolvimento no país.

### ***3.2) A MINUSTAH***

A transformação da complicada realidade do Haiti envolveria uma série de ações, em diferentes frentes. Para Gros, a complexa realidade do Haiti poderia ser explicada por duas vertentes: interna e externa. A primeira se fundamenta na história do país e leva em consideração elementos culturais e a estrutura social, com ênfase nas disputas entre mulatos e negros, urbanos e rurais, ricos e pobres. Durante muito tempo, as forças armadas teriam sido

---

<sup>71</sup> A Resolução 1542 foi aprovada pelo CS em 30/04/2004 e estabelecia a MINUSTAH como substituta da MIF, com mandato inicial até 30/11/2004 (S/RES/1542 [2004]). Ver mandato completo no Anexo 1.

<sup>72</sup> A Resolução 1576 do CS, de 29/11/2004, estendeu o mandato da MINUSTAH até 01/06/2005 (S/RES/1576 [2004]).

a única burocracia razoavelmente organizada do país, que consumia seus recursos em confrontos políticos internos. A segunda explicação prende-se à relação colônia-metrópole entre o Haiti e a França no século XIX e dominado-dominante entre o Haiti e os EUA no século XX (Gros, 1997).

A questão da violência seria ainda fortemente agravada pelo tráfico de armas e drogas, sendo o Haiti uma das principais rotas da região. O contrabando seria operacionalizado pela elite local e financiado, em sua maioria, por traficantes dos EUA. Envolve, portanto, grandes montantes de dinheiro e o interesse de grupos dominantes nacionais e estrangeiros, o que dificulta sua desmobilização e converte a questão em um problema de segurança internacional.

Além disso, os alarmantes indicadores sociais e humanos do Haiti ilustram a complexa realidade enfrentada pela MINUSTAH. Com uma população total de 9.751.432 habitantes<sup>73</sup>, dos quais 61,2% reside nas áreas rurais do país, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,52<sup>74</sup>, ocupando a 146ª posição de 177 países, a mais baixa da AL. A taxa de alfabetização (a partir de 15 anos de idade) é de apenas 54%, e a expectativa de vida é de 59 anos. Somente 55% dos domicílios tem acesso à água potável, e apenas

---

<sup>73</sup> Fonte: ONU, <http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/socind/population.htm> [15 de Junho de 2009].

<sup>74</sup> Calculado pelo PNUD, o IDH é feito com base em estatísticas de educação, expectativa de vida e PIB *per capita*, variando entre 0 [zero] (nenhum desenvolvimento) e 1 (nível mais avançado de desenvolvimento).

30% à rede sanitária<sup>75</sup>. Além disso, há uma expressiva distribuição desigual de renda: 20% da população recebe 68% da renda nacional, e o índice de GINI<sup>76</sup> é um dos mais altos da região (0,65). Cerca de 76% da população haitiana vive com menos de dois dólares por dia: o desemprego e a falta de acesso a condições mínimas de vida, inclusive a alimentos, ainda motivam desolação e revolta da maior parte da população.

Em meio a esta realidade, a presença das tropas da MINUSTAH não diminuiu a violência no Haiti. O comando dos soldados ficou a cargo do general Augusto Heleno Ribeiro Pereira com a participação de 1200 militares brasileiros (Filho, 2007). Devido à complexidade da situação social e política do Haiti, os primeiros meses da ação da MINUSTAH são difíceis.

No primeiro semestre de 2004, de acordo com Hallward, centenas de partidários do Lavalas foram mortos por todo o país, pelas forças rebeldes e ex-militares (Hallward, 2007). Em Setembro, uma longa campanha de violência contra os apoiadores de Aristide<sup>77</sup> começa em Porto Príncipe, em Bel Air e Cité Soleil, (Hallward, 2007) e, no total, pelo menos 80 pessoas são mortas, dentre as quais onze policiais (ICG, 2004). Estes conflitos foram

---

<sup>75</sup> Fonte: PNUD, [http://hdrstats.undp.org/en/countries/data\\_sheets/cty\\_ds\\_HTI.html](http://hdrstats.undp.org/en/countries/data_sheets/cty_ds_HTI.html) [15 de Junho de 2009].

<sup>76</sup> De acordo com o PNUD, o índice mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0 [zero], quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima. Fonte: PNUD, [www.pnud.org.br/popup/pop.php?id\\_pop=97](http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=97) [15 de Junho de 2009].

<sup>77</sup> Segundo Hallward, neste dia, mais de 10 mil pessoas se reuniram em Bel Air para uma manifestação pacífica de apoio a Aristide e ao Lavalas. Atordoados pelo número de pessoas reunidas, a PNH teria reagido com o disparo de tiros, ocasionando confusão, a morte de 10 pessoas e dezenas de feridos (Hallward, 2007).



apenas o começo de um período de violência contínua nas favelas do Haiti (HLSAHR/GJC, 2005). O ICG afirma ainda que há provas evidentes de assassinatos praticados pela PNH, bem como violência contra as mulheres (ICG, 2004).

Relativamente a esta fase de extrema violência, várias organizações internacionais publicaram relatórios que alertavam para a situação de desrespeito dos direitos humanos no país<sup>78</sup>, que vivia um clima de insegurança e impunidade. A Penitenciária Nacional em Porto Príncipe seria um exemplo desta realidade, na medida em que apenas 2% dos mais de mil presos tinham sido condenados por algum crime (HLSAHR/GJC, 2005). No dia 01/12/2004, 10 presos teriam sido mortos em uma chacina (IJDH, 2004) e, menos de três meses depois, em 19/02/2005, aproximadamente 480 presos fugiram após assaltantes armados invadirem o presídio (HLSAHR/GJC, 2005). Em 06/07/ 2005, uma operação com tropas da ONU (400 militares) em Cité Soleil teria deixado pelo menos 30 pessoas mortas. No mesmo dia, em Bel Air, uma incursão da PNH teria deixado 10 mortos (Hallward, 2007).

Depois destas ações da MINUSTAH de 6 de Julho o comandante da Missão, renuncia e é substituído, em 31 de Agosto, por Urano Teixeira da Matta Bacellar. Em 07/01/ 2006, Bacellar é encontrado morto em seu quarto de

---

<sup>78</sup> Além dos relatórios já aqui mencionados, ver ainda: Griffin, Thomas M. (2005) , "Haiti Human Rights Investigation: November 11-21, 2004" *Center For the Study of Human Rights at University of Miami Law School*; e The Robert F. Kennedy Memorial Center for Human Rights (2004) "A Framework for Reevaluating MINUSTAH: Illegal nature of mission will lead to a failed intervention in Haiti".

hotel em um suposto suicídio. Por razões desconhecidas e misteriosas, as investigações envolvendo a autópsia e a morte do General nunca foram reveladas<sup>79</sup> (Hallward, 2007). A 23 de Janeiro, assume o novo comandante, o general José Elito Carvalho Siqueira.

Em meio a esta conturbada situação política, a reestruturação da PNH que estava em curso, ainda não apresentava resultados efetivos (Hallward, 2007). Em Janeiro de 2006, o programa de DDR da MINUSTAH tinha coletado somente 30 armas (AI, 2006). Durante este período, 8.000 pessoas teriam sido mortas e foram registrados 35.000 casos de abuso sexual (Kolbe e Hutson, 2006).

Em Junho de 2005, o então Secretário-Geral da ONU Kofi Annan, recomendaria ao CS que a MINUSTAH tivesse seu mandato prorrogado por mais um ano<sup>80</sup>, até a realização das eleições. Apesar destas estarem previstas inicialmente para 2005 e depois terem sido adiadas 4 vezes, a presença da MINUSTAH foi essencial para que fosse assegurado o novo calendário eleitoral (Filho, 2007), já que o cenário de violência continuava alarmante. Além de tudo isto, a crise seria agravada pela falta de

---

<sup>79</sup> Para Hallward, "Bacellar foi morto porque, como Pereira, ele também era relutante em agir mais energicamente contra Cité Soleil, Bel Air, e outras regiões" (Hallward, 2007: 299).

<sup>80</sup> Anteriormente, em 31/05/2005, a Resolução 1601 do CS, tinha prorrogado a atuação da MINUSTAH por mais um mês, até 24/06/2005 (S/RES/1601 [2005]). Depois novamente, em 22/07/2005, a Resolução 1608 do CS, estendeu o mandato até 15/02/2006 (S/RES/1608 [2005]). No ano seguinte, em 14/02/2006, a Resolução 1658 prorroga o mandato até Agosto (S/RES/1658 [2006]).

comprometimento da comunidade internacional, na medida em que a maior parte da ajuda financeira prometida pelos países ricos não teria chegado.

Finalmente, em 07/02/2006 acontecem conturbadas eleições<sup>81</sup> e Rene Préval vence com 51% dos votos<sup>82</sup> (Hallward, 2007). A 14 de Maio tem início seu segundo Governo. Como primeiro-ministro, Préval nomeia Jacques-Édouard Alexis. Com a nova administração, acreditava-se que o Haiti poderia começar a estabelecer novas parcerias, e direcionar a ajuda financeira internacional recebida. Ao mesmo tempo, Préval anunciou iniciativas nas áreas da educação, alfabetização, construção de ruas e rodovias e turismo.

Apesar do discurso, grande parte dos projetos ainda não chegou a ser implementado. Em 22/12/2006, uma incursão da MINUSTAH em Cité Soleil deixa dezenas de moradores mortos. Casos de estupro e violação sexual continuavam a acontecer em grande escala, como também os sequestros. A combinação de pobreza extrema, devastação econômica e significativa exclusão social criava ainda as condições para o aumento do número de grupos criminosos (Hallward, 2007).

---

<sup>81</sup> Poucos postos de votação teriam sido colocados ao alcance da população. Enquanto em 2000, existiam 12.000 centros de votação, em 2006 o número caiu para 800 postos.

<sup>82</sup> A contagem dos votos também se deu de maneira confusa. Quando a vitória de Préval parecia certa, o CEP anunciou que algumas centenas de votos tinham sido "perdidos", e outros tantos estavam em branco. Com a intervenção internacional, o CEP fez a recontagem proporcional dos votos em branco, dividindo-os entre todos os candidatos, e anunciou a vitória de Préval em 16 de Fevereiro (Hallward, 2007).

O crescimento da onda de violência fez com que as ações militares da ONU continuassem nos dois primeiros meses de 2007, sendo as de maior dimensão realizadas em 25 de Janeiro, e 9 e 21 de Fevereiro, deixando novamente dezenas de mortos e diversos suspeitos detidos. Neste período, em 11 de Janeiro, um novo comandante assume a força militar, o general Carlos Alberto dos Santos Cruz. Ele comandou as "operações musculosas"<sup>83</sup> da MINUSTAH, como foram chamadas pelos jornais haitianos, que contaram com 700 soldados e centenas de policiais da PNH. Elas consistiam em percorrer os bairros mais pobres, rua por rua, a procura de armas e de suspeitos, o que levou a diversos tiroteios, com vítimas civis inocentes. Apesar da MINUSTAH declarar que fez de tudo para proteger os moradores, e que só atirava quando era atacada, foi acusada de genocídio pela população local (Gauthier e Bonin, 2008).

O governo do Haiti teria sido pressionado para abandonar as tentativas de negociar com bandidos e lidar com a situação em termos mais militares do que sócio-econômicos, sendo iniciado, para isto, um novo programa de DDR<sup>84</sup>. Para Hallward:

---

<sup>83</sup> Entre Janeiro e Julho de 2007, mais de 750 pessoas, que seriam de grupos criminosos, foram detidas ou morreram em combates com a MINUSTAH e a PNH (Feldmann e Montes, 2008).

<sup>84</sup> O CS aprovou nova Resolução em 15/08/2006, pedindo que a MINUSTAH reorientasse seus esforços para combater a violência e estendeu seu mandato até 15/02/2007 (S/RES/1702 [2006]). Depois disso, o mandato da MINUSTAH seria ainda prorrogado por mais três vezes: Resolução 1743, até 15/10/2007 (S/RES/1743 [2007]); Resolução 1780, até 15/10/2008 (S/RES/1780 [2007]); e a Resolução 1840, que está em vigor atualmente, e estendeu o mandato até 15/10/2009 (S/RES/1840 [2008]).

A idéia de que se pode entrar em Cité Soleil com armas de alto calibre e libertar o lugar dos seus "bandidos" é uma completa fantasia. A determinação partilhada pela elite, pela ONU, e a obsessão pela segurança da Comunidade Internacional para responder a severos problemas sócio-econômicos com "soluções" militares irão apenas servir para ampliar os danos que eles causam<sup>85</sup> (Hallward, 2007: 308).

De acordo com Gauthier e Bonin, a MINUSTAH tem sido acusada de responder à violência através de uma presença agressiva, e não tem atacado as causas da violência. "Se a resposta da comunidade internacional é enviar uma missão de paz para acabar com o 'conflito', e a MINUSTAH não enfrentar as causas da violência, será difícil consolidar uma paz duradoura"<sup>86</sup> (Gauthier e Bonin, 2008: 4).

O ano de 2008, quando comparado com o período desde a saída de Aristide, pode ser considerado mais estável. A atuação conjunta PNH-MINUSTAH diminuiu o número de sequestros durante o ano que, no início de 2008, ainda era alto. O número de patrulhas aumentou nas áreas metropolitanas, o que possibilitou também um maior controle dos delitos comuns. Apesar disso, as denúncias sobre crimes de abuso sexual contra mulheres e crianças, e de desrespeito aos direitos humanos praticados pela PNH, ainda eram altas (Feldmman e Montes, 2008).

---

<sup>85</sup> Tradução livre da autora: "The idea that you can go into Cité Soleil with high caliber weapons and rid the place of its "bandits" is a complete fantasy. The determination shared by the elite, the UN, and the rest of a security-obsessed IC to respond to severe socio-economic problems with a military "solutions" will only serve to amplify the damage that they cause".

<sup>86</sup> Tradução livre da autora: "If the international community's response is to send a peace mission to end the "conflict", and MINUSTAH does not tackle the causes of violence, it will be difficult to consolidate long-term peace".

As manifestações realizadas no mês de Abril foram motivadas pela alta dos preços de alimentos a nível mundial, que afetou enormemente a população do Haiti<sup>87</sup>. Os protestos tiveram início no dia 7 e só pararam três dias depois quando o Presidente, que fora acusado de falta de liderança, se pronunciou a respeito, e a MINUSTAH tomou ações mais enérgicas<sup>88</sup>. Os acontecimentos derrubaram o Primeiro-ministro Alexis<sup>89</sup>. Além disso, em Agosto e Setembro, quatro tempestades tropicais e furacões mataram mais de 800 pessoas e deixaram quase 1 milhão de desabrigados, agravando ainda mais a escassez alimentar e a pobreza extrema.

O desafio atual da MINUSTAH<sup>90</sup> é lidar com uma realidade que envolve: diversidade de grupos armados; crescimento dos problemas de segurança; violentos sequestros, seguidos de assassinatos; crescente comércio do tráfico de armas e de drogas; marginalização dos jovens; grupos de estupro e a manipulação e banalização da violência. “Uma vez se vê confrontada com uma combinação de causas e consequências de um Estado desintegrado que hoje é considerado como falho”<sup>91</sup> (Gauthier e Bonin, 2008: 5). A Missão conta atualmente com um total de 9055 funcionários, dos quais 1216 são

---

<sup>87</sup> Arroz, feijão, farinha e milho foram os produtos que tiveram maior alto, com aumentos de preço entre 42 e 91% entre o final de 2007 e Abril de 2008, deixando 2,5 milhões de haitianos a mercê da ajuda internacional (ICG, 2009).

<sup>88</sup> As manifestações demonstraram que a PNH ainda não está preparada para manter a ordem pública e garantir a estabilidade sozinha, e que a segurança no Haiti ainda é extremamente dependente da presença das tropas da ONU (ICG, 2009).

<sup>89</sup> A nova Primeira-ministra Michèle Pierre-Louis assumiu o posto no mês de Setembro.

<sup>90</sup> Gauthier e Bonin fazem algumas recomendações para a atuação da MINUSTAH, entre elas: prover melhor formação das tropas militares; engajamento internacional por mais tempo e planejamento estratégico para a conclusão da Missão (Gauthier e Bonin, 2008).

<sup>91</sup> Tradução livre da autora: “Instead one is faced with a combination of the causes and consequences of a disintegrated state that today is considered to be failed”.

brasileiros, inclusive o Comandante Militar, o General Floriano Peixoto Vieira Neto<sup>92</sup>.

### ***3.2.1) O Brasil na MINUSTAH***

O envio de tropas militares ao Haiti foi, desde o início, matéria de controvérsia nos âmbitos políticos e intelectuais brasileiros. Os questionamentos foram diversos e giraram em torno de quatro pontos principais: a origem golpista da Missão; sua subordinação aos interesses dos EUA; os custos e benefícios para o país; e as possibilidades de sucesso da Missão (Gauthier e Souza, 2006). Além disso, levantou-se a questão o fato de que o Brasil já teria uma série de problemas domésticos, e que deveria primeiro resolver suas carências internas para depois “ajudar” outros países (Vassoler-Froelich, 2007). Apesar disso, para Hirst,

Ganha peso na opinião pública do país a idéia de que a experiência na MINUSTAH representa um processo de aprendizagem para os militares brasileiros, necessário para o seu engajamento em temas de segurança doméstica (Hirst, 2007: 11).

O discurso brasileiro, ao justificar a participação na MINUSTAH, alegava diretrizes da política externa<sup>93</sup> calcadas no fortalecimento de uma identidade

---

<sup>92</sup> Ele substituiu Carlos Alberto dos Santos Cruz a 26/03/2009.

<sup>93</sup> O Capítulo Dois desta dissertação analisa com mais detalhes a política externa do governo Lula.

latino-americana, no qual se buscou somar um sentido identitário<sup>94</sup> regional às motivações políticas e humanitárias que normalmente estão presentes na participação em operações de paz (Vaz, 2006). Nesse sentido, na abertura da Reunião Internacional de Alto Nível sobre Haiti, o chanceler Celso Amorim declarou:

O Brasil aceitou enviar tropas e assumir o comando militar da MINUSTAH em primeiro lugar por tratar-se de uma operação decidida pelo CS, único órgão com legitimidade para determinar a presença de tropas estrangeiras em um país soberano. Também nos animou o natural *sentimento de solidariedade* regional, e *afinidades de natureza cultural e étnica* que justificam um maior envolvimento de países da América Latina e do Caribe no Haiti. [grifo nosso] (Amorim, 2006).

Além disso, tornar-se-ia também frequente na retórica brasileira sua diretriz de atuação:

Trata-se de uma operação de estabilização diferente das anteriores, que, no nosso entendimento, se deve assentar sobre um tripé: a promoção da estabilização pela via da força de paz; o diálogo entre as diversas facções políticas; e a capacitação institucional, social e econômica do país (Amorim, 2005).

Apesar disso, acredita-se que o envolvimento do país se fundamenta também, entre outros pontos, na reivindicação de há muitos anos obter um assento permanente no CS da ONU em uma possível reforma deste órgão, já que a crise haitiana proporcionava uma situação de visibilidade para a

---

<sup>94</sup> O discurso oficial faz menção ao passado, trazendo à superfície o valor simbólico da história deste país, especialmente sua independência e sua luta contra a escravidão, o que se tornou uma tecla repetida no discurso do governo brasileiro.



pretensão brasileira, mais do que uma postura ideológica ou um ato de solidariedade internacional (Vassoler-Froelich, 2007).

Por outro lado, o Brasil manifestava apoio ao multilateralismo e visava ampliar sua influência no debate mundial sobre governabilidade. Vendo-se como defensor dos interesses do mundo em desenvolvimento, o Brasil clama pela democratização e a institucionalização dos processos de tomada de decisões nos foros multilaterais, e é neste contexto que faz campanha pela reforma do CS da ONU, colocando-se como candidato (Hirst, 2004: 123).

Para Fishel e Saenz, “a primeira entre as motivações para participar nas Operações para a Manutenção da Paz é o prestígio internacional”<sup>95</sup> (Fishel e Saenz, 2005: 204). Apesar de também apontarem outros fatores de influência, os autores argumentam que este tipo de participação aumenta o “status” de um país devido a um certo reconhecimento mundial. Arraes também acredita que o envolvimento no Haiti seria como um “reforço” para garantir assento permanente no CS. Assim, o Brasil teria mais interesse em engajar-se em missões multilaterais de paz (Arraes, 2004: 3). Como afirma Vaz, o interesse nacional é

A principal força motora da presença do Brasil no estrangeiro. O engajamento ativo do Brasil tanto em parcerias regionais como globais procura que a promoção do desenvolvimento nacional

---

<sup>95</sup> Tradução livre da autora: “the first among the motivations to participate in PKO is international prestige”.

corresponda aos valores tradicionais e às dimensões da política internacional do Brasil<sup>96</sup> (Vaz, 2004: 2).

Segundo Vassoler-Froelich, é importante observar que a vaga permanente no CS não deve ser vista como uma busca isolada, mas sim como um meio para o Brasil alcançar seu principal objetivo, que é o desenvolvimento nacional, através de um maior equilíbrio do sistema internacional, usando a política externa como um instrumento para o fazê-lo (Vassoler-Froelich, 2007). A atuação na MINUSTAH parece ser uma boa oportunidade para isso.

### ***3.3) O papel que a AL ocupa no jornalismo impresso brasileiro***

Para desenvolver a hipótese da referência ao papel secundário ocupado pela AL no jornalismo impresso brasileiro, serão utilizadas algumas investigações recentes que foram realizadas no Brasil, e que tratam exatamente desta dinâmica. Sendo o objeto central desta pesquisa reconhecer as percepções da FSP sobre o Haiti e a MINUSTAH, e estando o Haiti localizado na região latino-americana, acredita-se que identificar a posição preenchida pela AL no noticiário ajude a compreender, como consequência, as percepções que se têm sobre o próprio Haiti e sobre a MINUSTAH.

Para Olson, sendo a imprensa uma fonte de construção de informações sobre o que acontece no mundo, é importante analisar “o mundo tal como

---

<sup>96</sup> Tradução livre da autora: “the main driving force of Brazil’s presence abroad. Brazil’s active engagement both in regional and global partnerships aiming at the promotion of national development corresponds to the traditional values and dimensions of Brazilian foreign policy”.

ele é apresentado ou descrito” (Olson, 1997: 211), que não é necessariamente a realidade, mas resultado das percepções que se têm sobre ela. Assim, nesta construção do mundo pela mídia, qual seria o papel ocupado pela AL na imprensa escrita brasileira? De acordo com Ferreira, “A imagem da AL refletida nos meios de comunicação não valoriza suas qualidades, não interpreta sua realidade e não divulga a sua cultura” (Ferreira, 1997 *apud* Barbosa, 2005: 35).

Alguns estudiosos afirmam também que há um desconhecimento sobre a História e a realidade político-social-econômica dos países da AL. Pode-se dizer que parte deste desconhecimento seria acadêmico. Não se ensina AL nas escolas brasileiras, nem no Ensino Médio e nem no Ensino Superior, a não ser que se faça um curso específico sobre o assunto (Barbosa, 2005).

Se historicamente a sociedade brasileira foi educada no sentido de desprezar o latino-americano e privilegiar os valores importados da Europa e dos EUA, não seria de todo surpreendente que nossos profissionais de imprensa adotassem comportamento idêntico ao exercerem o jornalismo (Sant’Anna, 2001: 111).

Autores como José Marques de Melo<sup>97</sup> e Maria Nazareth Ferreira<sup>98</sup> demonstraram com suas pesquisas a ausência da região no noticiário da

---

<sup>97</sup> Ver: Melo, José Marques de (2007) *Entre el Saber y el Poder: Pensamiento Comunicacional Latinoamericano*. Monterrey: Unesco.

<sup>98</sup> A autora tem uma série de obras publicadas sobre o assunto, entre elas: Ferreira, Maria Nazareth (1995) *A comunicação (des)integradora na América Latina: os contrastes do neoliberalismo*. São Paulo: Edicon/Cebela; e (1997) *América Latina, a imagem de um continente na escola e nos meios de comunicação*. São Paulo: CELACC/ECA.

grande imprensa<sup>99</sup>, quando comparado com outras áreas do globo. Os temas das grandes potências ocupariam a maior parte das páginas das seções internacionais, enquanto temas latino-americanos de importância e reflexos regionais seriam desprezados (Sant'Anna, 2001: 13). Ferreira demonstra em suas duas obras, por meio de dados concretos obtidos da leitura de jornais e de entrevistas com jornalistas, que a AL perde espaço para Europa e EUA no noticiário brasileiro. A autora estabelece como causas dessa problemática a influência neoliberal e a ideologia capitalista das empresas detentoras dos veículos: regiões que não têm interesse comercial, não seriam notícia (Ferreira, 1997 *apud* Barbosa, 2005).

Em um estudo realizado por Francisco Sant'Anna a respeito do comportamento da mídia impressa brasileira sobre a AL, o autor constatou alguns padrões de atuação: a existência de forte concentração de temas de caráter sensacionalista ou grotesco no universo de notícias veiculadas; a ocorrência, por parte dos jornais, de práticas editoriais xenófobas para com os povos vizinhos ao Brasil; e a presença de um padrão sócio cultural [as percepções] nas rotinas dos jornalistas que selecionam as notícias, que não privilegiam as informações dos países da AL. Para o autor, há nitidamente um desinteresse por fatos latino-americanos, "salvo quando estes são

---

<sup>99</sup> De acordo com Barbosa, os estudos científicos sobre a AL e a mídia passaram por três etapas: a primeira buscou comprovar que a AL existe como categoria dentro das Ciências da Comunicação e é merecedora de investimentos em pesquisa; em seguida foi necessário comprovar que, apesar de toda sua importância, a AL não tem espaço no jornalismo, fosse por meio da demonstração de que menos centímetros por coluna são dedicados às notícias latino-americanas, fosse pela análise do discurso; e a terceira etapa foi encontrar as primeiras explicações para este cenário (Barbosa, 2005).

sensacionalistas ou já inseridos nas engrenagens globais da agenda econômica ou da indústria cultural” (Sant’Anna, 2001: 109).

Em uma pesquisa realizada dentro da própria FSP por Marcelo Beraba<sup>100</sup>, o ombudsman identificou alguns aspectos relevantes quando da cobertura do jornal que ajudam a comprovar a hipótese aqui defendida. A pesquisa buscou em 231.292 notícias publicadas entre 01/01/2004 e 31/12/2006 quais os temas mais presentes e concluiu que os principais focos de interesse da FSP eram: Futebol, governo Lula, a cidade de São Paulo e os EUA. Este último dado é o que importa para esta dissertação. O jornalista verificou que o noticiário internacional é dominado por dois grandes blocos: EUA e Islã, aí incluídos a guerra no Iraque e o Oriente Médio; e dois blocos menores, a AL e a Europa. Segundo Beraba, “o levantamento inédito tem importância por revelar os grandes eixos de cobertura que podem servir para reflexão e para ajustes na linha editorial” (FSP, 25/03/07).

Barbosa procura compreender quais são os fatores que contribuem para formar este quadro de percepções secundário do papel da AL no noticiário brasileiro; e que não poderiam ser decifrados na lógica de uma única variável de influência<sup>101</sup>. O autor levanta dois eixos que explicariam esta dinâmica. No

---

<sup>100</sup> Marcelo Beraba foi ombudsman do jornal entre 11/04/04 e 01/04/07. Fonte: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/ombudsman\\_quem\\_ja\\_foi.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/ombudsman_quem_ja_foi.shtml) [20 de Junho de 2009].

<sup>101</sup> O autor afirma que, das pesquisas que teriam sido realizadas até então, a causa para a ausência da AL no noticiário era maniqueísta: a “culpa” recaía ora no caráter capitalista das

eixo 1, mais sócio-histórico, estão os fatores ligados à História, à “americanização”, ao preconceito, à influência da ideologia capitalista e à cisão do continente em duas América Latinas: a “AL Popular” e a “AL Oficial”<sup>102</sup>. No eixo 2 estão os fatores que explicam o modo de produção jornalístico: a pauta que direciona as notícias dentro de um círculo restrito do que deve ser noticiado, as relações de trabalho nas redações, a formação intelectual dos jornalistas e o caráter capitalista da mídia, que seria um aparelho ideológico da “AL Oficial” (Barbosa, 2005: 212).

Não sendo objeto desta investigação desenvolver com detalhes cada um destes fatores<sup>103</sup>, o que Barbosa demonstra com sua pesquisa é que é justamente a combinação destes dois eixos que explica o papel secundário da AL no noticiário. Além disso, a investigação demonstra que a “AL Popular” não é retratada na grande imprensa em momento algum<sup>104</sup>; enquanto que a “AL Oficial” o seria em momentos singulares. A região só ganharia mais espaço em situações “especiais”: tragédias, golpes de Estado, violência, abuso de poder, desastres naturais e futebol (Barbosa, 2005). Isto indica as

---

empresas jornalísticas, ora na capacidade intelectual dos jornalistas e, freqüentemente, nas características da sociedade neoliberal (Barbosa, 2005).

<sup>102</sup> Segundo o autor, a “AL Oficial” é a “AL branca e burguesa, herdeira direta dos privilégios do colonizador e associada ao capital estrangeiro, como forma de manter seus privilégios”. A “AL Popular” é “mestiça, negra e índia. É operária e camponesa. Seus moradores são herdeiros dos colonizados e até hoje só conhecem a venda de sua força de trabalho como forma de sobrevivência”. Na “AL Popular” estão as cidades do interior, os países desconhecidos pela mídia e as periferias das grandes metrópoles (Barbosa, 2005: 212).

<sup>103</sup> Para uma explicação detalhada, ver: Barbosa (2005).

<sup>104</sup> Isto seria resultado de fatores como: a influência capitalista no jornalismo (e mais recentemente a ideologia neoliberal), a “americanização” do Brasil, o preconceito da elite, a história da repressão aos movimentos sociais, os óculos adotados pelo jornalista, a relação de trabalho nas redações e o despreparo intelectual do jornalista (Barbosa, 2005: 215).

percepções da mídia sobre o que deve ou não ser publicado, que acaba por excluir o que o autor chama de "AL Popular". Esta teria, na grande imprensa, uma imagem associada ao atraso, à corrupção, à pobreza: estas percepções teriam sido empreendidas "pelas elites latino-americanas, aliadas às burguesias européias e norte-americanas, não só nos veículos de comunicação, mas também nos livros de História e nos processos de ensino" (Babosa, 2005: 216).

Segundo José Arbex Jr., esta postura da mídia seria "colonizada e provinciana". Para o autor, "não é raro que uma cobertura jornalística se torne pobre, que faça parte do consenso, pois é muito mais fácil sustentar um preconceito do que destruí-lo" (Arbex Jr, 2001: 54). Neste sentido, do ponto de vista das percepções, este estereótipo sobre a AL já estaria formado na imprensa escrita brasileira. "Na mídia há um deserto de informação sobre a vida nacional dos povos, em benefício da notícia que privilegia o jogo das potências políticas e econômicas. Os países latino-americanos simplesmente não interessam" (Arbex Jr., 2001: 65).

Sant'Anna afirma que o tratamento recebido pela AL no noticiário é fruto de um processo cultural histórico que "cega" a maioria dos profissionais e dos veículos. "Na prática, os meios jornalísticos nacionais ajudam a fazer uma caricatura da AL, que é comum ao que pensam as nações do Primeiro Mundo

e que propagam as grandes agências de notícias internacionais” (Sant’Anna, 2001: 110).

Esta parte do capítulo procurou identificar alguns fatores de influência sobre as percepções que a mídia tem sobre a AL. Em entrevista, o repórter especial da FSP admite: “A AL sempre foi o ‘patinho feito’ da cobertura internacional na mídia brasileira” (Natali, 2009). Apesar disso, a explicação sobre este papel secundário nunca conseguirá ser suficiente, já que se trata de um conjunto complexo de fatores que interagem para montar o cenário em que o jornalismo se manifesta (Barbosa, 2005). Como afirma Verón,

O modo concreto em que um nível de comunicação aparece organizado numa determinada sociedade é inseparável da realidade (geográfica, demográfica, histórica, econômica) a partir da qual se deu a impregnação significativa de um fato social (Verón, 1970 *apud* Sant’Anna, 2001: 116).

É neste contexto de percepções sobre a AL que o Haiti e a MINUSTAH se manifestam. A próxima parte deste capítulo procura analisar, também como uma consequência deste já identificado papel secundário ocupado pela AL na imprensa escrita brasileira, como a FSP construiu as notícias sobre o Haiti e a MINUSTAH durante os primeiros quatro anos de atuação desta Missão.



### ***3.4) As percepções da FSP sobre o Haiti e a MINUSTAH***

Tendo sido apresentado anteriormente o contexto histórico do Haiti e o desenrolar dos fatos que resultou no conflito de 2004, e na intervenção internacional representada pela MINUSTAH; e em seguida algumas indicações do papel ocupado pela AL no noticiário impresso brasileiro, acredita-se ser possível então traçar um quadro de análise sobre a construção de percepções do jornal FSP sobre o Haiti e a MINUSTAH no período entre 2004 e 2008.

Conforme explicitado na Introdução deste trabalho, será realizada uma análise comparativa das matérias publicadas pelo jornal em dois diferentes períodos (2004-2006 x 2006-2008), tendo como enquadramento o conceito de Estado Falhado<sup>105</sup>. A metodologia utilizada para seleção das notícias, também foi explicada com detalhes na Introdução. Isto permitirá identificar se houve ou não uma mudança de postura na cobertura do jornal nestes dois momentos. A hipótese desta investigação acredita que não houve mudança de percepções do jornal sobre o Haiti e sobre a MINUSTAH, pois o mesmo já tem uma visão estereotipada deste país, e continua a apresentá-lo como um Estado Falhado. Segundo Jervis, "esta tendência é maior quanto mais ambígua é a informação, e mais seguro fica o ator para validar a

---

<sup>105</sup> As discussões em torno deste conceito tão controverso foram realizadas no Primeiro Capítulo desta dissertação e, de acordo com as características identificadas nas notícias publicadas pela FSP, utilizou-se a definição de João Marques de Almeida (2007).

imagem que tinha, e maior ainda o seu comprometimento com a visão anteriormente estabelecida”<sup>106</sup> (Jervis, 1976: 195).

Conforme exposto no Primeiro capítulo, acredita-se que as notícias que foram veiculadas neste período sobre o Haiti e a MINUSTAH são resultado de uma série de fatores que constroem as percepções do jornal sobre o assunto, e que podem ser elaboradas “nos domínios das imagens distorcidas” (Stoessinger, 1978: 585). Como afirma Charaudeau: “A informação é pura enunciação. Ela constrói saber e depende do campo de conhecimentos que o circunscreve, da situação de enunciação na qual se insere e do dispositivo no qual é posta em funcionamento” (Charaudeau, 2006: 36). As matérias resultam, portanto, nas representações do mundo apresentadas pelo jornal:

As representações, ao construírem uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real (Charaudeau, 2006: 47).

O autor acredita que estas representações, ou as notícias, podem provocar efeitos interpretativos em quem as lê quando são produzidas com a utilização de determinadas palavras, adjetivos ou expressões que “põem em cena saberes de crença que apelam para a reação avaliativa do leitor”

---

<sup>106</sup> Tradução livre da autora: “this tendency is greater the more ambiguous the information, the more confident the actor is of validity of his image, and the greater his commitment to the established view”.

(Charaudeau, 2006: 48), revelando assim as percepções que o jornal tem sobre o assunto. Palavras usadas em situações recorrentes pelo mesmo veículo acabam por tornar-se portadoras de determinados valores que, às vezes, remetem a “clichês simplificativos e unidimensionais” (Stoessinger, 1978: 586). “O rótulo colocado sobre um evento ou uma idéia influencia a maneira como este é visto”<sup>107</sup> (Jervis, 1976: 162).

As notícias surgiriam de uma dinâmica em que jornais procuram relatar o que acontece ou aconteceu no espaço público; explicar o porquê e o como do acontecimento, ou seja, o que o motivou, quais foram as intenções de seus atores, as circunstâncias que o tornaram possível, segundo qual lógica de encadeamento, que consequências podem ocorrer, etc; ou provocar o debate sobre o assunto (Charaudeau, 2006). O produto final, ou seja, as matérias veiculadas, acabam por revelar com o seu conteúdo as percepções da mídia sobre determinado assunto. Nesta dinâmica, portanto,

O acontecimento não é jamais transmitido em seu estado bruto pois, antes de ser transmitido, ele se torna objeto de racionalizações: pelos critérios de seleção dos fatos e dos atores, pela maneira de encerrá-los em categorias de entendimento, pelos modos de visibilidade escolhidos. Assim, a instância midiática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada, sendo que tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo (Charaudeau, 2006: 151).

---

<sup>107</sup> Tradução livre da autora: “The label placed on an event or idea influences the way it is seen”.

E assim são construídas as matérias sobre o Haiti na FSP que, de acordo com a hipótese defendida por este trabalho, apresentam este país baseado em um já formado estereótipo (Stoessinger, 1978) de Estado Falhado. A repetição de alguns termos acaba por resultar na “essencialização” de algumas características daquela Nação, de alguns atores e do conflito, que desencadeiam “imaginários” sobre o assunto (Charaudeau, 2006: 249). O enquadramento utilizado permitirá efetuar, portanto, através da identificação do emprego abundante de algumas expressões e da análise de conteúdo, a validação ou não desta hipótese.

#### ***3.4.1) O Haiti e a MINUSTAH na FSP: uma análise comparativa***

Além das pesquisas acadêmicas mencionadas anteriormente neste capítulo, o próprio ombudsman da FSP admite que o papel ocupado pela AL no noticiário é secundário. Para Beraba, a irregularidade da cobertura e a falta de continuidade dos temas revelam a falta de prioridade da região. “Elas surgem praticamente do nada e desaparecem sem explicação. O jornal não tem um acompanhamento contínuo dos países da região e por isso é surpreendido pelas crises” (FSP, 01/05/05). O jornalista afirma ainda que, muitas vezes, os fatos recebem destaque em um dia, viram uma nota no dia seguinte, desaparecem, e depois viram manchete novamente.

Este é o caso do Haiti. Do período de notícias analisadas entre 2004 e 2008, se notou uma maior concentração de publicações no primeiro ano de atuação brasileira na MINUSTAH, que foram perdendo espaço e interesse no decorrer dos anos. É fato que o período de maior crise da situação do país se deu em 2004, quando houve a intervenção internacional. Porém, em 2008, o envolvimento brasileiro continua o mesmo ou é ainda maior, mas já não merece a mesma atenção e cobertura do jornal. Beraba admite que a FSP, motivada por um “surto de orgulho patriótico”, cobriu o Haiti quando do envio das tropas com “investimento e entusiasmo jornalístico”. Um ano depois, em 2005, o jornalista diz que os fatos que se seguiram no país não ganharam “a dimensão que o assunto exigia” (FSP, 01/05/06). Em entrevista, o editor de Opinião da FSP, Vinicius Mota, demonstra esta visão. Quando questionado se o jornal teria um correspondente internacional fixo no Haiti, se tivesse condições para o fazê-lo, Mota afirma categoricamente: “Não, o assunto está visivelmente diminuindo de importância” (Mota, 2009).

A FSP recebeu críticas em 2006 de Fernando Gabeira<sup>108</sup> quando da morte do general Urano Bacellar. Para o Deputado, o ocorrido deveria ter despertado um maior debate sobre o tema: “A mídia, uma vez que o Brasil tem o comando militar da missão, talvez devesse cobrir diariamente o que se passa lá” (FSP, 14/01/06). O político admite saber dos problemas financeiros que isto acarreta, mas se diz incomodado com o silêncio da FSP.

---

<sup>108</sup> Fernando Gabeira é Deputado Federal pelo Partido Verde no Brasil, e tem uma coluna semanal no jornal.

Novamente em 2006, o ombudsman aponta um outro erro do jornal, quando da cobertura das eleições no Haiti. Quando do envio de correspondentes para acompanhar as eleições, estas estavam marcadas para o dia 7 de Fevereiro, e a primeira reportagem foi publicada no dia 4, com destaque para a cobertura no dia 5 e nos dias seguintes, com chamadas e fotos na primeira página. A eleição foi tumultuada e a apuração, mais ainda. Era de imaginar que a equipe de jornalistas permanecesse em Porto Príncipe até o final da apuração. Mas não foi o que ocorreu. A última reportagem foi publicada no domingo, dia 12, e apontava de forma clara para os problemas que estavam por vir. O jornalista previa "protestos violentos" caso Préval não vencesse no primeiro turno. E foi o que aconteceu. Mas a FSP já não estava lá para acompanhar as denúncias de fraude e a sequência de manifestações populares. Para Beraba: "É incompreensível que o jornal não tenha mantido o enviado especial ao Haiti para cobrir as eleições presidenciais até a divulgação final do resultado" (FSP, 19/02/06).

Partindo-se do pressuposto de que as percepções são o "olhar subjetivo que o sujeito lança sobre o mundo" (Charaudeau, 2006: 45), e que o pode ser "em termos de imagens pré-concebidas e de estereótipos, ou avaliar seu meio de modo mais concorde com a realidade objetiva" (Stoessinger, 1978: 578), a análise das matérias procurou identificar se de fato a FSP estigmatizava o Haiti como um Estado Falhado. Conforme defendido no Primeiro capítulo, a construção de percepções na mídia pode ser formada: a

partir da identificação dos seres do mundo *nomeando-os*; da aplicação de propriedades a esses seres *qualificando-os*; da descrição das ações nas quais esses seres estão engajados *narrando-os*; do fornecimento de motivos para essas ações *argumentando*; da avaliação desses seres, dessas propriedades, dessas ações e desses motivos *modalizando* (Charaudeau, 2006).

Neste sentido, as matérias sobre o Haiti e sobre a MINUSTAH publicadas entre os anos de 2004 e 2008 revelou que a FSP, para além da já exposta secundarização da AL no noticiário, percebe o Haiti como um Estado Falhado, imagem que não se altera no decorrer dos anos. "As pessoas estão predispostas, formatadas, ou prontas para verem o que esperam ser a atualidade"<sup>109</sup> (Jervis, 1976: 145).

Conforme visto anteriormente, a AL só ganha mais espaço no noticiário em situações de tragédias, golpes de Estado, violência, abuso de poder, desastres naturais e futebol (Barbosa, 2005). É exatamente e somente dentro desses seis temas que são todas as notícias sobre o Haiti neste período.

Como observado no início deste capítulo, a situação da ilha caribenha estava realmente complicada em 2004, e o jornal não se poupou da utilização de adjetivos para noticiá-la: "A deterioração da situação no Haiti e o colapso da

---

<sup>109</sup> Tradução livre da autora: "People are predisposed, set, or ready to see what they expected to be the present".

rede hospitalar” (FSP, 24/02/04). Quando da saída de Aristide, a FSP declara: “Sua partida agora abre um novo capítulo na história trágica da velha Pérola das Antilhas, às vezes também qualificada como ‘nação patética’ ou ‘pedaço de África perdido no meio das Américas’” (FSP, 01/03/04), e reforça “A nova intervenção internacional demonstra a *incapacidade do Ocidente de conduzir um plano de democratização* de um país sem maiores interesses estratégicos” [grifo nosso] (FSP, 02/03/04). Esta última expressão aponta para uma percepção de que o Ocidente **já teria conseguido** “democratizar” alguma destas “nações patéticas” existentes, quando estas apresentam algum recurso natural como “recompensa”. Estaria o jornal se referindo ao Iraque, que possui Petróleo? A menção ao Iraque se justifica porque, conforme será exposto adiante, a FSP faz algumas comparações entre guerra no Haiti e guerra no Iraque.

Dentro da conceitualização de Estado Falhado utilizada nesta dissertação para o enquadramento e comparação das matérias, os quatro pontos utilizados foram: 1) nestes Estados o Governo central perdeu o seu controle e autoridade sobre seu território e é, portanto, incapaz de garantir a paz, lei e ordem; 2) os Estados Falhados são caracterizados por "*warlord politics*": a violência é necessária para controlar a distribuição da riqueza e da construção de alianças políticas, o que torna difícil a distinção entre grupos rebeldes e forças governamentais; 3) as tragédias humanitárias causadas pela pobreza extrema, fome e doenças, são generalizadas e os Direitos



Humanos e o respeito pelas normas democráticas são comumente subvertidos; 4) as partes combatentes são financiadas, em grande parte, pelo dinheiro proveniente de sequestro, tráfico, prostituição e contrabando (Almeida, 2007: 41).

A utilização e repetição com frequência de algumas expressões durante estes quatro anos colocam o Haiti dentro deste enquadramento. Os termos empregados também reforçam a “essencialização” de algumas características daquela Nação, que revelam as percepções que a FSP têm do Haiti, do conflito e de alguns atores nele envolvidos (Charaudeau, 2006): “Diante da tibieza das instituições haitianas e da onipresente miséria” (02/03/04); “O país caiu em estágio letárgico” (02/03/04); “O Haiti é um país inviável” (FSP, 30/05/04); “País mais pobre da América vive caos institucional” (FSP, 29/06/04); “Escombros empoeirados colocam vários enigmas: bombardeio, incêndio ou são apenas casas construídas pela metade, uma espécie de símbolo do Haiti, um país inacabado? É um limite de pobreza que convida a redefinir a condição humana” (18/11/04). O jornal enxerga a intervenção internacional como única saída existente para o país:

Apenas a intervenção estrangeira pode assegurar um patamar mínimo de convivência política no Haiti. A importante participação brasileira no conturbado país caribenho, por meio de uma futura missão de paz, é uma demonstração de solidariedade com *um dos povos mais martirizados e pobres do planeta* [grifo nosso] (FSP, 26/04/04).

E ainda:

Discretamente, bem aos poucos, meio até mesmo sem saber o que fazer e como agir em detalhe, o Brasil está embarcando, no Haiti, em uma das mais delicadas tarefas da política internacional: a "*construção de nações*". Os 1.200 soldados brasileiros hoje no Haiti são apenas a face mais visível do esforço internacional para transformar *o mais pobre país* em uma nação minimamente viável. Estados falidos [sic] da África continuam marcando presença nos últimos postos nas listas de desenvolvimento humano. *O Haiti é a bola da vez* [grifo nosso] (FSP, 18/07/04).

É possível afirmar que esta percepção encontra respaldo na afirmação do presidente Lula: "Nós fomos ao Haiti. O Haiti não tem solução, não tem democracia e precisa ter um mínimo de política de desenvolvimento" (FSP, 29/05/05). Na mesma edição a FSP declararia: "De fato, mais de um ano depois do início de mais uma transição política pontuada por conflitos, é difícil dizer quem, se alguém, está no comando, no Haiti. O caos reina" (FSP, 12/06/05). "No Haiti, o banditismo comum e arremedos de milícias se misturam caoticamente, deixando o país mais à beira do que se chama de 'colapso' do que de disputa minimamente ordenada pela supremacia política" (FSP, 29/05/05). Pode-se dizer que a primeira afirmação ajuda a exemplificar a visão do jornal sobre o ponto 1 mencionado anteriormente, que caracteriza um Estado Falhado; e a segunda faria referência ao ponto 2<sup>110</sup>.

---

<sup>110</sup> 1) Nestes Estados o Governo central perdeu o seu controle e autoridade sobre seu território e é, portanto, incapaz de garantir a paz, lei e ordem. 2) Os Estados Falhados são caracterizados por "*warlord politics*": a violência é necessária para controlar a distribuição da riqueza e da construção de alianças políticas, o que torna difícil a distinção entre grupos rebeldes e forças governamentais (Almeida, 2007).

Nota-se ainda que, mesmo quando já havia mais de um ano de atuação da MINUSTAH, a situação do Haiti continuava complicada, e era sensacionalizada pela FSP através de suas manchetes: "Apesar da ONU, Haiti vira terra de ninguém" (FSP, 12/06/05); "Missão de paz da ONU é um bandeide em uma hemorragia" (FSP, 29/01/06). Em 2006, o jornal afirmaria: "O Haiti, país que combina um panorama de pobreza extrema, de um Estado falido [sic] e de intensos conflitos internos, exige para seu desenvolvimento um comprometimento da comunidade internacional de pelo menos dez anos" (FSP, 06/03/06). Neste sentido, quando da posse do novo Presidente: "Préval terá nas mãos cofres públicos esvaziados e um Estado de estruturas falidas" (FSP, 14/05/06).

A menção ao fato de ser o país mais pobre da América pode ser observada em quase todas as notícias publicadas pelo jornal entre 2004 e 2008, independente do tema sobre o qual é a matéria: "O Haiti é o país mais pobre do hemisfério ocidental: 80% das pessoas vivem abaixo da linha da pobreza" (FSP, 19/08/04); "É um país onde há fome sistemática e morre-se dela todo dia" (FSP, 11/05/05); "No país de 8,2 milhões de habitantes - 70% abaixo da linha da pobreza -, os homens arriscam os dentes para escapar da fome quando comem um biscoito feito com argila e sal (FSP, 02/07/06); "Cerca de 80% da população do Haiti vive com menos de US\$ 2 por dia" (FSP,

09/04/08); "A fome derrubou o portão de entrada do palácio presidencial do Haiti e causou a demissão do primeiro-ministro do país" (FSP, 21/04/08).

Pode-se verificar por vezes um tom preconceituoso, que estereotipa o país e sua população, como consequência de ser um Estado Falhado e mais pobre da América, através do sensacionalismo das notícias: "Capital haitiana recebe rebeldes com festa" (FSP, 02/03/04). Ora, o ocorrido no Haiti, quando da saída da Aristide, foi bem mais complexo do que revela esta manchete, que dá a entender que todos em Porto Príncipe queriam a saída de Aristide, o que não é verdade. Conforme verificado no início deste capítulo, havia uma diversidade de grupos a favor e contra o ex-presidente; além de uma enorme quantidade de pessoas [pode-se dizer a maioria da população] que apoiava Aristide e que era contra sua renúncia [o que pôde depois ser verificado quando o representante de seu partido, René Préval, foi eleito em 2006].

Quando se refere ao fato do Haiti estar na lista dos países menos desenvolvidos do mundo, de acordo com a ONU, o jornal afirma: "É preciso mergulhar tão fundo na miséria para ingressar nesse `quadro de honra´ às avessas, que só um dos 34 países das Américas se qualifica: o Haiti". E o caracteriza:

O Haiti já não é mais capaz de garantir à população os serviços mínimos indispensáveis à vida em sociedade: segurança pessoal,

sistema judiciário, educação, saúde, água potável. É a falência do Estado, que pode chegar ao colapso quando o governo deixa de existir, quando ele perde o monopólio da coação legal, da polícia, da força armada e proliferam os bandos predadores e os "senhores de guerra", como aconteceu no Haiti. [...] O colapso do Estado e a indiferença externa levaram ao poder os talebans, criando a plataforma terrorista que iria explodir no 11 de Setembro e mudar a história. Se quisermos evitar que haja não apenas um mas dois, três, vários Afeganistão, o caminho é um só: o engajamento dos mais afortunados para, de saída, pacificar e, em seguida, construir instituições que permitam administrar os conflitos, sem a violência da guerra civil e o extermínio dos perdedores (FSP, 14/03/04).

Quando da ida do primeiro correspondente especial, o jornalista Ricardo Bonalume Neto descreve a capital do país:

Porto Príncipe é uma típica capital de país pobre, com ruas precárias e sujas, repletas de buracos e poeira, moradias improvisadas e uma ou outra casa mais luxuosa. As calçadas são tomadas por vendedores que oferecem um pouco de tudo: frutas, legumes, pneus velhos etc. O trânsito é tresloucado; os serviços, lentos. A população é majoritariamente negra, jovem e desempregada. Jovens estão por toda a parte, parados pelas esquinas (FSP, 29/05/04).

Além da utilização de palavras nas notícias [como o excesso de adjetivos] que expressam o ponto de vista do jornal, há ainda uma forma utilizada pela mídia que ajuda a reforçar as percepções que o jornal tem e quer defender: a utilização de entrevistas com especialistas ou envolvidos no assunto. Em duas ocasiões, isto se nota com facilidade. Na primeira delas, o correspondente entrevista uma ativista de Direitos Humanos, que declara: "Haitianos só pedem esmola" (FSP, 01/06/04). Dado que há centenas de organizações que lidam com os Direitos Humanos no Haiti, é possível que

alguma delas tivesse uma visão diferente da apresentada acima. Porém, o jornal não buscou outro ponto de vista.

Na outra entrevista, um membro da tropa militar que teve o avô no Haiti na década de 1930 relata: "Meu avô me dizia que os haitianos nadavam para o barco em busca dos restos de comida que jogávamos no mar" (FSP, 01/06/04) - uma afirmação que ajuda a construir uma imagem de barbárie a respeito daquela população. O correspondente não faz uma contextualização histórica da década de 1930 que ajudaria a compreender o que se passava naquele momento. Neste sentido, "O contexto não é suportado somente pela situação, mas também pelas preocupações e informações que dominam o pensamento do indivíduo em qualquer momento específico"<sup>111</sup> (Jervis, 1976: 153).

Quando da ida do mesmo correspondente alguns meses depois, que viajou ao Haiti a convite do Ministério da Defesa, Bonalume Neto faz referência novamente a algumas cenas que "simbolizam bem a ausência do Estado no cotidiano":

Quatro meses depois que tropas de paz brasileiras chegaram ao país, o Haiti continua com os mesmos problemas - piorados, em alguns casos. [...] É a típica casa haitiana de blocos de cimento - nisso a família está em condição bem melhor que os milhares de favelados que moram em barracos de madeira com jornal

---

<sup>111</sup> Tradução livre da autora: "Context is supplied not only by the situation, but also by the concerns and information that dominate the person's thought at any particular time".

forrando as paredes e com esgoto correndo entre eles (FSP, 03/10/04).

Em Dezembro, outro repórter seria enviado ao Haiti como correspondente especial, o jornalista André Soliani, que viajou a convite do Itamaraty. Na ocasião, Soliani reforça a imagem anteriormente apresentada:

Porto Príncipe, cidade construída no meio de um vale, é uma grande favela. Apenas as encostas dos morros têm casas mais luxuosas. De resto, são barracos ou casas de alvenaria em construção e sem reboco. O lixo se acumula nas ruas, e não há transporte público organizado. As pessoas viajam na carroceria de caminhonetes adaptadas para transporte de passageiros. A população enfrenta problemas de falta d'água e energia elétrica. O desemprego cresce (FSP, 21/12/04).

Em 2006, quando da ida do Ministro da Defesa do Brasil, Waldir Pires, ao Haiti, a jornalista Andrea Michael viaja a convite do Ministério da Defesa e faz somente uma matéria em sua estada de dois dias no país. Esta, falando sobre como os haitianos gostam de futebol (FSP, 28/06/06). Com a eleição de um novo presidente no Haiti, e uma percepção por parte do jornal de que o Brasil deveria iniciar uma estratégia de saída da ilha caribenha, a publicação de uma única notícia sobre futebol parece demonstrar que não haveriam temas mais relevantes que mereceriam uma problematização maior, quando da ida de um correspondente internacional.

As notícias reforçam a imagem de Estado Falhado: "Comuns no Haiti, os sequestros foram especialmente numerosos neste mês" (FSP, 23/12/06); "Uma foto do Haiti de hoje revelaria uma situação horrível, com déficit em

diversos aspectos, pobreza, falta de instituições e um Estado muito fraco e ausente" (FSP, 11/03/07). Esta segunda afirmação, que caracteriza o ponto 3, foi feita quando da ida do repórter Raphael Gomide ao Haiti, que viajou a convite do Exército brasileiro. A frase anterior exemplifica o ponto 4<sup>112</sup>. Gomide descreve o Haiti:

Com quase todas as casas destruídas pelas gangues para impedir a eventual utilização pela Minustah como pontos de apoio, as poucas ruas asfaltadas e as muitas de terra lembram uma favela brasileira. Meninos e meninas descalços passavam a mão na barriga para pedir comida. "Grangou, grangou [fome, fome]", diziam, em créole [...] Cité Soleil é uma favela com uma rua principal e muitas vielas com valas abertas, sem luz e com odor fétido (FSP, 01/03/07; 02/03/07).

O número de notícias sobre o Haiti diminuiu consideravelmente em 2007 e, em 2008, são os protestos da população relacionados com a crise de alimentos e as catástrofes naturais que ganham destaque no noticiário. O jornal questiona as tragédias humanitárias, com base na mesma imagem que tem da ilha: "Essas tempestades ilustram a fraqueza do Estado haitiano. Por que são sempre apanhados de surpresa por uma tempestade que sabem que virão?" (FSP, 14/09/08). As manchetes principais deste ano são: "Comandante da ONU no Haiti teme que o país retroceda" (FSP, 11/04/08); "Após furacões, Haiti atola no sofrimento" (FSP, 14/09/08); "Apesar de

---

<sup>112</sup> 3) As tragédias humanitárias causadas pela pobreza extrema, fome e doenças, são generalizadas e os Direitos Humanos e o respeito pelas normas democráticas são comumente subvertidos. 4) As partes combatentes são financiadas, em grande parte, pelo dinheiro proveniente de sequestro, tráfico, prostituição e contrabando (Almeida, 2007).



Préval, Haiti ainda se mantém como ameaça à paz” (FSP, 15/10/08); “Escola haitiana desaba e mais de 50 morrem” (FSP, 08/11/08).

Apesar do discurso oficial do Itamaraty afirmar que houve melhoras na situação do Haiti entre 2004 e 2008 (“No Haiti, os avanços democráticos e sociais indicam que estamos exercendo influência positiva na recuperação da estabilidade do país” [Lula, 2008]), o jornal não publica nenhuma matéria em que faz menção a resultados positivos que teriam sido alcançados pela MINUSTAH. As percepções sobre o Haiti já estão construídas sob um “tipo condicionado de predisposição mental” (Stoessinger, 1978: 579). Como afirma Jervis,

Ignoramos as informações que não se ajustam, distorcemo-las de modo a confirmar, ou pelo menos, não contradizer as nossas crenças e nem negar a sua validade. Provas que confirmem, pelo contrário, são rápida e cuidadosamente observadas. Em muitos casos, informações discrepantes são simplesmente ignoradas<sup>113</sup> (Jervis, 1976: 143).

Observa-se, portanto, que há um estereótipo do Haiti, reforçado por “clichês simplificativos e unidimensionais” (Stoessinger, 1978: 586) da situação. “Quando há predisposição, o resultado é que, se um ator espera um fenômeno ocorrer, é provável que ele compreenda estímulos ambíguos como

---

<sup>113</sup> Tradução livre da autora: “We ignore information that does not fit, twist it so that it confirms, or at least does not contradict, our beliefs, and deny its validity. Confirming evidence, by contrast, is quickly and accurately noted. In many cases, discrepant information simply is not noticed”.

sendo o próprio fenômeno”<sup>114</sup> (Jervis, 1976: 153). Dentro dos quatro conceitos de Estado Falhado de Almeida (2007), as caracterizações utilizadas encontram exemplos em todos os anos, entre 2004 e 2008.

1) Nestes Estados o governo central perdeu o seu controle e autoridade sobre seu território e é, portanto, incapaz de garantir a paz, lei e ordem: “Rebeldes se aproximam da capital, tomada por saques e violência; mais de 500 haitianos que tentaram fugir são repatriados” (FSP, 28/02/04) / “Apesar de Préval, Haiti ainda se mantém como ameaça à paz” (FSP, 15/10/08).

2) Os Estados Falhados são caracterizados por "*warlord politics*": a violência é necessária para controlar a distribuição da riqueza e da construção de alianças políticas, o que torna difícil a distinção entre grupos rebeldes e forças governamentais: “Chefes de gangues transformados em `rebeldes´” (FSP, 01/03/04) / “O movimento começou bem, mas foi prejudicado pela entrada de criminosos” (FSP, 06/04/08).

3) As tragédias humanitárias causadas pela pobreza extrema, fome e doenças, são generalizadas e os Direitos Humanos e o respeito pelas normas democráticas são comumente subvertidos: “Aids é grande preocupação, afirma general” (FSP, 16/05/04) / “Protestos contra a fome crescem no Haiti e deixam 5 mortos ” (FSP, 09/04/08).

---

<sup>114</sup> Tradução livre da autora: “Whatever creates the predisposition, the result is that, if an actor expects a phenomenon to appear, he is likely to perceive ambiguous stimuli as being that phenomenon”.

4) As partes combatentes são financiadas, em grande parte, pelo dinheiro proveniente de sequestro, tráfico, prostituição e contrabando: "Rebeldes tem ligação com tráfico e chacinas" (FSP, 01/03/04) / "Tráfico de drogas e armas continua a afetar estabilidade das fronteiras" (FSP, 09/10/08).

Neste contexto, já desde a morte do general Bacellar, no início de 2006, a FSP vem manifestando em seus editoriais a opinião de que o Brasil deveria sair do Haiti e da liderança da MINUSTAH. Conforme apresentado no capítulo anterior, o jornal enxerga a participação brasileira como sendo motivada unicamente pelo desejo do Brasil em conquistar uma vaga permanente no CS da ONU. Expressando que considera esta possibilidade cada vez mais distante da realidade, a FSP diz não ver sentido que o país continue no Haiti e na liderança da MINUSTAH, que considera "fracassada", e defende a saída das tropas. "É preciso desenhar uma estratégia coerente e responsável para deixar o Haiti. O Brasil tem de resolver problemas bastante básicos antes de lançar-se à aventura de ajudar a governar o mundo" (FSP, 12/01/06). Em 2006 foram 3 editoriais falando sobre o Haiti, e em todos o jornal manifesta esta mesma opinião, e mais um em 2008. Considerando a percepção que a FSP tem sobre o Haiti como um Estado Falhado, e já que esta postura não se altera com o passar dos anos, a defesa da saída das tropas faz sentido nesta percepção simplista, como se o Haiti *não tivesse conserto*:

pode-se dizer que a situação social e política do Haiti provavelmente estaria ainda pior caso não houvesse ocorrido uma intervenção das Nações Unidas. Mas, descendo ao terreno concreto e observando a miséria, a criminalidade e a anarquia institucional que reinam em Porto Príncipe e outras cidades haitianas, esse "ainda pior" se torna uma discreta diferença de grau (FSP, 12/01/06).

Estes editoriais ajudam a identificar as percepções que o jornal tem sobre a MINUSTAH. Como afirma Jervis, "Compreender as pré-disposições gerais defendidas pelos tomadores de decisões é um passo importante para explicar suas percepções específicas"<sup>115</sup> (Jervis, 1976: 146).

O enquadramento de Estado Falhado para análise das matérias facilita uma compreensão geral das imagens estereotipadas que a FSP constrói sobre o Haiti. Porém, o exercício comparativo permitiu identificar alguns outros indícios que corroboram esta hipótese. Dada a percepção simplista que o jornal tem sobre o conflito, mais de uma vez as notícias da FSP fazem referência ao Iraque em comparação com o Haiti, questionando em algumas matérias: "O Haiti se transformou no Iraque do Brasil?" (FSP, 18/01/06), e conclui: "O Haiti está para o Brasil como o Iraque está para os EUA e, nos dois casos, repete-se a máxima: todo mundo sabe como começa, ninguém sabe como termina" (FSP, 12/01/07).

---

<sup>115</sup> Tradução livre da autora: "Understanding the general pre-dispositions held by decision-makers is an important step in explaining their specific perceptions".

De fato, o Iraque também passa pelo processo de uma intervenção internacional, mas comparar as duas realidades parece ser equivocado e generalista. Quanto questionado sobre o assunto, Ricardo Seitenfus afirma: “Não há nenhum elemento da Guerra do Iraque no Haiti. Por exemplo, não há autorização do CS para o Iraque. Não há guerra no Haiti, não há violência militar, não há forças organizadas de oposição, não há guerrilha. E o Haiti é paupérrimo, não tem petróleo, não tem interesses estratégicos” (FSP, 18/01/06). Dizer que o Haiti é o Iraque da AL parece, no mínimo, apelativo.

Outro ponto importante diz respeito à ida dos jornalistas da FSP ao Haiti. Verificou-se que as imagens transmitidas através das notícias não foram alteradas perante uma maior “proximidade” física dos fatos. Ao mesmo tempo, também não foram produzidas matérias com conteúdo muito diferente do que feito anteriormente nas redações. Neste sentido,

É comum encontrar atores que acreditam fortemente em alguma evidência, ou prova, que para eles é suportada por dados que, eles falham em notar, também suportam proposições alternativas. Assim, eles frequentemente vêem as evidências como se confirmassem suas hipóteses iniciais<sup>116</sup> (Jervis, 1976: 181).

De 13 viagens realizadas ao Haiti entre 2004 e 2008, 7 foram feitas com as despesas pagas por outros meios que não o próprio jornal (Ministério da Defesa, Itamaraty, etc). Quando questionados sobre se isto comprometeria

---

<sup>116</sup> Tradução livre da autora: “It is common to find actors believing that strong evidence, if not proof, for their views is supplied by data that, they fail to note, also supports alternative propositions. Thus they often see evidence that conforms to their hypothesis as confirming it”.

ou limitaria, de alguma forma, a cobertura do jornal, a opinião de alguns jornalistas foi distoante. Para Vinicius Mota, "Não há problemas, desde que a informação sobre quem custeou o transporte fique clara para o leitor no material publicado" (Mota, 2009). De acordo com Lins da Silva, "Seria melhor viajar por conta própria. Às vezes, é logisticamente difícil. Não acho que viajar a convite nessa situação comprometa a cobertura, mas é preciso ser transparente com o leitor e redobrar a vigilância crítica" (Lins da Silva, 2009).

Para João Alexandre Peschanski, jornalista independente que viajou ao Haiti em 2005 e ficou lá por dois meses, viagens nestas condições ficam comprometidas do ponto de vista do acesso à informação, já que "as tropas sempre vão te levar para os lugares que estão dando certo". Ele chama ainda a atenção para o fato de que a realidade do Haiti é extremamente complexa, e estas viagens durariam no máximo 3 dias, período extremamente curto para uma melhor apreciação da realidade: "Não quer dizer que o jornalista da FSP que foi não era bem-intencionado, mas é impossível fazer um bom jornalismo internacional de uma situação séria como a do Haiti, em apenas três dias". Para Peschanski, que fez um percurso *não tradicional* no Haiti enquanto correspondente, e viajou por 9 Distritos do país,

O Haiti tem uma tradição de movimento camponês muito forte, que nós não fazemos idéia. Estes movimentos, que mobilizam um em cada quatro habitantes do Haiti, não aparecem na imprensa brasileira. Se você perguntar para algum jornalista da FSP se ele

sabe o nome do maior movimento camponês do Haiti, ele não saberá responder. O grande problema ao ir ao Haiti nestas viagens pagas é que, além do jornalista ser sempre monitorado pelos militares, sob a justificativa de que o Haiti é perigoso, eles só têm acesso às fontes oficiais do governo, e nunca buscam ouvir outras pessoas. O jornalismo no Haiti precisa ter uma imersão. E a FSP jamais mandou alguém lá para fazer imersão (Peschanski, 2009).

Apesar de se basear em imagens simplistas e estereotipadas, a FSP assume uma posição própria perante a atuação do Brasil na MINUSTAH, que distoa do posicionamento oficial apresentado pelo Itamaraty. Além disso, na própria caracterização do Haiti, nota-se uma opinião regular sobre a situação deste país. Sem discutir se estas percepções estão corretas ou se apresentam alguma distorção, o que é possível afirmar a partir do comportamento da FSP é que ela atua de forma autônoma na construção de percepções sobre os assuntos, representando desta forma capacidade para influenciar as definições de política externa (Cerqueira, 2005).

Dos três padrões de comportamento da mídia mencionados por Cerqueira no Primeiro Capítulo desta dissertação, o terceiro deles pode ser observado explicitamente neste capítulo: a manifestação de opiniões e críticas de forma regular e coerente ao longo do tempo, fundamental para evidenciar a existência de uma posição própria defendida pelo veículo em questão. Dessa forma, a construção de percepções na FSP sobre o Haiti e sobre a MINUSTAH evidenciaram a autonomia da imprensa na formulação da política externa brasileira, através da dupla via de influência.

Já que o objetivo desta pesquisa não era medir a influência dos meios de comunicação na política externa, mas sim analisar seus mecanismos de atuação (as percepções) para avaliar sua relevância nas definições de política externa, o trabalho buscou exemplos desses diálogos, sem se deter na incorporação ou não das propostas da imprensa à política externa brasileira.



## ***Conclusão***

A importância deste trabalho se dá na medida em que ajuda a compreender a significativa dinâmica existente entre a mídia, a construção de percepções sobre determinado assunto, que resulta nas notícias, e a influência destas como “parte formadora da opinião pública” (Charaudeau, 2006: 21) e influente nas definições de política externa. A mídia não é, portanto, “uma superfície para inscrever o mundo, mas um modo de agir sobre o mundo” (Steinberger, 2005: 32).

As análises desenvolvidas em cada um dos capítulos procurou verificar as duas hipóteses defendidas nesta dissertação e expostas na Introdução. O Capítulo Dois apresentou as linhas gerais de política externa brasileira do governo Lula, e como estas foram retratadas na FSP através de seus editoriais. Além disso, quando da comparação com a retórica oficial, foi possível identificar as percepções do jornal sobre o assunto, e se estas apoiavam ou não as ações do Itamaraty. Os resultados encontrados revelaram que, apesar da FSP apoiar inicialmente a participação do Brasil na MINUSTAH, ela vê esta e muitas outras ações de política externa como sendo motivadas pelo desejo brasileiro em ocupar uma cadeira permanente no CS da ONU em uma possível reforma deste órgão. Há portanto uma visão estereotipada da política externa brasileira, com a repetição de uma mesma idéia, que acaba por tornar-se verdadeira para o próprio jornal (Jervis, 1976).

Neste caso, pode-se especular que os “elementos de distorção perceptiva” (Stoessinger, 1978: 588) podem ter tido como fruto o discurso oficial, ou afirmações do governo feitas no passado; ou ainda serem resultado da linha editorial do jornal, ou pode ser um comportamento desta mídia, não racional, que não teria origem definida. Muitas vezes, busca-se uma racionalidade do ator que ele não possui: “Um comum erro de percepção é ver o comportamento do outro como mais centralizado, planejado e coordenado do que realmente o é”<sup>117</sup> (Jervis, 1976: 319).

Quando da identificação das percepções da FSP sobre o Haiti e a MINUSTAH, presentes no Capítulo três, partindo-se do pressuposto de que a AL ocupa um papel secundário no noticiário (resultado de diversas pesquisas anteriores que comprovaram esta hipótese), a análise das notícias sobre o Haiti e a MINUSTAH revelou que há também uma visão estereotipada do Haiti enquanto Estado Falhado, que não se altera nos dois momentos do conflito (2004-2006 X 2006-2008), mesmo mediante uma mudança na realidade do Haiti. O enquadramento utilizado se mostrou suficiente, portanto, para a comprovação da hipótese.

Além disso, para verificação da Hipótese 2, procurou-se observar de que forma esta construção midiática de percepções poderiam influenciar ações de política externa. A maior parte dos estudos que avaliam a influência da mídia

---

<sup>117</sup> Tradução livre da autora: “A common misperception is to see the behavior of others as more centralized, planned, and coordinated than it is”.

na política externa são realizados com base em conceitos dos campos da Opinião Pública e da Comunicação. Esta investigação se utilizou da Teoria das Percepções das RI para fazer uma análise da mídia e, ao mesmo tempo, demonstrar a importância da construção de percepções na definição de políticas externas. Para isto, partiu-se de um estudo realizado por Cerqueira, em que o autor demonstra a autonomia da mídia como pressuposto para sua influência na política externa. Procurou-se assim se utilizar deste pressuposto, e verificar se ele era validado em cada um dos capítulos, através da construção de percepções identificadas no jornal.

Pode-se afirmar que os editoriais e colunas são um canal de diálogo entre os jornais e o governo, capazes de expor as políticas oficiais a um exame crítico. Com uma visão própria de quais deveriam ser os objetivos perseguidos pelo Brasil no plano internacional, a imprensa seria capaz de contestar propostas e afirmações oficiais confrontando-as com dados e argumentos vindos de outras fontes. Não se procurou nestes quatro anos de atuação no Haiti, situações em que a política externa tenha sido modificada em função da cobertura desfavorável da imprensa. As evidências foram buscadas em momentos em que era nítido o debate de representantes diplomáticos e a FSP, conforme verificado no Capítulo Dois.

Assim, esta pesquisa mostrou que a imprensa teve liberdade para examinar o discurso apresentado pelo Itamaraty e expor distintas opiniões sobre ele

de acordo com suas próprias percepções. Logo, o resultado da análise dos editoriais permite dizer que a imprensa desempenhou papel autônomo no processo de formulação da política externa brasileira durante o período analisado, o que comprova a segunda hipótese desta dissertação.

O comportamento autônomo da imprensa também fica evidente na maneira como a FSP trata a atuação da MINUSTAH. Como mostra a análise feita no Capítulo Três, o jornal acompanhou o início da atuação brasileira com uma abordagem favorável da atuação internacional do Brasil e justificou esse posicionamento a partir dos mesmos argumentos utilizados pelo Itamaraty. Entretanto, a partir do segundo ano da liderança brasileira na MINUSTAH, a FSP assumiu uma posição contrária à esta atuação do Brasil, e pedindo a saída das tropas brasileiras do Haiti. Assim, no debate gerado pela participação na MINUSTAH, a FSP foi um ator autônomo que buscou enfoques distintos do oficial e questionou os objetivos do Itamaraty com base em suas próprias percepções.

Isto é, precisamente, o que se espera da imprensa no modelo de dupla via de influência: em relação à sociedade, que ela selecione por meio de suas percepções a informação a ser transmitida, que tenha autonomia para motivar o debate público, e que sirva de instrumento de pressão para dar voz a grupos sociais que discordam da política oficial; em relação ao governo, que seja um ator com capacidade para dialogar a partir de uma

posição própria, coerente e claramente estabelecida, examinando criticamente suas iniciativas.

A observação dos dados permite concluir que a FSP possui uma visão simplista da política externa brasileira, do Haiti e da atuação da MINUSTAH, baseada em estereótipos e imagens pré-existentes. A Hipótese 1, portanto, pôde ser validada, o que demonstrou que, muitas vezes, "As percepções são produzidas nos domínios das imagens distorcidas. O fator ideológico gerou uma imagem própria distorcida" (Stoessinger, 1978: 585).

A Hipótese 2 também pôde ser verificada na medida em que a construção de percepções da FSP permite que o jornal atue de forma autônoma no período analisado, participando do debate com um ponto de vista diferente do oficial e expondo o discurso do governo a um exame crítico; sendo portanto capaz de influenciar nas definições de política externa.

Acredita-se que a mídia deva buscar ferramentas que minimizem a possibilidade de percepções distorcidas. Mesmo assim, Jervis admite ser difícil avaliar a precisão das percepções: "é difícil saber quais eram as percepções de um indivíduo, e mais difícil ainda avaliar se estavam corretas"<sup>118</sup> (Jervis, 1976: 7). Citando um exemplo que teria ocorrido nos EUA, em 1961, relativamente a uma visão distorcida da elite norte-americana

---

<sup>118</sup> Tradução livre da autora: "is hard to know what a person's perceptions were and even harder to know whether they were correct".

sobre uma ação de política externa, Stoessinger afirma que “as distâncias entre percepção e realidade não podem ser prontamente atribuíveis a nenhum segmento específico” (Stoessinger, 1978: 580).

O modelo de análise interdisciplinar que foi desenvolvido nesta investigação pode servir como referência para a análise do comportamento do jornal em outras situações semelhantes, ou de outros veículos e outras mídias, e chamar a atenção da imprensa para percepções distorcidas que possam estar sendo veiculadas através das notícias. Como afirma Jervis, acredita-se ser possível estimular a criação de mecanismos para a diminuição das percepções distorcidas, que traria consequências na influência exercida nas definições de política externa. “Se os tomadores de decisões ficarem atentos a erros comuns de percepções, podem procurar diminuí-las ou compensá-las. E podem adotar estratégias para diminuir sua confiança indevida em crenças prevalentes, de modo a reexaminar os seus pontos de vista”<sup>119</sup> (Jervis, 1976: 409).

---

<sup>119</sup> Tradução livre da autora: “If decision-makers become aware of common perceptual errors, they may be able to avoid or compensate for them. And they can adopt safeguards to decrease their unwarranted confidence in prevailing beliefs, make them reexamine their views”.

## ***Bibliografia***

Almeida, João Marques de (2007) "Failed states in Western Africa, international security and the European Union" *A evolução estratégica da África Austral. Strategy and Security in Southern Africa*. IV Conferência Internacional FLAD/IPRI-UNL Estratégia e segurança na África Austral, Lisboa.

Almeida, Paulo Roberto de (2004) "Uma política externa engajada: a diplomacia do Governo Lula" *Revista Brasileira de Política Internacional*. 47(1), 162-184.

Amorim, Celso (1996) "A Reforma da ONU" *Estudos Avançados – Série Assuntos Internacionais 43*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP.

Amorim, Celso (2005) "Política Externa do Governo Lula: os dois primeiros anos" *Análise de Conjuntura OPISA*, <http://observatorio.iuperj.br> [5 de Março de 2009].

Amorim, Celso (2006) "Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na sessão de abertura da Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti", Brasília, 23 de Maio de 2006.

Arbex Jr., José (2001) *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Editora Casa Amarela.

Aristide, Jean-Bertrand (1995) *Todo Homem é um Homem*. São Paulo: Paz e Terra.

Arraes, Virgílio (2004) "Haiti e política externa de Lula: realmente há algo de inovador?" *Meridiano 47*. 49, 2-3.

Arraes, Virgílio (2006) "O Brasil e a ONU, de 1990 a nossos dias: das grandes conferências às grandes pretensões" in Altemani, Henrique; Lessa, Antonio Carlos (eds.) *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas. Volume 2*. São Paulo: Editora Saraiva, 7-42.

Barbosa, Alexandre (2005) "A solidão da América Latina na grande imprensa brasileira", Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicação e Artes. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Bauer, Martin W. (2000) "Classical Content Analysis: A review" in Bauer, Martin W.; Gaskell, George (eds.) *Qualitative researching with text, image and sound: a practical handbook*. London: Sage Publ., 131-151.

BBC (2006) "Préval Declared Haiti Poll Winner", <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/4718790.stm> [15 de Junho de 2009].

Bilgin, Pinar; Morton, Adam (2002) "Historicising representations of 'failed states': beyond the cold-war annexation of the social sciences?" *Third World Quarterly*. 23(1), 55-80.

Cerqueira, Rodrigo (2005) "Diários do Príncipe. Imprensa e política externa no governo Cardoso (1995-2002)", Dissertação de Mestrado, Instituto de Relações Internacionais. Rio de Janeiro: PUC.

Charaudeau, Patrick (2006) *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto.

Clément, Caty (2005) "Nuts and Bolts of State Collapse: Common Causes and Different Patterns" *Compass Working Paper*, [www.allacademic.com/one/prol/prol01/index.php?cmd=prol01\\_search&offset=0&limit=5&multi\\_search\\_search\\_mode=publication&multi\\_search\\_publication\\_fulltext\\_mod=fulltext&textfield\\_submit=true&search\\_module=multi\\_search&search=Search&search\\_field=title\\_idx&fulltext\\_search=The+Nuts+and+Bolts+of+State+Failure%3A++Common+Causes+and+Different+Patterns%3F](http://www.allacademic.com/one/prol/prol01/index.php?cmd=prol01_search&offset=0&limit=5&multi_search_search_mode=publication&multi_search_publication_fulltext_mod=fulltext&textfield_submit=true&search_module=multi_search&search=Search&search_field=title_idx&fulltext_search=The+Nuts+and+Bolts+of+State+Failure%3A++Common+Causes+and+Different+Patterns%3F) [25 de Junho de 2009].

Costa, Gustavo B. et al. (2004) "Notícia e construção de sentidos: Análise da narrativa jornalística" *Intercom*. 27(2), 31-51.

Feldmann, Andreas; Montes, Juan E. (2008) "Haití: tribulaciones de un Estado Colapsado" *Revista de Ciencia Política*. 28(1), 245-264.

Filho, Wladimir Valler (2007) *O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e ação diplomática*. Brasília: FUNAG.

Fishel, John T.; Saenz, Andrés (2005) "Lessons of Peacekeeping Capacity Building: What We Have Learned From the Case of Haiti" *Interdisciplinary Journal of the Center for Hemispheric Defense Studies*. 5(1), 196-207.

Folha de S.Paulo (FSP) – Edições entre 2004 e 2008 – Editoriais de Opinião e notícias do Caderno Mundo.

Franco, Maria L. P. B. (1986) "O que é análise de conteúdo" in *Cadernos de psicologia da educação*. São Paulo: PUC, 1-31.

Gauthier, Amélie; Bonin, Pierre (2008) "Haiti: Voices of the Actors" *FRIDE*, [www.fride.org/publication/361/haiti-voices-of-the-actors-a-research-project-on-the-un-mission](http://www.fride.org/publication/361/haiti-voices-of-the-actors-a-research-project-on-the-un-mission) [10 de Junho de 2009].



Gauthier, Amélie; Souza, Sarah-Lea John de (2006) "Brazil in Haiti: Debate over the Peacekeeping Mission" *FRIDE*, [www.fride.org/publication/430/brazil-in-haiti-debate-over-the-peacekeeping-mission](http://www.fride.org/publication/430/brazil-in-haiti-debate-over-the-peacekeeping-mission) [10 de Junho de 2009].

Ghani, Ashraf et al. (2005) "Closing the sovereignty Gap: an Approach to State-Building" *Overseas Development Institute*, <http://www.odi.org.uk/resources/download/1819.pdf> [26 de Junho de 2009].

Gros, Jean-Germain (1997) "Haiti's Flagging Transition" *Journal of Democracy*. 8(4), 94-109.

Hallward, Peter (2007) *Damming the flood: Haiti, Aristide, and the Politics of Containment*. London, New York: Verso.

Hill, Christopher (2002) *The changing politics of foreign policy*. Nova York: Palgrave MacMillan.

Hirst, Monica (2004) "Intermediate states, multilateralism & international security" in Vaz, Alcides Costa (ed.) *Intermediate states, regional leadership and security: India, Brazil and South Africa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 115-128.

Hirst, Monica (2006) "Crise do Estado e Segurança Regional: Novos desafios para a América do Sul" in Carvalho, Maria I.; Santos, Maria H. (eds.) *O Século 21 no Brasil e no Mundo*. Bauru: EDUSC, 73-115.

Hirst, Monica (2007) "A Intervenção Sul-Americana no Haiti" *Análise de Conjuntura OPSA*, <http://observatorio.iuperj.br> [5 de Março de 2009].

HLSAHR/GJC (2005) "Keeping the Peace in Haiti?: An Assessment of the United Nations Stabilization Mission in Haiti Using Compliance with its Prescribed Mandate as a Barometer for Success", [www.law.harvard.edu/programs/hrp/documents/haitireport.pdf](http://www.law.harvard.edu/programs/hrp/documents/haitireport.pdf) [16 de Abril de 2009].

HRW (1996) "Thirst for Justice: A Decade of Impunity in Haiti", [www.hrw.org/legacy/reports/1996/Haiti.htm](http://www.hrw.org/legacy/reports/1996/Haiti.htm) [25 de Abril de 2009].

HRW (2004) "Haiti: Recycled Soldiers and Paramilitaries on the March", [www.hrw.org/legacy/english/docs/2004/02/27/haiti7677\\_txt.htm](http://www.hrw.org/legacy/english/docs/2004/02/27/haiti7677_txt.htm) [25 de Abril de 2009].

ICG (2004) "A New Chance for Haiti?", [www.crisisgroup.org/library/documents/latin\\_america/10%20A%20New%20Chance%20for%20Haiti.pdf](http://www.crisisgroup.org/library/documents/latin_america/10%20A%20New%20Chance%20for%20Haiti.pdf) [25 de Abril de 2009].

ICG (2009) "Haiti 2009: Stability at Risk" *Latin America and Caribbean Briefing*, [www.crisisgroup.org/home/index.cfm?id=5952](http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm?id=5952) [20 de Maio de 2009].

IJDH (2004) "Report on December 1 Massacre in the Haitian National Penitentiary", [www.ijdh.org/Document2.pdf](http://www.ijdh.org/Document2.pdf) [25 de Abril de 2009].

Jervis, Robert (1976) *Perception and Misperception in International Politics*. New Jersey: Princeton University Press.

Kolbe, Athena R.; Hutson, Royce A. (2006) "Human rights abuse and other criminal violations in Port-au-Prince, Haiti: a random survey of households" *The Lancet*. 368, 864-873.

Lemoine, Maurice (2004) "Retour sur la chute du président haïtien" *Le monde diplomatique*, [www.monde-diplomatique.fr/2004/09/LEMOINE/11435](http://www.monde-diplomatique.fr/2004/09/LEMOINE/11435) [10 de Junho de 2009].

Maia, Rousiley (2007) "Política deliberativa e tipologia de esfera pública" *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. 66, 91-116.

Martin, Ian (1999) "Haiti: International Force or National Compromise?" *Journal of Latin American Studies*. 31(3), 711-734.

Matijascic, Vanessa B. (2008) "A primeira operação de manutenção de paz das Nações Unidas no Haiti (1995-1996): dos antecedentes ao cumprimento do mandato", Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas. São Paulo: UNESP, UNICAMP, PUC-SP.

Milliken, Jennifer; Krause, Keith (2002) "State Failure, State Collapse, and State Reconstruction: Concepts, Lessons and Strategies" *Development and Change*. 33(5), 753-774.

Moraes, Roque (1998) "Uma experiência de pesquisa coletiva: introdução à Análise de Conteúdo" in Grillo, Marlene C.; Medeiros, Marilú F. de (eds.) *A construção do conhecimento e sua mediação metodológica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 111-130.

Moravcsik, Andrew (1997) "Taking preferences seriously: a liberal theory of international politics" *International Organizations*. 51(4), 513-553.

Morgenthau, Hans Joachim (1993) *Politics Among Nations: the struggle for power and peace*. Boston: McGraw Hill.

*Relações Internacionais: correntes e debates*. São Paulo: Elsevier Editora Ltda.

Nye, Joseph S. (2002) *O paradoxo do Poder Norte-Americano: porque a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo: UNESP.

Oliveira, Flávio R. de et al. (2007) "A crise do Haiti: história, perspectivas e a MINUSTAH" *Coyuntura Regional*, [www.cries.org/Oliveira.pdf](http://www.cries.org/Oliveira.pdf) [05 de Junho de 2009].

Olson, David R. (1997) *O mundo no papel: as complicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. São Paulo: Ática.

Osava, Mario (2006) "Haiti: General's Death Revives Debate on Brazil's Peacekeeping Role" *Inter Press Service News Agency*, <http://ipsnews.net/news.asp?idnews=31750> [20 de Junho de 2009].

Pereira, Luiza Helena (1998) "A análise de conteúdo: um approach do social" *Cadernos de Sociologia*. 9, 87-114.

Pureza, José Manuel (2006) "Three deconstructions" in *Peacebuilding and Failed States: some theoretical notes*. Oficina do CES nº 256: Coimbra.

Pureza, José Manuel et al. (2007) "Do States Fail or are they pushed? Lessons from three former Portuguese colonies" *48th Annual Convention of the International Studies Association (ISA)*, Chicago.

Pureza, José Manuel (2008) "Estados Falhados: desconstruções conceituais e políticas" *Comunicação apresentada ao IV Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política*, Lisboa.

Ribeiro, Claudio Oliveira (2007) "Relações Político-Comerciais Brasil-África (1985-2006)" *Tese (Doutorado em Ciência Política)*, Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo: Universidade de São Paulo.

Ringoot, Roselyne (2006) "Por que e como analisar o discurso no contexto dos estudos sobre jornalismo?" *Comunicação e Espaço Público*. 9(1-2), 133-138.

Robinson, Piers (2001) "Theorizing the influence of media on world politics: models of media influence on foreign policy" *European Journal of Communication*. 16(4), 523-544.

Rodrigues, Thiago (2007) "O Haiti e a análise da política internacional" *América Latina Interativa*. 2(1), 3.

Rothkopf, David J. (1998) "Ciberpolitik: the changing nature of power in The Information Age" *Journal of International Affairs*. 51(2), 325-359.

Sant'Anna, Francisco C. C. M. (2001) "O papel da mídia impressa brasileira no processo de integração latino-americana: um estudo do comportamento editorial de grandes periódicos nacionais". Dissertação de Mestrado, Faculdade de Comunicação Social, Brasília: Universidade de Brasília.

Saraiva, Miriam Gomes (2007) "As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007" *Revista Brasileira de Política Internacional*. 50(2), 42-59.

Seib, Philip (2000) "Politics of the Fourth Estate: The Interplay of Media and Politics in Foreign Policy" *Harvard International Review*. 22(3), 60-63.

Seitenfus, Ricardo (2008) "De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de Paz" in Fundação Alexandre de Gusmão (ed.) *O Brasil e a ONU*. Brasília: FUNAG, 39-58.

Semerene, B. (2003) *Noticiário Internacional na mídia jovem: o caso Flohateen*. São Paulo: Monografia de Especialização PECJor/PUC-SP.

Silva, Alexandra de Mello e (1998) "Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU" *Revista Brasileira de Política Internacional*. 41(2), 139-158.

Skidmore, David (1999) "Between Leadership and Retreat: Foreign Policy and Domestic Opinion" *International Studies Notes*. 24(2), 1-13.

Soroka, Stuart N. (2003) "Media, Public Opinion, and Foreign Policy" *Press/Politics*. 8(1), 27-48.

Sousa, Sarah-Lea John de (2008) "Entre o Norte e o Sul: o papel do Brasil no sistema internacional de segurança" *Revista Nueva Sociedad*. Especial em Português, Outubro de 2008, 123-132.

Steinberger, Margareth Born (2005) *Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: EDUC; Fapesp; Cortez.

Stoessinger, John George (1978) *O poder das nações e a política internacional de nosso tempo*. São Paulo: Cultrix.

Tokatlian, Juan Gabriel (2005) "Haití: Una Intervención Equivocada" *Análise de Conjuntura OPISA*, <http://observatorio.iuperj.br> [5 de Março de 2009].

Tollefson, Scott D. (2002) "Brazil: the emergence of a regional power" in Beasley, Ryan K. *et al* (eds.) *Foreign Policy in Comparative Perspective – Domestic and International Influences on State Behavior*. Washington: CQ Press.

Traquina, Nelson (2004) *Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular.

United Nations (2004) *A more secure world: our shared responsibility*. New York: UN.

Vala, Jorge (1986) "A análise de conteúdo" in Silva, Augusto S.; Pinto, José M. (eds.) *Metodologia das ciências sociais*. Lisboa: Afrontamento, 101-128.

Valente, Leonardo (2007) *Política Externa na Era da Informação: o novo jogo do poder, as novas diplomacias e a mídia como instrumentos de Estado nas Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Revan.

Vassoler-Froelich, Ivani (2007) *A Self-Centered or an Altruistic International Conflict Mediator: The Determinants of Brazil's Decision to Participate in the United Nations Peacekeeping Mission in Haiti*. International Studies Association Conference, Chicago, Illinois.

Vaz, Alcides Costa (2004) "Brazilian Foreign Policy under Lula: Change or Continuity" *Friedrich Ebert Stiftung*, [www.nuso.org/upload/evento/Costa%20Vaz%20Brazil.pdf](http://www.nuso.org/upload/evento/Costa%20Vaz%20Brazil.pdf) [10 de Junho de 2009].

Vaz, Alcides Costa (2006) "Brazil: Global and Regional Security Perspectives and Cooperation within IBSA" in Vaz, Alcides Costa (ed.) *Intermediate states, regional leadership and security: India, Brazil and South Africa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 195-217.

Vilela, Mário; Koch, Ingedore G. V. (2001) *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina.

Woodward, Susan (2004) "Fragile States: Exploring the Concept" *States and Security Learning Group at the Peace and Social Justice Meeting of the Ford Foundation*, Rio de Janeiro.

### **Páginas na Internet**

<http://minustah.org/>

<http://observatorio.iuperj.br/>  
<http://www.crisisgroup.org/home/index.cfm>  
[http://www.foreignpolicy.com/articles/2009/06/22/the\\_2009\\_failed\\_states\\_index](http://www.foreignpolicy.com/articles/2009/06/22/the_2009_failed_states_index)  
<http://www.fride.org/>  
<http://www.fundforpeace.org/web/>  
<http://www.hrw.org/>  
<http://www.ijdh.org/index.html>  
<http://www.jubileosuramericas.org/>  
<http://www.mre.gov.br/>  
<http://www.prohaitibrasil.org/>  
<http://www.rsi.cgee.org.br/>  
<http://www.un.org/Depts/dpko/missions/minustah/>  
<http://www.un.org/en/>  
<http://www.undp.org/>

### **Entrevistas**

Lins da Silva, Carlos E. (2009) Ombudsman do jornal Folha de S.Paulo. São Paulo: 06 de Abril de 2009.

Mota, Vinicius (2009) Editor de Opinião do jornal Folha de S.Paulo. São Paulo: 09 de Abril de 2009.

Natali, João Batista (2009) Repórter especial de Internacional da Folha de S.Paulo. Trabalhou durante 5 anos no caderno Internacional da FSP, depois 8 anos como correspondente em Paris, e mais 2 anos como editor de Internacional. Agora está aposentado, trabalhando como repórter especial. São Paulo: 05 de Abril de 2009.

Peschanski, João Alexandre (2009) Jornalista independente, especialista em jornalismo internacional. Viajou ao Haiti em Março de 2005 pelo jornal Brasil de Fato, e lá ficou por 2 meses. São Paulo: 17 de Março de 2009.

### **Resoluções do Conselho de Segurança da ONU**

S/RES/940 (1994),  
<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/312/22/PDF/N9431222.pdf?OpenElement>.

S/RES/1529 (2004),  
<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/254/10/PDF/N0425410.pdf?OpenElement>.

S/RES/1542 (2004),  
<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/332/98/PDF/N0433298.pdf?OpenElement>.

S/RES/1576 (2004),

<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/626/12/PDF/N0462612.pdf?OpenElement>.  
S/RES/1601 (2005),  
<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/367/82/PDF/N0536782.pdf?OpenElement>.  
S/RES/1608 (2005),  
<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/395/57/PDF/N0539557.pdf?OpenElement>.  
S/RES/1658 (2006),  
<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/242/88/PDF/N0624288.pdf?OpenElement>.  
S/RES/1702 (2006),  
<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/468/77/PDF/N0646877.pdf?OpenElement>.  
S/RES/1743 (2007),  
<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N07/240/92/PDF/N0724092.pdf?OpenElement>.  
S/RES/1780 (2007),  
<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N07/540/72/PDF/N0754072.pdf?OpenElement>.  
S/RES/1840 (2008),  
<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/548/96/PDF/N0854896.pdf?OpenElement>.

## **Anexos**

### **Anexo 1 – Resolução 1542 (S/RES/1542 [2004]) – Mandato da MINUSTAH**

#### **Resolution 1542 (2004)**

**Adopted by the Security Council at its 4961st meeting, on 30 April 2004**

*The Security Council,*

*Recalling* resolution 1529 (2004) of 29 February 2004,

*Welcoming* the report of the Secretary-General on 16 April 2004 (S/2004/300) and supporting its recommendations,

*Affirming* its strong commitment to the sovereignty, independence, territorial integrity and unity of Haiti,

*Deploring* all violations of human rights, particularly against the civilian population, and urging the Transitional Government of Haiti ("Transitional Government") to take all necessary measures to put an end to impunity and to ensure that the continued promotion and protection of human rights and the establishment of a State based on the rule of law and an independent judiciary are among its highest priorities,

*Reaffirming also* its resolutions 1325 (2000) on women, peace and security, 1379 (2001), 1460 (2003) and 1539 (2004) on children in armed conflicts, as well as resolutions 1265 (1999) and 1296 (2000) on the protection of civilians in armed conflicts,

*Welcoming and encouraging* efforts by the United Nations to sensitize peacekeeping personnel in the prevention and control of HIV/AIDS and other communicable diseases in all its peacekeeping operations,

*Commending* the rapid and professional deployment of the Multinational Interim Force (MIF) and the stabilization efforts it has undertaken,

*Taking note* of the Political Agreement reached by some key parties on 4 April 2004 and *urging* all parties to work without delay towards a broad political consensus on the nature and duration of the political transition,

*Reiterating* its call upon the international community to continue to assist and support the economic, social and institutional development of Haiti over the long term, and welcoming the intention of the Organization of American States (OAS), the Caribbean Community (CARICOM), and of the international donor community, as well as international financial institutions, to participate in those efforts,

*Noting* the existence of challenges to the political, social and economic stability of Haiti and determining that the situation in Haiti continues to constitute a threat to international peace and security in the region,

1. *Decides* to establish the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), the stabilization force called for in resolution 1529 (2004), for an initial period of six months, with the intention to renew for further periods; and requests that authority be transferred from the MIF to MINUSTAH on 1 June 2004;

2. *Authorizes* remaining elements of the MIF to continue carrying out its mandate under UNSCR 1529 (2004) within the means available for a transition period not exceeding 30 days from 1 June 2004, as required and requested by MINUSTAH;

3. *Requests* the Secretary-General to appoint a Special Representative in Haiti who will have overall authority on the ground for the coordination and conduct of all the activities of the United Nations agencies, funds and programmes in Haiti;

4. *Decides* that MINUSTAH will consist of a civilian and a military component in accordance with the Secretary-General's report on Haiti (S/2004/300): a civilian component will include a maximum of 1,622 Civilian Police, including advisers and formed units and a military component to include up to 6,700 troops of all ranks; and *requests further* that the military component report directly to the Special Representative through the force commander;

5. *Supports* the establishment of a Core Group chaired by the Special Representative and comprising also his/her Deputies, the Force Commander, representatives of OAS and CARICOM, other regional and subregional organizations, international financial institutions and other major stakeholders, in order to facilitate the implementation of MINUSTAH's mandate, promote interaction with the Haitian authorities as partners, and to enhance the effectiveness of the international community's response in Haiti, as outlined in the Secretary-General's report (S/2004/300);



6. *Requests* that in carrying out its mandate, MINUSTAH cooperate and coordinate with the OAS and CARICOM;

7. *Acting* under Chapter VII of the Charter of the United Nations with regard to Section I below, *decides* that MINUSTAH shall have the following mandate:

I. Secure and Stable Environment:

(a) in support of the Transitional Government, to ensure a secure and stable environment within which the constitutional and political process in Haiti can take place;

(b) to assist the Transitional Government in monitoring, restructuring and reforming the Haitian National Police, consistent with democratic policing standards, including through the vetting and certification of its personnel, advising on its reorganization and training, including gender training, as well as monitoring/mentoring members of the Haitian National Police;

(c) to assist the Transitional Government, particularly the Haitian National Police, with comprehensive and sustainable Disarmament, Demobilization and Reintegration (DDR) programmes for all armed groups, including women and children associated with such groups, as well as weapons control and public security measures;

(d) to assist with the restoration and maintenance of the rule of law, public safety and public order in Haiti through the provision inter alia of operational support to the Haitian National Police and the Haitian Coast Guard, as well as with their institutional strengthening, including the re-establishment of the corrections system;

(e) to protect United Nations personnel, facilities, installations and equipment and to ensure the security and freedom of movement of its personnel, taking into account the primary responsibility of the Transitional Government in that regard;

(f) to protect civilians under imminent threat of physical violence, within its capabilities and areas of deployment, without prejudice to the responsibilities of the Transitional Government and of police authorities;

II. Political Process:

(a) to support the constitutional and political process under way in Haiti, including through good offices, and foster principles and democratic governance and institutional development;

(b) to assist the Transitional Government in its efforts to bring about a process of national dialogue and reconciliation;

(c) to assist the Transitional Government in its efforts to organize, monitor, and carry out free and fair municipal, parliamentary and presidential elections at the earliest possible date, in particular through the provision of technical, logistical, and administrative assistance and continued security, with appropriate support to an electoral process with voter participation that is representative of the national demographics, including women;

(d) to assist the Transitional Government in extending State authority throughout Haiti and support good governance at local levels;

III. Human Rights:

(a) to support the Transitional Government as well as Haitian human rights institutions and groups in their efforts to promote and protect human rights, particularly of women and children, in order to ensure individual accountability for human rights abuses and redress for victims;

(b) to monitor and report on the human rights situation, in cooperation with the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, including on the situation of returned refugees and displaced persons;

8. *Decides* that MINUSTAH in collaboration with other partners shall provide advice and assistance within its capacity to the Transitional Government:

(a) in the investigation of human rights violations and violations of international humanitarian law, in collaboration with the Office of the High Commissioner for Human Rights, to put an end to impunity;

(b) in the development of a strategy for reform and institutional strengthening of the judiciary;

9. *Decides further* that MINUSTAH shall coordinate and cooperate with the Transitional Government as well as with their international partners, in order to facilitate the provision and coordination of humanitarian assistance, and access of humanitarian workers to Haitian people in need, with a particular focus on the most vulnerable segments of society, particularly women and children;

10. *Authorizes* the Secretary-General to take all necessary steps to facilitate and support the early deployment of MINUSTAH in advance of the United Nations assumption of responsibilities from the Multinational Interim Force;

11. *Requests* the Haitian authorities to conclude a status-of-force agreement with the Secretary-General within 30 days of adoption of this resolution, and notes that pending the conclusion of such an agreement the model status-of-force agreement dated 9 October 1990 (A/45/594) shall apply provisionally;

12. *Demands* strict respect for the persons and premises of the United Nations and associated personnel, the OAS, CARICOM and other international and humanitarian organizations, and diplomatic missions in Haiti, and that no acts of intimidation or violence be directed against personnel engaged in humanitarian, development or peacekeeping work; *demands further* that all parties in Haiti provide safe and unimpeded access to humanitarian agencies to allow them to carry out their work;

13. *Emphasizes* the need for Member States, United Nations organs, bodies and agencies and other international organizations, in particular OAS and CARICOM, other regional and subregional organizations, international financial institutions and non-governmental organizations to continue to contribute to the promotion of the social and economic development of Haiti, in particular for the long-term, in order to achieve and sustain stability and combat poverty;

14. *Urges* all the above-mentioned stakeholders, in particular the United Nations organs, bodies, and agencies to assist the Transitional Government of Haiti in the design of a long-term development strategy to this effect;

15. *Calls on* the Member States to provide substantial international aid to meet the humanitarian needs in Haiti and to permit the reconstruction of the country, utilizing relevant coordination mechanisms, and *further calls* upon States, in particular those in the region, to provide appropriate support for the actions undertaken by the United Nations organs, bodies and agencies;

16. *Requests* the Secretary-General to provide an interim report to the Council on the implementation of this mandate, and to provide an additional report prior to the expiration of the mandate, containing recommendations to the Council on whether to extend, restructure or reshape the mission to ensure the mission and its mandate remain relevant to changes in Haiti's political, security and economic development situation;

17. *Decides* to remain seized of the matter.

Fonte: DPKO – MINUSTAH, <http://www.un.org/Depts/dpko/missions/minustah/> [15 de Julho de 2009].

## **Anexo 2 - Cronologia do Haiti (momentos importantes do conflito)**

01 de Janeiro de 2004 – Haiti celebra o bicentenário de sua independência.

05 de Fevereiro de 2004 - ex-militares conquistam região de Gonaïves.

22 de Fevereiro de 2004 – Rebeldes tomam a segunda cidade do Haiti, Cap Haïtien

29 de Fevereiro de 2004 – Aristide deixa o Haiti / criação da MIF e de um Governo Transitório.

29 de Maio de 2004 - FSP envia correspondente especial, o jornalista Ricardo Bonalume Neto.

01 de Junho de 2004 – Tem início atuação da MINUSTAH, em substituição à MIF.

10 de Julho de 2004 - FSP envia correspondentes especiais, os jornalistas Ricardo Bonalume Neto e Lalo de Almeida, que viajaram ao Haiti por cortesia do Ministério da Defesa.

18 de Agosto de 2004 – O presidente do Brasil Luís Inácio Lula da Silva visita o Haiti pela primeira vez, e fica no país por algumas horas, para assistir a um jogo amistoso da seleção brasileira de futebol contra a seleção haitiana.

24 de Setembro de 2004 - FSP envia correspondente especial, o jornalista Ricardo Bonalume Neto, que viajou ao Haiti a convite do Ministério da Defesa.

30 de Setembro de 2004 – Tem início uma onda de violência contra os apoiadores do Lavalas em Porto Príncipe, nas favelas de Bel Air e Cité Soleil.

01 de Dezembro de 2004 - 10 presos são mortos em uma chacina no presídio de Porto Príncipe.

21 de Dezembro de 2004 - FSP envia correspondente especial, o jornalista

André Soliani, que viajou ao Haiti a convite do Itamaraty.

19 de Fevereiro de 2005 – 480 presos fugiram após assaltantes armados invadirem o presídio.

21 de Fevereiro de 2005 - FSP envia correspondente especial, o jornalista Fabiano Maissonave.

14 de Abril de 2005 - FSP envia correspondente especial, a jornalista Carolina Vila-Nova, que teve parte das suas despesas de transporte a alimentação pagas pela ONG Jubileu Sul.

15 de Junho de 2005 - FSP envia correspondente especial, o jornalista Fabiano Maissonave, que teve parte das despesas da viagem pagas pelo Ministério da Defesa.

6 de Julho de 2005 – Atuação da MINUSTAH em Cité Soleil mata pelo menos 30 pessoas. No mesmo dia, em Bel Air, uma incursão da PNH teria deixado pelo menos 10 mortos.

31 de Agosto de 2005 – Assume novo comandante da força militar da MINUSTAH, o General Urano Teixeira da Matta Bacellar.

7 de Janeiro de 2006 – O General Urano Teixeira da Matta Bacellar é encontrado morto em seu quarto de hotel.

9 de Janeiro de 2006 - FSP envia correspondente especial, o jornalista Iuri Dantas.

23 de Janeiro de 2006 – Assume o novo comandante da força militar da MINUSTAH, o general José Elito Carvalho Siqueira.

04 de Fevereiro de 2006 – FSP envia correspondentes especiais, os jornalistas Fabiano Maissonave e Jorge Araújo.

7 de Fevereiro de 2006 – Eleições presidenciais no Haiti.

14 de Maio de 2006 – O presidente eleito René Préval toma posse.

28 de Junho de 2006 - FSP envia correspondente especial, a jornalista Andrea Michael, que viajou a convite do Ministério da Defesa.

22 de Dezembro de 2006 – Atuação da MINUSTAH em Cité Soleil deixa alguns moradores mortos.

11 de Janeiro de 2007 – Assume o novo comandante da força militar da MINUSTAH, o general Carlos Alberto dos Santos Cruz.

25 de Janeiro, 9 de Fevereiro e 21 de Fevereiro de 2007 – Atuação da MINUSTAH em Cité Soleil continua, deixando novamente dezenas de mortos e diversos suspeitos detidos.

1 de Março de 2007 - FSP envia correspondente especial, o repórter Raphael Gomide, que viajou a convite do Exército brasileiro.

04 de Setembro de 2007 - FSP Envia correspondente especial, a jornalista Eliane Catanhede.

7 de Abril de 2008 – Manifestações populares contra a alta do preço dos alimentos.

29 de Maio de 2008 – O presidente do Brasil Luís Inácio Lula da Silva visita o Haiti pela segunda vez, e fica durante algumas horas no país. FSP envia correspondente especial, a jornalista Letícia Sander.

Agosto e Setembro de 2008 – Época de furacões no Haiti, que matou mais de 800 pessoas e deixou quase 1 milhão de desabrigados.

### Anexo 3 - Análise de conteúdo dos editoriais da Folha de S.Paulo sobre a política externa brasileira

DATA	TÍTULO
02/01/04	TRATAMENTO RECÍPROCO
27/01/04	BRASIL E ÍNDIA
19/04/04	DISTORÇÃO DIPLOMÁTICA
15/05/04	ANTIAMERICANISMO
26/05/04	PRINCÍPIOS E PRAGMATISMO
27/05/04	ABU GHRAIB É AQUI
18/06/04	AMPLIAR O COMÉRCIO
08/11/04	DIÁLOGO COM CUBA
18/12/04	O PAPEL DO MERCOSUL
15/09/04	ACORDO COM A EUROPA
23/10/04	O PAPEL DO MERCOSUL
16/11/04	CONCESSÃO À CHINA
30/11/04	O TEMPO DO ITAMARATY
06/10/04	O "APOIO" DE POWELL
01/12/04	MUDANÇA NA ONU
08/01/05	ACORDOS GLOBAIS
12/05/05	CÚPULA DAS ARÁBIAS
05/03/05	BRASIL ERRA COM A SÍRIA
04/04/05	ERRO DIPLOMÁTICO
27/04/05	TUDO POR UMA VAGA
04/06/05	O "NÃO" DA CHINA
06/08/05	ADEUS, CONSELHO
17/08/05	À MANEIRA CHINESA
13/09/05	CÚPULA PROBLEMÁTICA

01/10/05	CÚPULA FRUSTRANTE
04/10/05	E A CHINA NÃO RETRIBUIU
23/03/05	A PROPOSTA DE ANNAN
13/04/05	FRUSTRAÇÃO NA ÁFRICA
03/05/05	CRISE COM A ARGENTINA
19/05/05	PROPOSTA PARA A ONU
01/06/05	PANOS QUENTES
10/06/05	SEM DIREITO A VETO
29/08/05	RESTRICÇÕES À CHINA
05/05/06	HORA DE DESPERTAR
13/05/06	AS ILUSÕES PERDIDAS
19/05/06	SEIS POR MEIA DÚZIA
03/12/06	EM PÉSSIMA COMPANHIA
21/01/07	EXCESSO DIPLOMÁTICO
11/03/07	FESTIVAL DO PROTESTO
24/06/07	CORREÇÃO DE ROTA
17/10/07	DIPLOMACIA E DITADURA
18/11/07	CABO ELEITORAL
25/11/07	O MELHOR É DIZER NÃO
15/12/07	O ITAMARATY REINCIDE
29/03/08	FAUSTO TROPICAL
17/06/08	O XIS DA QUESTÃO
24/09/08	LULA NA ONU
19/12/08	EQUILÍBRIO DIFÍCIL

**Anexo 4 - Análise de conteúdo dos editoriais da Folha de S.Paulo sobre o Haiti e sobre a MINUSTAH**

<b>DATA</b>	<b>TÍTULO</b>
02/03/04	DRAMA HAITIANO
06/03/04	MISSÃO BRASILEIRA
04/06/04	MISSÃO NO HAITI
06/08/04	FUTEBOL POLÍTICO
22/08/04	O BRASIL NO CONSELHO
21/10/04	PROBLEMAS NO HAITI
22/12/04	MISSÃO NO HAITI
28/04/05	A PARCERIA BRASIL-EUA
14/06/05	O BRASIL NO HAITI
26/08/05	O BRASIL NO HAITI
17/11/05	OS ÔNUS DO HAITI
12/01/06	DEIXAR O HAITI
09/02/06	VOTO NO CARIBE
16/02/06	SEM SOLUÇÃO FÁCIL
19/02/06	ATALHO NO HAITI
18/05/06	NOVO GOVERNO NO HAITI
20/05/08	MISSÃO CUMPRIDA

**Anexo 5: Publicações (discursos, entrevistas, artigos) do presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva sobre ações de política externa, e sobre o Haiti e sobre a MINUSTAH**

<b>DATA</b>	<b>PUBLICAÇÃO</b>
20/04/2004	Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de formatura dos novos diplomatas
25/05/2004	Conferência do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Universidade de Pequim: "Política Externa Brasileira no Século XXI e o Papel da Parceria Estratégica Sino-Brasileira"
31/05/2004	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de embarque das tropas militares para missão de paz no Haiti
16/06/2004	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido ao primeiro-ministro da Tailândia, Thaksin Shinawatra
29/07/2004	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene da Assembléia Nacional, por ocasião da visita oficial a Cabo Verde
18/08/2004	Saudação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na chegada ao Aeroporto Internacional Toussaint Louverture
18/08/2004	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, perante a Brigada Brasil da Missão das Nações Unidas para o Haiti
23/08/2004	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo presidente do Chile, Ricardo Lagos
23/08/2004	Declaração à Imprensa feita pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato de assinatura de Acordos
25/08/2004	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene extraordinária do Congresso Nacional
21/09/2004	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 59ª Assembléia-Geral da ONU
26/10/2004	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 5ª reunião do Consea – Gestão 2004-2005
04/11/2004	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato inaugural da 18ª Cúpula Presidencial do Grupo do Rio
12/11/2004	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar com o Presidente da China, Hu Jintao
23/11/2004	Declaração à Imprensa do Presidente da República, por ocasião da visita do Primeiro-Ministro Paul Martin ao Brasil
16/02/2005	Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a sessão de abertura da XVI Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe, Caricom
13/07/2005	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Colóquio "Brasil: Ator Global"
15/07/2005	Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Conferência de imprensa em Paris
14/09/2005	Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Reunião de Cúpula do Conselho de Segurança das Nações Unidas
29/09/2005	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações – CASA
15/10/2005	Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na XV Cúpula Ibero-Americana: "A Projeção Internacional da Comunidade

	Ibero-Americana”
20/06/2007	Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da República Dominicana, Leonel Fernández
25/09/2007	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Debate-Geral da 62ª Assembléia-Geral das Nações Unidas
11/04/2008	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante discussão sobre temas de interesse global
23/05/2008	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas – UNASUL
23/09/2008	Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do debate geral da 63ª Assembléia Geral das Nações Unidas



**Anexo 6: Publicações (discursos, entrevistas, artigos) do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Luiz Nunes Amorim sobre ações de política externa, e sobre o Haiti e sobre a MINUSTAH**

<b>DATA</b>	<b>PUBLICAÇÃO</b>
<b>12/03/2004</b>	Aula Magna do Ano Letivo de 2004 proferida pelo Ministro Celso Amorim na Universidade Federal do Rio de Janeiro
<b>17/05/2004</b>	Entrevista à revista Der Spiegel "Os ricos precisam se sacrificar mais"
<b>07/06/2004</b>	Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na 34a Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos "Desenvolvimento social e democracia frente à incidência da corrupção"
<b>20/07/2004</b>	Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal Zero Hora - "Não acho que tenha havido guerra"
<b>25/08/2004</b>	Entrevista do Ministro Celso Amorim ao jornal A Classe Operária
<b>22/09/2004</b>	Discurso pronunciado pelo Ministro Celso Amorim, em sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Aspectos Cíveis da Gestão de Conflitos e a Construção da Paz
<b>27/09/2004</b>	Palestra do Ministro Celso Amorim no Seminário "A Atualidade de San Tiago Dantas"
<b>01/10/2004</b>	Artigo: Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula
<b>22/10/2004</b>	Entrevista do Ministro Celso Amorim em Paris
<b>26/10/2004</b>	Discurso do Chanceler Celso Amorim por ocasião da Reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA
<b>08/11/2004</b>	Entrevista do Ministro Celso Amorim publicada na Gazeta Mercantil
<b>30/11/2004</b>	Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Cerimônia Comemorativa do Dia da Amizade Argentino-Brasileira
<b>02/12/2004</b>	Audiência do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em Sessão Conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados
<b>09/12/2004</b>	Entrevista concedida pelo Ministro Amorim ao jornal "Zero Hora" - "Não queremos agir de maneira imperialista"
<b>10/12/2004</b>	Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim ao "Correio Braziliense" - "Política alto-astral"
<b>13/12/2004</b>	Pontos para palestra do Ministro das Relações Exteriores no CEBRI (Centro Brasileiro de Relações Internacionais)
<b>16/12/2004</b>	Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim, ao jornal Valor Econômico - País vai manter complacência no Mercosul
<b>12/01/2005</b>	Discurso do Ministro Celso Amorim na Reunião Especial do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o Haiti
<b>04/03/2005</b>	Artigo publicado na Análise de Conjuntura do Observatório Político Sul-Americano do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro intitulado "Política Externa do Governo Lula: os dois primeiros anos"
<b>17/09/2005</b>	Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura do debate geral da 60a Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas
<b>18/09/2005</b>	Íntegra de entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à revista Veja, no Palácio

	Itamaraty, em 24 de agosto de 2005
<b>03/10/2005</b>	A ONU aos 60 – Artigo do Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, publicado na "Revista Política Externa", vol. 14
<b>25/11/2005</b>	"A política externa do governo Lula: dois anos" - Artigo do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicado na Revista Plenarium
<b>15/05/2006</b>	Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornalista Maurício Dias, da revista "Carta Capital"
<b>23/05/2006</b>	Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na sessão de abertura da Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti
<b>24/10/2006</b>	Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura do Seminário "As Nações Unidas: Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento em um Novo Cenário Internacional", por ocasião do 61º aniversário das Nações Unidas
<b>27/10/2006</b>	Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao Jornal do Commercio (PE)
<b>17/12/2006</b>	Artigo do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, intitulado "Missão do sucessor de Kofi Annan é completar reforma das Nações Unidas" e publicado no jornal Folha de S. Paulo
<b>17/12/2006</b>	Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à revista Época
<b>05/02/2007</b>	Discurso do do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da abertura do "Seminário de Alto Nível sobre Operações de Manutenção da Paz"
<b>11/02/2007</b>	Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal O Estado de São Paulo
<b>24/04/2007</b>	Aula inaugural do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, aos alunos de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília
<b>05/11/2007</b>	Palestra proferida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional
<b>30/12/2007</b>	Artigo do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, intitulado "Balanço de cinco anos de política externa", publicado no jornal Folha de São Paulo
<b>24/03/2008</b>	Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao programa Roda Viva
<b>05/05/2008</b>	Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao repórter Luiz Carlos Azenha
<b>02/09/2008</b>	Palestra proferida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura do Seminário Comemorativo dos 10 anos do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)

## Anexo 7 - Failed States Index 2009

Rank	Country	Total	Demographic Pressures	Refugees and IDPs	Group Grievance	Human Flight	Uneven Economic Development	Economic Decline	Delegitimization of the State	Public Services	Human Rights	Security Apparatus	Factionalized Elites	External Intervention
1	Somalia	114,7	9,8	9,9	9,7	8,5	7,7	9,5	10,0	9,9	9,9	10,0	10,0	9,8
2	Zimbabwe	114,0	9,8	9,1	9,1	10,0	9,7	10,0	9,8	9,8	9,9	9,7	9,5	7,6
3	Sudan	112,4	9,0	9,8	9,9	9,0	9,6	7,0	9,8	9,5	9,8	9,7	9,5	9,8
4	Chad	112,2	9,3	9,4	9,8	7,8	9,3	8,3	9,8	9,6	9,5	9,9	9,8	9,7
5	Dem. Rep. of the Congo	108,7	9,7	9,6	8,9	8,1	9,3	8,3	8,6	9,2	9,0	9,7	8,7	9,6
6	Iraq	108,6	8,7	8,9	9,7	9,1	8,6	7,6	9,0	8,4	9,3	9,7	9,6	10,0
7	Afghanistan	108,2	9,3	8,9	9,6	7,2	8,4	8,3	9,8	8,9	8,8	9,9	9,1	10,0
8	Central African Republic	105,4	8,9	9,0	8,6	5,7	9,1	8,4	9,3	9,3	8,9	9,6	9,5	9,1
9	Guinea	104,6	8,5	7,1	8,2	8,6	8,9	8,7	9,8	9,2	9,0	9,4	9,2	8,0
10	Pakistan	104,1	8,3	8,6	9,6	8,3	8,8	6,4	9,1	7,5	8,9	9,5	9,6	9,5
11	Ivory Coast	102,5	8,6	7,8	9,0	8,4	8,1	8,3	9,1	8,0	8,5	8,5	8,5	9,7
12	Haiti	101,8	9,3	5,8	7,3	8,6	8,2	8,9	9,2	9,5	8,5	8,4	8,3	9,8
13	Burma	101,5	9,0	8,8	8,9	6,0	9,5	8,2	9,5	9,0	9,0	8,4	8,7	6,5
14	Kenya	101,4	9,0	9,0	8,6	8,3	8,8	7,5	9,0	8,0	8,2	8,0	8,8	8,2
15	Nigeria	99,8	8,5	5,3	9,7	8,3	9,5	6,6	9,2	9,0	8,6	9,4	9,6	6,1
16	Ethiopia	98,9	9,4	8,0	8,2	7,7	8,8	8,3	7,9	8,2	8,5	7,5	8,8	7,6
17	North Korea	98,3	8,5	6,0	7,2	5,0	8,8	9,6	9,8	9,6	9,5	8,3	7,8	8,2
18	Bangladesh	98,1	8,9	6,9	9,4	8,4	9,0	8,0	8,5	8,0	7,6	8,0	8,9	6,5
19	Yemen	98,1	8,8	7,9	7,7	7,4	8,9	8,2	8,3	8,5	7,7	8,4	9,0	7,3
20	East Timor	97,2	8,4	9,0	7,3	5,7	6,8	8,4	9,4	8,4	7,0	9,0	8,8	9,0
21	Uganda	96,9	8,7	9,3	8,0	6,5	8,7	7,6	8,0	8,0	7,7	8,2	8,2	8,0
22	Sri Lanka	96,7	7,5	9,3	9,8	6,9	8,5	6,1	9,0	6,6	8,5	9,2	9,2	6,1
23	Niger	96,5	9,5	6,4	8,5	6,3	7,6	9,2	8,7	9,5	8,2	7,4	7,1	8,1
24	Burundi	95,7	9,2	8,1	7,5	6,5	8,4	8,0	7,5	9,0	7,6	7,3	7,7	8,9
25	Nepal	95,4	8,3	6,8	8,7	6,0	9,3	8,5	8,0	7,4	8,7	8,1	8,4	7,2
26	Cameroon	95,3	8,0	7,5	7,2	8,0	8,9	6,9	9,2	8,0	8,0	7,8	8,7	7,1
27	Guinea-Bissau	94,8	8,6	6,5	5,8	7,0	8,5	8,5	8,6	8,7	8,0	8,5	8,0	8,1
28	Malawi	93,8	9,3	6,3	5,9	8,3	8,5	9,1	8,3	8,8	7,5	5,6	7,8	8,4
29	Lebanon	93,5	7,0	9,0	9,2	7,2	7,4	6,3	7,8	6,2	6,9	9,1	9,1	8,3
30	Republic of Congo	93,1	8,9	7,8	6,5	6,1	8,0	8,0	8,6	8,8	7,9	7,8	7,1	7,6
31	Uzbekistan	92,8	7,9	5,3	7,4	7,0	8,7	7,2	9,0	6,6	9,2	9,0	9,0	6,5
32	Sierra Leone	92,1	8,9	6,9	6,6	8,5	8,4	8,6	7,4	8,7	7,0	6,1	7,7	7,3
33	Georgia	91,8	6,4	8,3	8,5	6,0	7,5	6,0	9,0	6,3	7,5	7,9	8,9	9,5
34	Liberia	91,8	8,6	8,0	6,1	6,8	8,5	8,2	7,0	8,5	6,7	6,9	7,9	8,6
35	Burkina Faso	91,3	9,0	6,0	6,1	6,5	9,0	8,2	7,9	9,0	6,5	7,5	7,6	8,0
36	Eritrea	90,3	8,6	7,0	5,8	6,5	6,0	8,6	8,6	8,6	7,9	7,4	7,7	7,6
37	Tajikistan	90,3	8,2	6,4	6,9	6,5	7,3	7,5	8,9	7,6	8,6	7,5	8,4	6,5
38	Iran	90,0	6,5	8,5	7,6	6,8	7,4	5,5	8,3	6,0	8,9	8,6	9,1	6,8
39	Syria	89,8	6,1	9,2	8,2	6,8	8,0	6,8	8,8	5,7	8,6	7,8	7,8	6,0

40	Solomon Islands	89,6	8,0	5,0	7,5	5,0	8,0	8,3	8,3	8,4	7,0	7,2	8,0	8,9
41	Colombia	89,2	6,9	9,2	7,2	8,5	8,5	4,3	7,9	6,0	7,2	7,5	8,0	8,0
42	Kirgizstan	89,1	8,0	5,3	7,2	7,5	8,3	7,6	8,3	6,5	7,6	7,7	7,3	7,8
43	Egypt	89,0	7,6	6,9	8,0	6,2	7,6	7,0	8,6	6,4	8,4	6,2	8,1	8,0
44	Laos	89,0	8,2	5,9	7,0	6,6	6,0	7,5	8,2	8,0	8,5	7,6	8,3	7,2
45	Rwanda	89,0	9,3	6,9	8,7	7,2	7,3	7,5	7,9	7,3	7,3	4,6	8,0	7,0
46	Mauritania	88,7	8,7	6,2	8,2	5,0	7,0	7,8	7,0	8,5	7,1	7,9	8,0	7,3
47	Equatorial Guinea	88,3	8,3	2,0	6,8	7,4	9,0	4,4	9,4	8,6	9,2	8,6	8,6	6,0
48	Bhutan	87,3	6,5	7,5	7,9	6,8	8,7	7,5	7,4	7,2	8,4	5,5	7,7	6,2
49	Cambodia	87,3	7,9	5,2	7,0	8,0	7,2	7,5	8,5	7,9	7,4	6,5	7,5	6,7
50	Togo	87,2	7,9	6,0	5,8	6,9	7,5	8,2	7,5	8,3	7,6	7,4	7,3	6,8
51	Bolivia	86,3	7,8	4,9	7,5	6,9	8,7	7,0	7,6	7,7	6,8	6,4	8,2	6,8
52	Comoros	86,3	7,4	3,7	5,5	6,0	6,3	7,8	8,7	8,7	7,0	7,5	7,9	9,8
53	Philippines	85,8	7,2	6,3	7,5	7,2	7,6	6,0	8,5	6,1	7,0	7,7	7,9	6,8
54	Moldova	85,1	6,6	4,2	7,1	8,0	7,0	6,8	8,1	6,7	7,0	8,0	8,0	7,6
55	Angola	85,0	8,6	7,0	6,1	5,5	9,4	4,5	8,0	8,0	7,2	6,2	7,3	7,2
56	Azerbaijan	84,6	6,4	8,2	7,9	5,7	7,4	6,1	8,2	5,5	7,0	7,3	7,9	7,0
57	China	84,6	9,0	6,8	7,9	6,1	9,2	4,5	8,5	7,2	8,9	6,0	7,2	3,3
58	Israel/West Bank	84,6	7,2	8,0	9,3	4,0	7,5	4,1	7,5	7,0	8,0	6,0	8,0	8,0
59	Turkmenistan	84,3	7,0	4,8	6,5	5,6	7,6	6,9	8,5	7,2	8,9	7,6	7,7	6,0
60	Zambia	84,2	9,0	7,1	5,3	7,0	7,1	8,5	7,8	8,4	5,6	5,2	5,7	7,5
61	Indonesia	84,1	7,3	6,7	6,3	7,2	8,1	6,9	6,7	6,7	6,7	7,3	7,3	6,9
62	Papua New Guinea	84,1	7,5	4,0	7,3	7,6	8,9	6,8	7,7	8,1	6,5	6,7	7,1	5,9
63	Bosnia	83,3	5,5	7,2	8,2	5,8	7,3	5,5	8,2	5,6	5,4	7,4	8,7	8,5
64	Nicaragua	82,6	7,4	5,2	6,3	6,9	8,1	7,7	7,1	7,8	5,8	6,5	7,2	6,6
65	Swaziland	82,4	9,2	4,0	4,0	6,0	6,0	8,0	8,8	7,8	7,5	6,8	6,9	7,4
66	Belarus	82,3	7,2	4,1	6,9	5,0	7,2	6,6	8,9	6,6	8,0	6,6	8,1	7,1
67	Lesotho	81,8	9,4	4,7	5,2	6,5	5,6	8,4	7,4	8,7	6,5	5,5	6,9	7,0
68	Madagascar	81,6	8,9	5,0	5,6	5,0	7,6	7,4	6,6	8,8	5,9	5,9	7,1	7,8
69	Ecuador	81,2	6,5	6,3	6,3	7,3	8,0	6,4	7,0	6,8	6,0	6,8	7,8	6,0
70	Tanzania	81,1	8,0	7,1	6,6	6,0	6,9	7,5	6,7	8,0	5,8	5,4	6,3	6,8
71	Russia	80,8	7,0	5,9	7,5	6,2	8,1	4,6	8,0	5,7	8,3	6,9	8,0	4,6
72	Mozambique	80,7	8,7	3,2	4,8	7,6	7,4	8,0	7,3	8,9	7,2	6,0	5,6	6,0
73	Algeria	80,6	6,7	6,7	7,7	6,2	7,3	4,6	7,7	6,7	7,6	7,0	6,7	5,7
74	Cuba	80,6	6,9	5,9	5,5	7,2	6,8	6,3	7,5	5,0	7,4	7,5	7,1	7,5
75	Djibouti	80,6	8,0	6,4	5,7	5,2	6,3	6,6	7,4	7,5	6,2	6,2	6,9	8,2
76	Guatemala	80,6	7,0	5,8	6,7	6,7	8,2	6,6	7,1	6,6	7,0	7,1	6,3	5,5
77	Venezuela	79,5	6,8	5,0	7,0	6,9	8,0	5,3	7,2	5,9	7,3	6,9	7,7	5,5
78	Serbia	79,2	5,8	7,3	7,9	5,5	7,4	5,9	7,3	5,2	5,8	6,3	7,9	6,9
79	Thailand	79,2	6,9	6,5	8,0	4,5	7,7	3,8	8,2	5,4	6,9	7,5	8,0	5,8
80	Gambia	79,0	7,2	5,7	4,4	6,4	7,0	7,4	7,8	7,1	6,9	6,0	6,2	6,9
81	Fiji	78,8	6,1	4,3	7,3	6,5	7,7	6,3	8,6	5,0	6,1	6,7	8,2	6,0
82	Maldives	78,8	6,5	6,5	5,2	7,0	5,2	6,7	7,2	7,3	7,5	6,3	7,4	6,0
83	Mali	78,7	8,7	4,6	6,5	7,4	6,9	8,3	5,3	8,4	5,2	6,5	4,0	6,9
84	Cape Verde	78,5	7,9	4,0	4,4	8,2	6,2	7,2	7,4	7,6	6,2	5,7	6,1	7,6
85	Turkey	78,2	6,8	6,6	7,7	5,0	8,0	5,3	6,5	5,3	6,0	7,0	7,8	6,2
86	Jordan	77,9	6,7	7,9	6,8	5,0	7,4	6,5	6,0	5,4	6,9	6,0	6,5	6,8
87	India	77,8	8,3	4,9	7,3	6,7	8,9	5,0	5,5	7,0	6,0	7,1	6,0	5,1
88	Dominican Republic	77,7	6,7	5,3	6,0	8,5	8,0	5,6	5,8	6,7	6,7	5,8	6,8	5,8
89	Saudi Arabia	77,5	6,5	6,0	8,0	3,4	7,0	2,7	8,4	4,3	8,9	8,0	7,8	6,5

90	El Salvador	77,2	7,6	5,7	6,2	6,9	7,8	6,3	7,0	6,6	6,9	6,4	4,5	5,3
91	Honduras	77,2	7,8	4,0	5,0	6,3	8,5	7,2	7,0	7,1	6,3	6,0	6,1	5,9
92	Morocco	77,1	7,0	6,7	6,8	6,2	7,8	6,5	7,4	6,5	6,7	5,1	6,2	4,2
93	Peru	77,1	6,6	4,5	6,4	7,3	8,2	5,6	6,9	6,3	5,5	7,2	6,9	5,7
94	Vietnam	76,9	6,8	5,3	5,5	6,0	6,5	6,7	7,3	6,3	7,2	6,2	7,1	6,0
95	Sao Tome	76,7	8,0	4,0	5,0	7,3	6,1	7,9	7,3	7,5	5,3	5,6	6,3	6,4
96	Namibia	75,6	7,7	5,5	5,8	7,7	9,1	6,1	5,0	7,1	6,0	5,8	3,6	6,2
97	Benin	75,5	7,5	6,2	4,1	7,0	7,4	6,9	6,6	8,0	5,6	5,2	4,3	6,7
98	Mexico	75,4	7,0	4,3	5,9	7,0	8,2	6,1	6,8	6,0	5,5	7,0	5,0	6,6
99	Gabon	74,4	7,2	5,7	3,0	6,0	7,8	5,5	7,3	6,8	6,3	5,9	7,2	5,7
100	Macedonia	74,4	5,0	4,6	7,5	6,9	7,3	6,3	7,4	4,8	5,3	5,8	6,7	6,8
101	Armenia	74,3	5,9	7,2	6,0	6,7	6,5	5,3	7,1	5,4	6,1	5,3	6,9	5,9
102	Senegal	74,2	7,4	6,0	6,3	5,6	7,5	6,5	6,0	7,3	6,0	5,9	4,0	5,7
103	Suriname	73,2	6,2	3,9	6,2	6,9	7,9	6,3	6,7	5,0	6,0	6,2	5,8	6,1
104	Guyana	73,0	6,3	3,5	6,1	7,9	7,9	6,6	6,7	5,5	5,4	6,8	5,1	5,2
105	Kazakhstan	72,5	6,0	3,9	5,5	4,0	6,4	6,4	7,7	5,3	6,8	6,5	7,6	6,4
106	Paraguay	72,0	6,4	1,3	6,5	6,0	7,9	5,9	7,9	6,0	6,9	5,3	7,5	4,4
107	Micronesia	71,9	7,2	3,1	4,5	8,3	7,0	6,6	6,6	6,8	3,0	5,3	5,5	8,0
108	Samoa	71,4	6,5	3,0	5,2	8,2	6,8	5,8	6,6	5,0	4,7	6,0	5,5	8,1
109	Albania	70,0	6,4	2,6	5,4	7,2	5,9	6,5	7,3	5,8	5,8	5,5	5,9	5,7
110	Ukraine	69,7	6,1	3,0	6,9	7,1	6,4	5,5	7,2	4,2	5,5	3,3	7,9	6,6
111	Belize	69,5	7,0	5,0	4,9	6,9	7,3	6,0	6,2	5,7	4,0	5,9	4,6	6,0
112	Libya	69,4	5,9	4,2	5,8	4,0	7,1	5,5	7,1	4,2	8,1	5,4	7,1	5,0
113	Brazil	69,1	6,4	3,9	6,4	5,0	8,9	4,1	6,4	6,0	5,6	6,9	5,1	4,4
114	Cyprus	68,9	5,0	4,5	7,5	5,2	7,8	4,0	5,4	3,6	3,8	5,2	7,9	9,0
115	Malaysia	68,9	6,5	5,2	6,2	3,8	6,9	4,7	6,1	5,2	6,5	6,1	6,1	5,6
116	Botswana	68,8	9,2	6,7	4,3	6,0	7,2	5,6	5,8	6,4	5,0	4,0	2,8	5,8
117	Jamaica	68,6	6,4	2,7	4,5	6,3	6,7	6,6	7,0	6,4	5,7	6,0	4,0	6,3
118	Brunei Darussalam	68,1	5,4	4,4	6,6	4,0	7,8	3,4	7,9	3,6	6,8	6,1	7,4	4,7
119	Grenada	67,9	5,9	2,9	4,5	7,8	6,9	5,9	6,3	4,1	4,7	5,5	5,8	7,6
120	Seychelles	67,7	6,3	4,4	5,0	4,7	6,8	4,8	7,1	4,6	5,9	5,6	6,0	6,5
121	Tunisia	67,6	5,9	3,2	5,4	5,3	7,2	4,9	6,6	6,1	7,4	6,2	6,0	3,4
122	South Africa	67,4	8,4	7,4	5,3	4,3	8,5	4,6	5,5	5,7	4,5	4,3	5,9	3,0
123	Trinidad	66,7	5,8	3,1	4,9	7,1	7,6	4,5	6,1	5,4	5,6	5,7	5,6	5,3
124	Ghana	66,2	7,0	5,1	5,4	8,1	6,6	5,5	5,3	7,2	4,7	2,4	4,2	4,7
125	Kuwait	63,4	5,7	4,2	5,1	4,3	6,1	3,5	6,5	3,5	6,9	5,1	7,2	5,3
126	Antigua and Barbuda	62,8	4,7	3,6	4,3	7,8	6,5	4,8	5,8	5,0	5,0	5,0	4,4	5,9
127	Mongolia	61,9	5,8	1,2	4,3	2,3	5,8	5,9	6,7	5,5	6,6	5,0	5,7	7,1
128	Bulgaria	61,5	4,7	3,8	4,4	6,0	6,3	5,0	6,0	5,0	4,8	5,3	4,6	5,6
129	Romania	61,3	5,6	3,4	5,5	5,1	5,8	5,3	6,2	5,0	4,5	4,3	5,1	5,5
130	Bahamas	60,9	6,7	3,7	5,0	5,7	6,9	4,4	5,5	4,6	3,0	5,3	4,8	5,3
131	Croatia	60,1	4,9	6,1	5,4	4,8	5,5	5,9	4,5	3,9	4,7	4,3	4,3	5,8
132	Panama	59,7	6,6	3,4	4,6	5,0	7,3	5,6	4,7	5,5	4,7	5,1	3,0	4,2
133	Bahrain	59,0	5,0	3,1	6,4	3,7	5,9	3,5	6,9	3,1	5,0	4,4	6,1	5,9
134	Montenegro	58,0	5,1	4,1	6,4	2,5	4,6	4,6	4,7	4,0	5,5	4,7	6,0	5,8
135	Barbados	57,2	4,1	3,3	5,3	7,0	7,1	5,2	4,5	2,8	3,0	5,0	4,5	5,4
136	Latvia	54,6	4,5	4,5	4,5	5,0	6,2	5,5	5,1	4,4	3,7	2,9	4,3	4,0
137	Costa Rica	52,5	5,7	4,5	4,1	4,7	6,7	5,0	4,1	4,0	3,5	2,2	3,2	4,8
138	Qatar	51,9	4,7	3,2	5,2	3,3	5,3	4,4	6,5	2,6	4,5	2,5	5,0	4,7
139	United Arab Emirates	51,8	4,6	3,4	4,7	3,3	5,7	3,2	6,7	3,6	5,8	2,3	4,0	4,5

140	Estonia	51,2	4,7	4,4	4,9	4,0	5,4	4,4	4,7	3,5	3,5	2,5	5,5	3,7
141	Hungary	50,7	3,5	3,0	3,4	5,0	6,1	5,0	5,5	3,8	3,5	2,1	5,0	4,8
142	Poland	49,6	4,9	3,0	3,2	6,1	4,9	4,8	4,4	3,9	4,0	2,3	3,7	4,4
143	Malta	48,8	3,9	6,0	4,0	4,3	4,6	3,9	4,3	3,5	3,6	4,0	1,7	5,0
144	Slovakia	48,6	4,3	2,0	4,3	5,4	5,8	4,6	3,9	4,0	4,0	2,0	3,9	4,4
145	Lithuania	48,0	4,5	2,8	4,2	5,2	6,2	4,7	4,1	3,4	3,5	2,1	3,0	4,3
146	Oman	47,2	4,5	1,0	3,0	1,3	2,3	4,4	6,0	4,5	6,4	5,0	6,6	2,2
147	Greece	46,1	4,5	2,7	4,4	4,7	4,8	4,0	4,5	3,9	3,6	3,5	2,0	3,5
148	Argentina	44,7	4,1	2,0	4,5	4,0	5,5	4,8	3,4	4,2	4,0	2,1	3,1	3,0
149	Mauritius	44,7	3,9	1,0	3,5	2,4	5,9	4,3	5,3	4,4	3,9	3,6	3,3	3,2
150	Italy	43,9	3,8	3,7	4,5	3,0	4,7	4,4	4,3	2,8	2,6	4,0	3,7	2,4
151	Spain	43,3	3,9	2,6	6,2	1,7	5,2	4,0	1,3	2,6	2,7	5,2	5,7	2,2
152	Czech Republic	42,6	3,5	2,7	3,6	4,5	4,3	4,1	3,6	3,8	3,5	2,0	3,3	3,7
153	South Korea	41,6	4,0	3,5	4,1	5,0	2,4	2,1	4,1	2,2	2,7	1,4	3,6	6,5
154	Uruguay	41,2	4,7	1,0	2,0	5,8	5,2	4,1	2,8	3,6	2,5	3,3	2,5	3,7
155	Chile	37,5	4,0	2,5	3,6	2,1	4,4	4,3	2,0	4,2	3,6	2,0	1,5	3,3
156	Slovenia	36,3	3,6	1,3	3,4	3,5	5,2	3,6	3,0	3,2	3,2	2,7	1,3	2,3
157	Germany	36,2	3,5	3,9	4,9	2,8	4,9	3,2	2,3	1,9	2,5	2,1	1,8	2,4
158	France	35,3	3,9	3,0	5,8	2,0	5,5	3,3	1,8	1,5	2,9	1,2	2,0	2,4
159	United States	34,0	3,1	3,7	3,3	1,0	5,3	2,9	3,0	2,3	4,0	1,4	2,5	1,5
160	Singapore	33,8	3,0	1,1	3,1	2,7	3,0	3,2	4,0	1,5	4,3	1,0	4,1	2,8
161	United Kingdom	33,6	3,2	2,8	4,3	1,9	4,7	2,5	1,8	2,2	2,3	2,6	2,9	2,4
162	Belgium	33,5	2,8	1,7	4,9	1,3	4,9	3,2	2,8	2,0	1,7	1,7	3,5	3,0
163	Portugal	32,7	3,9	1,4	2,6	2,3	3,9	4,2	1,6	3,8	3,7	1,1	1,2	3,0
164	Japan	31,2	4,2	1,1	3,8	2,0	2,5	3,1	2,0	1,2	3,4	2,0	2,0	3,9
165	Iceland	29,0	1,0	0,9	1,0	3,2	2,5	6,7	2,2	1,4	2,1	1,0	2,0	5,0
166	Canada	27,7	3,3	2,4	3,0	2,1	4,7	2,0	1,7	1,2	2,1	1,1	2,4	1,7
167	Austria	27,6	2,9	2,2	3,6	1,1	4,9	2,3	1,6	1,4	1,6	1,0	2,4	2,6
168	Luxembourg	27,6	2,1	1,5	3,2	1,2	2,5	2,2	2,9	2,4	1,5	2,0	3,6	2,5
169	Netherlands	27,0	2,9	3,1	4,7	2,1	3,3	2,5	1,4	1,4	1,2	1,0	1,4	2,0
170	Australia	25,9	3,1	2,2	3,4	1,1	4,4	2,8	1,4	1,4	2,5	1,0	1,5	1,1
171	New Zealand	23,3	1,3	1,2	3,2	2,3	4,2	3,6	1,1	1,4	1,7	1,0	1,2	1,1
172	Denmark	23,2	3,0	1,6	3,0	2,0	2,2	2,7	1,3	1,5	1,5	1,3	1,0	2,1
173	Ireland	21,6	1,9	1,5	1,0	2,0	3,0	2,7	1,8	2,3	1,5	1,1	1,3	1,5
174	Switzerland	21,2	2,6	1,3	2,9	2,0	2,6	2,1	1,2	1,6	1,7	1,0	1,0	1,2
175	Sweden	20,6	2,8	2,6	1,3	2,0	2,3	1,6	1,0	1,2	1,6	1,1	1,3	1,8
176	Finland	19,2	2,5	1,6	1,2	2,1	1,9	2,4	0,9	1,1	1,7	0,9	0,9	2,0
177	Norway	18,3	1,9	1,6	1,3	1,1	2,2	2,3	1,0	1,3	1,5	1,1	1,1	1,9

Alert
Warning
Moderate
Sustainable

Fonte: The Fund for Peace,  
[www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com\\_content&task=view&id=99&Itemid=140](http://www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com_content&task=view&id=99&Itemid=140) [5 de Julho de 2009].